



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS
SOBRE AS AMÉRICAS (PPG/ECsA)

Tito Augusto Carvalho e Sá

**DEPENDÊNCIA E A QUESTÃO DO TRABALHO NO BRASIL
(2016-2021)**

Brasília, 28 de abril de 2022



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS
SOBRE AS AMÉRICAS (PPG/ECsA)

**DEPENDÊNCIA E A QUESTÃO DO TRABALHO NO BRASIL
(2016-2021)**

Tito Augusto Carvalho e Sá

Dissertação apresentada à banca de avaliação como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Estudos Comparados sobre as Américas. Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cicero.

Banca Examinadora:

Prof. Pedro Henrique de Moraes Cicero – Orientador (ELA/UnB)
Prof. Dr. Daniel Bin – Membro Titular Interno (ELA/UnB)
Prof.^a Dr.^a Marisa Silva Amaral – Membro Titular Externa (IERI/UFU)
Prof. Dr. Franco de Mattos – Membro Suplente (ELA/UnB)

Brasília, 28 de abril de 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CS111d Carvalho e Sá, Tito Augusto
DEPENDÊNCIA E A QUESTÃO DO TRABALHO NO BRASIL (2016
2021) / Tito Augusto Carvalho e Sá; orientador Pedro
Henrique de Moraes Cicero. -- Brasília, 2022.
150 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências Sociais) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Dependência. 2. Superexploração da força de trabalho.
3. Neoliberalismo. I. de Moraes Cicero, Pedro Henrique,
orient. II. Título.

**DEPENDÊNCIA E A QUESTÃO DO TRABALHO NO BRASIL
(2016-2021)**

Dissertação apresentada à banca de avaliação como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Estudos Comparados sobre as Américas.

Aprovado pela Banca Examinadora em ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cícero – Orientador (ELA/UnB)
Presidente da Banca

Prof. Dr. Daniel Bin (ELA/UnB)
Membro Interno

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral (IERI/UFU)
Membro Externo

Prof. Dr. Franco de Matos (FACE/UnB)
Membro Suplente

À classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Quando, finalmente, penso que acabou, mais uma etapa vencida e etecetera e tal, chega o momento de escrever os agradecimentos. Faço nem ideia por onde começar ou a quem, verdadeiramente, agradecer.

Começando pelo mais óbvio, agradeço aos meus pais, que me permitiram, cada um à sua maneira, concluir o mestrado em uma universidade pública. Aqui, entra minha vó também, tão fundamental quanto.

Seguindo, vem-me o agradecimento mais genuíno; agradeço ao Vinícius, o meu amor, o apoio mais importante que tive neste processo de escrita. A ele eu não agradeço, a ele eu dedico este trabalho – este último trecho foi mais ou menos copiado de um outro agradecimento que li esses dias, mas o sentir é original e único.

Este próximo agradecimento é, também, super genuíno; agradeço imensamente à Ana, Luíza e Raquel. Quase diariamente, foi com elas que compartilhei a angústia, o tormento e a ansiedade, mas também o contentamento, o entusiasmo e a euforia; por todas as sensações por que passei e passamos durante estos años de maestría. Aqui, aproveito já para agradecer à BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, assim mesmo, em caixa alta. Não fosse este espaço, sei nem o que seria desta pesquisa... provavelmente, não seria.

De maneira geral, mas, ainda assim, verdadeira, agradeço ao restante da minha família; agradeço às amigas e aos amigos que fiz até aqui e aos que ainda farei; agradeço às/aos trabalhadoras que mantêm o departamento e a universidade funcionando; agradeço, também, às colegas, aos colegas, às professoras e aos professores do Departamento (dá até vontade de excetuar alguns, mas não é este o espaço para isto).

Este eu não poderia, em tempo algum, deixar de registrar: agradeço a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram e contribuem com a TMD. Neste espaço, aproveito para agradecer à minha banca – isto é, à Professora Marisa (sou fã), ao Professor Bin e, claro, ao Professor Pedro, que topou, apesar dos percalços, embarcar nesta comigo. Aproveito também para agradecer a outras e outros professores que tive até aqui e que foram vitais para minha formação.

Por fim, este, sim, um pouco mais *pro forma*, agradeço à CAPES e registro a urgência do reajuste das bolsas de pós-graduação, que seja um valor capaz de manter e atrair estudantes e que não nos obrigue a ter de exercer dois trabalhos (PESQUISA É TRABALHO); isto deixa a gente doente, física e mentalmente.

É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está, que só depois de morrer haverá paraíso, padre Agamedes que explique isto melhor, e que só o trabalho dá dignidade e dinheiro [...] eu que sou a terra, eles que o trabalho são, o que for bom pra mim, bom para eles é, foi deus que quis assim as coisas, o padre Agamedes que explique melhor, em palavras simples, e se o padre não for suficiente, pede-se aí à guarda que dê um passeio a cavalo pelas aldeias, só a mostrar-se, é um recado que eles entendem sem dificuldade.

José Saramago

Cabe agora perguntar
quem é que faz essa fome,
quem foi que ligou a bomba
ao coração desse homem.

Quem é que rouba a esse homem
o cereal que ele planta,
quem come o arroz que ele colhe
se ele o colhe e não janta.

Quem faz café virar dólar
e faz arroz virar fome
é o mesmo que põe a bomba
suja no corpo do homem.

Ferreira Gullar

Quem inventou a fome são os que comem.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Esta dissertação parte da categoria de superexploração da força de trabalho, elaborada no âmbito da Teoria Marxista da Dependência. Trata-se de uma investigação com foco nas condições de vida da classe trabalhadora. Mais especificamente, o objetivo principal é identificar e analisar as transformações por que passou o fenômeno da superexploração da força de trabalho, no Brasil, entre os anos de 2016 e 2021. Este recorte se justifica pela intensificação dos efeitos da crise econômica, no país, bem como pela emergência de governos totalmente alinhados à ortodoxia neoliberal. Somados, tem-se uma conjunção de fatores com grande potencial de agravar, ainda mais, as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras de um país de economia dependente, como é o caso do Brasil. Assim, com a finalidade de se obter as ferramentas para a análise que se pretende empreender, este trabalho baseia-se em métodos qualitativos e quantitativos. Realiza-se revisão bibliográfica dos escritos clássicos da TMD, bem como de outros autores e autoras que buscam atualizar e aplicar as categoriais centrais da teoria. Ademais, são utilizadas fontes primárias de bases de dados oficiais, que possibilitam obter dados e análises que contribuem para a concretização do objetivo da pesquisa. Relativamente aos resultados, as análises dos dados sobre remuneração, jornada de trabalho, acidentes de trabalho, desemprego, informalidade, entre outros, indicam uma intensificação do fenômeno da superexploração, no Brasil, entre os anos de 2016 e 2021. Por fim, ressalta-se que subjaz a essa realidade o aprofundamento da doutrina neoliberal, que guia a agenda político-econômica do país há mais de três décadas.

Palavras-chave: dependência; superexploração da força de trabalho; neoliberalismo.

ABSTRACT

This master's thesis starts from the category of super-exploitation of the workforce, elaborated within the scope of the Marxist Dependence Theory. It is an investigation focused on the living conditions of the working class. More specifically, the main objective is to identify and analyze the transformations undergone by the phenomenon of super-exploitation of the workforce in Brazil between 2016 and 2021. This cropping is justified by the economic crisis intensification effects in the country, as well as the emergence of governments fully aligned with neoliberal orthodoxy. Together, there is a combination of factors with great potential to further worsen the workers' living conditions in a country under a dependent economy, such as Brazil. Thus, to obtain the tools for the analysis to be undertaken, this work is based on qualitative and quantitative methods. A bibliographic review of the classic writings of TMD is carried out, as well as of other authors who seek to update and apply the central categories of the theory. Furthermore, primary sources of official databases are used, which make it possible to obtain data and analyzes that contribute to the achievement of the research objective. Regarding the results, the analysis of data on remuneration, working hours, work accidents, unemployment, and work informality, among others, indicate an intensification of the phenomenon of super-exploitation in Brazil between the years 2016 and 2021. This reality is underpinned by the deepening of the neoliberal doctrine, which has guided the country's political-economic agenda for more than three decades.

Keywords: dependency; super-exploitation of the workforce; neoliberalism.

RESUMEN

Este trabajo parte de la categoría de superexplotación de la fuerza de trabajo, elaborada en el ámbito de la Teoría Marxista de la Dependencia. Esta es una investigación centrada en las condiciones de vida de la clase trabajadora. Más específicamente, el objetivo principal es identificar y analizar las transformaciones sufridas por el fenómeno de la superexplotación de la fuerza de trabajo en Brasil entre 2016 y 2021. Este recorte se justifica por la intensificación de los efectos de la crisis económica en el país, así como por el surgimiento de gobiernos plenamente alineados con la ortodoxia neoliberal. Sumados, hay una combinación de factores con gran potencial para empeorar, aún más, las condiciones de vida de los trabajadores en un país con una economía dependiente, como Brasil. Así, con el fin de obtener las herramientas para el análisis a realizar, este trabajo se basa en métodos cualitativos y cuantitativos. Se realiza una revisión bibliográfica de los escritos clásicos de TMD, así como de otros autores que buscan actualizar y aplicar las categorías centrales de la teoría. Además, se utilizan fuentes primarias de bases de datos oficiales, que permiten obtener datos y análisis que contribuyen al logro del objetivo de la investigación. En cuanto a los resultados, el análisis de los datos sobre remuneración, jornada, accidentes de trabajo, desempleo, informalidad, entre otros, indican una intensificación del fenómeno de la superexplotación en Brasil entre los años 2016 y 2021. Esta realidad se sustenta en la profundización de la doctrina neoliberal, que ha guiado la agenda político-económica del país hace más de tres décadas.

Palabras clave: dependencia; superexplotación de la fuerza de trabajo; neoliberalismo.

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 - Relação entre o total das exportações de bens e serviços e PIB (em %) – Brasil</i>	78
<i>Gráfico 2 - Exportações brasileiras de produtos primários em relação ao total das exportações no ano (em %).</i>	79
<i>Gráfico 3 - Exportações brasileiras de produtos manufaturados em relação à participação total no ano (em %).</i>	80
<i>Gráfico 4 - Participação dos grupos de produtos nas exportações brasileiras, de acordo com a intensidade tecnológica (em %).</i>	81
<i>Gráfico 5 - Índices de preços de commodities do mercado livre (%) – 1960-2016 descontinuado.</i>	84
<i>Gráfico 6 - Entrada de Investimento Estrangeiro Direto - Brasil (em USD/Bilhões).</i>	86
<i>Gráfico 7 - Transferências de valor nas modalidades troca desigual e propriedade do capital (em USD Milhões correntes)</i>	88
<i>Gráfico 8 - Evolução da jornada de trabalho no Brasil por grupos de horas trabalhadas no trabalho principal (em %) – 2001-2013.</i>	96
<i>Gráfico 9 - Média anual de horas trabalhadas em 2015 - Países Selecionados.</i>	97
<i>Gráfico 10 - Estoque de empregos formais – 2002-2014 (em milhões).</i>	101
<i>Gráfico 11 - Total de acidentes de trabalho por vínculos formais de trabalho – 2007-2016.</i>	104
<i>Gráfico 12 - Trajetória do PIB – 2007-2016</i>	110
<i>Gráfico 13 - Taxa de lucro e lucro líquido das 500 maiores empresas não financeiras.</i>	113
<i>Gráfico 14 - Taxa média anual de desemprego, no Brasil (%) – 2014-2021.</i>	125
<i>Gráfico 15 - Evolução da jornada de trabalho no Brasil por grupos de horas trabalhadas no trabalho principal (em %) – 2012-2019</i>	126
<i>Gráfico 16 - Total de acidentes de trabalho por vínculos formais de trabalho – 2015-2020 (em %)</i>	130
<i>Gráfico 17 - Total de acidentes de trabalho fatais por vínculos formais de trabalho – 2014-2020.</i>	131
<i>Gráfico 18 - Média anual do endividamento das famílias brasileiras (em %)</i>	133

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Relação entre Salário-Mínimo Nominal e Salário-Mínimo Necessário – 2003-2016.</i>	<i>98</i>
<i>Tabela 2 - Aumento real do salário-mínimo - 2003-2016.</i>	<i>100</i>
<i>Tabela 3 - Relação entre Salário-Mínimo Nominal e Salário-Mínimo Necessário – 2017-2021.</i>	<i>122</i>
<i>Tabela 4 - Aumento real do salário-mínimo - 2017-2022.</i>	<i>123</i>
<i>Tabela 5 - Relação entre acidentes de trabalho e estoque de empregos formais – 2015-2020.</i>	<i>129</i>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BC – Banco Central

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CF – Constituição Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC – Emenda Constitucional

ECOSOC/ONU – Comitê Social e Econômico das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

FAT–Fundo de Amparo ao Trabalhador

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Estrangeiro Direto

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

ISI –Industrialização por Substituição de Importação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MTb – Ministério do Trabalho

OCDE –Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OSS – Organizações Sociais de Saúde

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Anual de Amostra Domiciliar

PPP – Parceria Público-Privada

PRCEEP - Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SM – Salário-Mínimo

SMN – Salário-Mínimo Necessário

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O FENOMENO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	20
1.1 AS ORIGENS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	20
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA E A CATEGORIA DE TRANSFERÊNCIA DE VALOR	30
1.3 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	36
<i>1.3.1 As Formas Assumidas pela Superexploração</i>	<i>40</i>
2. A DOCTRINA NEOLIBERAL E OS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA.....	48
2.1. A DOCTRINA NEOLIBERAL	48
2.2. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SEU PROGRAMA NEOLIBERAL	61
2.3. O NEOLIBERALISMO PETISTA.....	71
3. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	93
3.1. O FENÔMENO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO SOB OS GOVERNOS PETISTAS.....	94
3.2. O AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA.....	107
3.3. A SUPEREXPLORAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA E AVANÇO DA ORTODOXIA NEOLIBERAL	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

A superexploração da força de trabalho é uma das categorias centrais do pensamento da Teoria Marxista da Dependência (TMD), sendo a base na qual se assenta a própria condição de dependência. Trata-se de uma característica intrínseca ao modo de funcionamento da atividade produtiva da periferia do sistema, que se articula com o fenômeno das sistemáticas transferências de valor. No Brasil, país de enormes desigualdades sociais, a categoria de superexploração é fundamental para se compreender a realidade do trabalho, que deve ser objeto de uma análise mais acurada, que problematize e contextualize as diversas formas de expressão desse fenômeno do capitalismo dependente. A agenda neoliberal, que tem orientado de forma mais patente a política econômica do país desde a redemocratização, precisa ser considerada nessa análise, vez que opera como catalisadora do fenômeno das transferências de valor e como intensificadora do processo de espólio da classe trabalhadora.

Desde o golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, ressurgem, no Brasil, governos mais alinhados à ortodoxia neoliberal. Primeiro sob o governo de seu sucessor, o então vice-presidente da República Michel Temer (MDB), um dos principais articuladores do golpe, e, em seguida, pela eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 – este último eleito com um discurso ultraconservador e autoritário. No bojo dessa inflexão, encontra-se o agravamento dos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira como, por exemplo, recessão do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, corte de recursos públicos destinados a programas sociais e aumento da desigualdade.

Ainda que, sem intermitências, o neoliberalismo tenha guiado a agenda político-econômica do Brasil há mais de três décadas, a emergência da crise econômica intensifica a ofensiva do capital em busca da elevação e recomposição da taxa de lucro. Essa nova conjuntura, inaugurada pelo golpe de 2016, é marcada pelo aprofundamento da doutrina neoliberal, cujo potencial de agravamento da degradação da condição de vida dos trabalhadores é significativo. A reforma trabalhista, o Novo Regime Fiscal e, mais recentemente, a Reforma da Previdência, são expressões desse movimento.

A realização desta pesquisa insere-se no contexto de busca do entendimento crítico sobre essa fase mais recente da economia brasileira, com foco no fenômeno da

superexploração no pós-golpe de 2016. Busca-se, ademais, contribuir para com o desmantelamento das falácias neoliberais reinantes nos discursos hegemônicos. Especificamente acerca do debate sobre o mercado de trabalho, tem-se como principal engodo o discurso de “modernização” e “flexibilização” da legislação trabalhista. Nas palavras de Bolsonaro: “Menos direito e emprego ou todos os direitos e desemprego¹”. Longe de apresentar qualquer alternativa à crise, esse discurso serve, particularmente, à recomposição das taxas de lucro via elevação da taxa de mais exploração.

Ante o exposto, com o objetivo de avançar nos estudos sobre o fenômeno da superexploração da força de trabalho, esta pesquisa, valendo-se do arcabouço teórico-categorial construído pela TMD, buscará analisar esse fenômeno, no Brasil, no período entre 2016-2021. Conforme indicado, esse recorte temporal se justifica pela intensificação dos efeitos da crise econômica, bem como pela intensificação da doutrina neoliberal.

Extrai-se, daí, o objetivo principal desta pesquisa, qual seja, o de identificar e analisar as transformações por que passou o fenômeno da superexploração da força de trabalho, no Brasil, entre os anos de 2016 e 2021.

A hipótese de trabalho parte do entendimento de que, em decorrência do encerramento do curto ciclo de crescimento da economia brasileira e da emergência de governos ultraneoliberais, experiencia-se um momento de intensificação da superexploração da força de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Soma-se a esses processos, o aprofundamento da condição de dependência verificado sob os governos do PT.

A fim de se obter os subsídios para a análise que se pretende empreender sobre esse período da história econômico-político brasileira, esta pesquisa está baseada em métodos qualitativos e quantitativos. Realizou-se revisão bibliográfica dos teóricos clássicos da TMD, bem como de outros autores que tratam do fenômeno do capitalismo dependente. Ademais, são empregadas fontes primárias de bases de dados, que possibilitaram obter dados e análises que contribuíram para a concretização do objetivo desta pesquisa.

¹Disponível em: < <https://jovempan.com.br/programas/jornal-jovem-pan/bolsonaro-sobre-futuro-trabalhista-menos-direito-e-emprego-ou-todos-os-direitos-e-desemprego.html> >.

Nesse sentido, o primeiro passo foi recuperar as categorias elaboradas pelos teóricos clássicos da TMD, sobre as quais se ampara a reprodução do capitalismo dependente. Entre essas categorias estão, a superexploração da força de trabalho e as transferências de valor desde a periferia para o centro. No primeiro capítulo, portanto, será empreendida uma revisão da bibliografia elaborada pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência, com especial atenção aos escritos que abordam a categoria de superexploração da força de trabalho. Para auxiliar nessa tarefa, também serão mobilizados teses e artigos científicos de autoras/autores que buscaram dar seguimento às análises sobre esta categoria e que, de alguma forma, contribuíram para seu entendimento.

Em seguida, no segundo capítulo, será analisada a doutrina neoliberal. Neste ponto, o foco da análise se voltará para os governos do Partido dos Trabalhadores. A investigação desse período, com atenção à manutenção e ao aprofundamento do projeto neoliberal, fornecerá as ferramentas para se alcançar um maior entendimento acerca das razões que subjazem à intensificação, ou não, da superexploração no marco temporal desta pesquisa.

Ademais, compreender o comportamento da condição de dependência e, sobretudo, da superexploração sob os anos petistas é fundamental para a concretização do objetivo deste estudo, vez que permitirá uma melhor identificação e análise das mudanças ocorridas no âmbito da superexploração. A tese é a de que os governos dos ex-presidentes Lula e Dilma não apenas não romperam com o projeto neoliberal, como este se fortaleceu entre os anos de 2003 e 2016, impactando negativamente a condição de dependência da economia brasileira e, por conseguinte, as condições de vida da classe trabalhadora. Cumpre observar que a emergência da atual agenda econômica que pende à ortodoxia neoliberal é, também, corolário das contradições envoltas ao programa de governo do PT.

Por fim, no terceiro e último capítulo, buscar-se-á analisar o fenômeno da superexploração da força de trabalho, no Brasil, entre os anos de 2016 e 2021. Precisamente, neste ponto da pesquisa, a tarefa será identificar se o fenômeno da superexploração foi intensificado durante a conjuntura de crise econômica. Dessa forma, serão coletados dados mais recentes referentes à jornada de trabalho, rendimento, acidentes e mortes de trabalho e desemprego. Para tanto, será feito uso de fontes primárias, como base de dados de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. Acredita-se que em poder desses dados, somado às ferramentas teórico-categoriais fornecidas pela TMD, será possível alcançar o objetivo principal desta pesquisa.

1. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O FENOMENO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

1.1 As origens da Teoria Marxista da Dependência

A fim de alcançar o objetivo maior desta dissertação, que é analisar as alterações por que passou o fenômeno da superexploração da força de trabalho, no Brasil, entre os anos de 2016 e 2021, lançar-se-á mão da Teoria Marxista da Dependência (TMD), vez que a superexploração é uma categoria que se estabelece a partir dos escritos de seus teóricos. Nesse sentido, esta primeira seção deste capítulo se ocupará de contextualizar o nascimento da TMD.

Ainda que uma análise da Teoria do Imperialismo fuja ao escopo desta pesquisa, faz-se imprescindível mencionar sua influência sobre os escritos dependentistas marxistas. Mais especificamente, trata-se do impacto que a fase imperialista do capital tem sobre a periferia. Günder Frank (1970, p.83) é um dos autores que defende essa vinculação. Para o autor, sem as contribuições dos autores clássicos que criticaram o imperialismo, não é possível compreender o passado, o presente e o futuro dos países periféricos.

De maneira brevíssima, para Lênin (1982), a virada do século XIX para o XX marca o momento de mutação do capital em direção à financeirização, momento que é, fundamentalmente, marcado pela constituição de grandes monopólios em substituição ao período concorrencial. Nas palavras do autor, “[...] o que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de capitais” (LÊNIN, 1982, p. 60). Lênin elenca cinco pontos que caracterizam o imperialismo:

Concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira; 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; 5) termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas. (1982, p. 88)

Desse modo, a definição de imperialismo dada por Lênin perpassa um ponto crucial que, depois, será retomado pela TMD, que é a importância que ganha a exportação de capitais dos países centrais aos países periféricos naquele momento histórico e que, atualmente, assume novos contornos. Para o autor, o capitalismo entrava em uma nova fase, isto é, a fase monopolista do sistema capitalista.

Nessa nova fase, as diversas frações do capital financeiro competem entre si pela repartição política e econômica do globo. Com nova fase não se quer dizer, porém, que o capitalismo perde sua essência, senão que suas contradições são aprofundadas e levadas a outro nível, sendo a eclosão de conflitos armados uma das consequências dessa agudização. O revolucionário russo escreveu sobre o imperialismo no momento em que ocorria a Primeira Guerra Mundial, de modo que uma de suas preocupações era entender o que estava por trás desse conflito. Não à toa, uma das características do imperialismo é a partilha de territórios ao redor do mundo pelos países centrais. Assim, conformam o imperialismo, além daqueles cinco traços elencados por Lênin, sua natureza parasitária e rentista.

Enquanto Hobson (2002) – responsável pelo primeiro importante estudo sobre o tema do imperialismo – entende que a “teoria doentia” imposta à sociedade capitalista deveria ser remediada por meio de reformas e políticas de Estado, com foco na distribuição da renda e no aumento da capacidade de consumo da classe trabalhadora, Lênin argumenta que essas transformações são de caráter estrutural, exigindo medidas que estão além de reformas pontuais. De mais a mais, Lênin parte de uma leitura mais crítica sobre a noção de Estado. Este estaria com a função de resguardar e apoiar a oligarquia financeira na conquista e exploração de novos territórios – mesmo que, para isso, tenha que se fazer uso da força. (LENIN, 1982).

Dentre as características marcantes do período, chama a atenção para o fato de que o mundo se encontrava cada vez mais conectado e, simultaneamente, mais dividido entre países ricos e pobres. A percepção de que o sistema capitalista vivia um novo momento histórico de reconfiguração das relações do capital – industrial e bancário – era compartilhada pelos teóricos clássicos do imperialismo, de modo que a busca pelo entendimento desse novo momento do desenvolvimento capitalista era o que mobilizava suas investigações.

No entanto, se as investigações produzidas nos países centrais sobre o desenvolvimento capitalista resultaram na Teoria do Imperialismo, as investigações sistematizadas na periferia sobre as consequências desse processo na própria região culminaram na Teoria Marxista da Dependência. Para Dos Santos (2011, p. 357) “nem Lenin, Bukharin, Rosa Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da Teoria do Imperialismo, [...] tiveram como foco o tema do imperialismo desde o ponto de vista dos países dependentes”², sendo exatamente nesse ponto que os teóricos dependentistas marxistas buscaram avançar. Pode-se falar, portanto, em uma inversão vetorial da interpretação sobre o imperialismo. Isto é, uma análise empreendida a partir do lado contrário, porém na mesma linha.

Por essa razão, um dos esforços da TMD foi investigar as condições históricas de inserção das economias latino-americanas no comércio internacional, de modo a compreender o processo de construção da condição de dependência e seus condicionantes. Determinar o *modus operandi* dessa exploração imperialista em uma economia dependente e identificar os elementos que serviam de sustentáculo para sua reprodução foi – e segue sendo – um elemento central das análises dependentistas.

Não são poucos os autores que traçam uma linha de continuidade entre a TMD e a teoria do imperialismo (DOS SANTOS, 2011; FRANK, 1970; OSORIO, 2012; AMARAL, 2012; LUCE, 2013). Ruy Mauro Marini ([1973] 2008), ao investigar as vicissitudes do sistema capitalista mundial na segunda metade do século XX, aponta para o entendimento de que o subdesenvolvimento se configura como parte do processo de concentração do capital imperialista, ademais de provocar a conformação de um “subimperialismo”³ como consequência de um novo momento do capitalismo dependente.

Se, por um lado, o nascimento da TMD é influenciado pela Teoria Imperialista, por outro, não se pode ignorar o peso que os contextos econômico, político e social latino-americano do pós-Segunda Guerra Mundial têm sobre os escritos dos autores dependentistas marxistas.

² No original: “Ni Lenin, Bujarin, Rosa Luxemburgo, los principales elaboradores marxistas de la teoría del imperialismo, [...] han enfocado el tema del imperialismo desde el punto de vista de los países dependientes.”

³ Esta categoria foi elaborada por Ruy Mauro Marini, e foge do escopo de pesquisa para esta dissertação. Para ver mais sobre, indicamos as obras: *Brazilian subimperialism* (MARINI, 1972) e; *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (MARINI, 1977).

Nesse sentido, é preciso compreender que a segunda metade do século XX é marcada pela profusão de fenômenos políticos, sociais e econômicos, que geraram alvoroço não apenas nos países desenvolvidos, mas também na periferia capitalista (HOBSBAWN, 2009). É dessa época o reordenamento das forças de poder econômico, político e militar, que permitiram aos Estados Unidos da América (EUA) se consolidar como potência hegemônica do sistema internacional.

A consequência da Primeira Guerra é evidenciar a perda de capacidade da Grã-Bretanha de sustentar sua hegemonia e a emergência protagônica dos Estados Unidos no cenário internacional – o que já vinha se tornando uma realidade antes da eclosão do conflito. Em contrapartida, o efeito da Segunda Guerra é constituição de uma nova ordem mundial, na qual os Estados Unidos se convertem, verdadeiramente, em polo hegemônico do sistema capitalista mundial, exibindo supremacia bélica e econômica incontestáveis.

No pós-Segunda Guerra Mundial, além da consolidação dos Estados Unidos como potência econômica, assiste-se, igualmente, à divisão do globo em esferas de influência. De um lado, o mundo capitalista, sob a égide dos EUA; de outro, o mundo dos soviéticos, sob domínio da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os Estados Unidos expandiram seu poder político-econômico por meio da competição militar com a União Soviética, mais precisamente, a partir de 1947, com o anúncio da Doutrina Truman⁴ (FIORI, 2004).

Sobre a consolidação da hegemonia estadunidense, Teixeira assevera que se desenvolve a partir de dois pontos,

[a] construção de uma institucionalidade e de um padrão monetário internacional que expressam a superioridade dos Estados Unidos sobre o mundo capitalista, por um lado, e, por outro, [b] vocação de suas grandes *corporations* para transcender as fronteiras de seu próprio espaço nacional, promovendo a difusão dos padrões norte-americanos de produção, consumo e financiamento, bem como de seu modelo de organização empresarial (TEIXEIRA, 1999, p. 180).

É nesse contexto de constituição de um mundo bipolar, no qual a União Soviética

⁴ Surgida a partir de um discurso proferido pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, ao congresso estadunidense no dia 12 de março de 1947, no qual convocava o parlamento para liberar recursos a fim de conter o avanço comunista na Grécia. A mensagem de Truman converteu-se em doutrina, firmando-se como política anticomunista. Sua expressão no plano econômico dá-se pela execução do Plano Marshall, ajuda financeira aos países europeus abalados pela guerra (SOMBRA SARAIVA, 2001). Para mais detalhes, sugerimos a obra de Kissinger (1994).

se apresenta como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista, que se verifica o ressurgimento do debate sobre o desenvolvimento, especialmente nas academias anglo-saxãs.

A partir da configuração bipolar do mundo e do anseio estadunidense em manter-se como a órbita em torno da qual gravita grande parte da periferia, a constituição do campo de estudos sobre o desenvolvimento manifesta-se como estratégia de poder dos Estados Unidos. Essa estratégia da potência hegemônica tinha por objetivo a expansão do desenvolvimento do capitalismo liberal, bem como a manutenção da influência direta sobre os rumos da economia e da política dos países periféricos, de modo a impedir que essas economias se voltassem a outras direções. Encontrava-se em gestação um arcabouço teórico carregado de conceitos como “progresso” e “atraso”, “tradicional” e “moderno”, “industrializado” e “agrário” (BORBA, 2015).

Esse debate teórico foi consagrado, na literatura, como Teoria do Desenvolvimento, tendo alcançado seu estágio mais radical nos anos de 1950, quando se acirra o embate entre as duas superpotências. Essa teoria é, assim, corolário de um movimento deliberado das potências capitalistas de conformar um corpo teórico, pretensamente baseado em dados empíricos, para explicar as diferentes trajetórias de desenvolvimento dos países ricos e pobres. De maneira geral, a fórmula proposta por seus elaboradores para se alcançar o desenvolvimento estava, necessariamente, associada à adoção de determinadas políticas econômicas que seriam capazes de impulsionar um processo de desenvolvimento e de modernização.

No âmbito da Teoria do Desenvolvimento, uma das obras de maior influência foi a do economista estadunidense Walt Whitman Rostow (1978), intitulada *Etapas do Crescimento Econômico*, que trazia um sugestivo subtítulo: “um manifesto não comunista”. Como o próprio título da obra sugere, o desenvolvimento, para Rostow, seria alcançado por meio de etapas. Assim, para se alcançar o estágio mais avançado do desenvolvimento – que não apenas para Rostow, mas para a grande maioria dos teóricos desenvolvimentistas⁵, estava representado pelas sociedades estadunidense e europeia –

⁵ Dentre autores da teoria do desenvolvimento que têm também as sociedades estadunidense e europeia como suprassumo do desenvolvimento, pode-se citar Ragnar Nurkse ([1953] 1969), Paul Rosenstein-Rodan ([1957] 1964) Arthur Lewis ([1954] 1969) e mesmo nomes mais críticos como o do economista sueco Gunnar Myrdal ([1957] 1965). Este último, inclusive, foi fonte de intensos debates com os teóricos cepalinos, bem como Nurkse e Rostow.

seria preciso adotar determinadas políticas econômicas que fariam as economias periféricas enriquecer.

Para os teóricos dessa corrente⁶, que escreviam a partir dos países do centro, a fórmula para o desenvolvimento estava, necessariamente, associada à adoção de determinadas políticas econômicas que seriam capazes de impulsionar um processo de desenvolvimento e de modernização. Rostow (1978), defendeu a ideia da decolagem - *“take off”*. Nurkse (1957), por seu turno, apresentou o conceito de “círculo vicioso”, e identificou que o problema do subdesenvolvimento estava na falta de capital disponível nos países pobres, sugerindo, assim, que a geração de poupança doméstica seria uma forma de reverter esse quadro. Já Gunnar Myrdal (1960) formulou o que veio a denominar processo de “causação circular cumulativa”, a fim de explicar como um fator negativo é, a um só tempo, causa e efeito de outros fatores negativos, criando obstáculos à geração de renda, ao aumento da produtividade e à superação da pobreza. Myrdal defendeu maior participação do Estado na economia, como forma de elevar a capacidade produtiva e a renda estatal, além de otimizar investimentos externos e investir em integração regional (OLIVEIRA, 2009).

De maneira geral, os teóricos da Teoria do Desenvolvimento apresentam uma linha comum de pensamento, ligada à noção de que subdesenvolvimento significaria ausência de desenvolvimento. Como exemplificado brevemente acima, a explicação para o “atraso” da periferia seria a existência de obstáculos específicos encontrados nos países subdesenvolvidos, tais como elevados índices de pobreza, mercado interno deficiente, ausência de integração produtiva, etc.

Para Dos Santos (2002, p.8), um dos mais importantes teóricos da TMD, “a questão do desenvolvimento passou a ser, desse modo, um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas internacionais, que ocorriam em determinados países, sempre que se dessem as condições para a ‘decolagem’”⁷, de modo a convencer que o desenvolvimento prescindia de um “Estado revolucionário”, como sucedeu na URSS.

É nesse contexto de circulação de ideias e de discursos sobre o desenvolvimento, no pós-Segunda Guerra, que surgem de forma mais institucionalizada, na América Latina,

⁶ Em sua maioria professores de universidades estadunidenses e inglesas.

⁷ No original: La cuestión del desarrollo pasó a ser, de este modo, un modelo ideal de acciones económicas, sociales y políticas interrelacionadas, que ocurrirían en determinados países, siempre que se diesen las condiciones para su “despegue”.

preocupações com as especificidades do processo histórico da região e críticas às teses que pretendiam compreender o desenvolvimento por um prisma universal e a-histórico.

Uma das principais expressões dessa vertente crítica foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948. Suas críticas se propõem a contrapor a lógica da economia clássica, ao identificar, nos aspectos históricos e estruturais, obstáculos para a fruição das benesses do desenvolvimento. O princípio normativo cepalino é “a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana, trata-se [...] do paradigma desenvolvimentista latino-americano” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16).

Para os cepalinos, em linhas gerais, a industrialização das economias periféricas, impulsionada pelo suporte dos Estados Nacionais, era a receita para o desenvolvimento das forças produtivas da região. Nessa perspectiva, somente a constituição de setores industriais seria capaz de reverter o fenômeno da deterioração dos termos de troca entre centro e periferia. Para Prebisch ([1949] 2000) esse fenômeno se origina da constatação de que o aumento dos preços das unidades de produção primária exportada pela periferia não se harmoniza com o intenso aumento dos preços das unidades de produção manufatureira que são importadas. A partir da análise do documento do Comitê Social e Econômico das Nações Unidas (ECOSOC/ONU), de fevereiro de 1949, intitulado *Relações de Preços no Pós-Guerra no Comércio entre Países Subdesenvolvidos e Industrializados*⁸, que traz a correlação de preços referente ao período de 1876 a 1947, Prebisch verifica que o poder de compra de artigos do setor industrial, representado por determinada quantidade de bens do setor primário, havia minguado, aproximadamente, 37%, de 1860 a 1930, ou seja, apontava significativa deterioração na relação de preços entre Estados industrializados e produtores de bens primários, o que era prejudicial para esses últimos.

É incontestável que a análise proposta por Prebisch coloca em xeque a validade da tese ricardiana de que a divisão internacional do trabalho proporcionaria, mediante comércio internacional, equalização das rendas entre mercados manufatureiro e primário. Para o teórico argentino, os pressupostos sobre os quais se fundou o pensamento dominante haviam se transformado em falácia. Em suas palavras, “[...] o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de

⁸ No original: Postwar Price Relations in Trade Between Under-developed and Industrialized Countries.

incontestável validade teórica. Mas [...] se baseia numa premissa terminantemente desmentida pelos fatos.” ([1949] 2000, p.71)

No entanto, se, por um lado, a teoria cepalina dos anos de 1950 e 1960 avança na proposta de uma interpretação mais crítica, por outro, muito se aproxima das teorias nacional-desenvolvimentistas da época. Isto é, identifica o que seria o fator gerador do subdesenvolvimento – a deterioração dos termos de troca – e apresenta uma proposta como solução – a industrialização. Desse modo, fica evidente a manutenção do paradigma de que as economias subdesenvolvidas podem alcançar o desenvolvimento do tipo dos países centrais.

Trata-se de uma contradição da teoria cepalina, que assume, por um lado, que o subdesenvolvimento é consequência da forma como se deu o desenvolvimento das economias globais, ao mesmo tempo em que faz a defesa de uma superação do subdesenvolvimento dentro do mesmo sistema que o criou, apoiando-se na estratégia de industrialização e aliança com uma pretensa burguesia nacional.

Na perspectiva cepalina, o subdesenvolvimento sempre foi entendido como o “outro lado” do desenvolvimento; nacional *versus* internacional. Sobre essa contradição da teoria cepalina, concorda-se com Sampaio Jr (2002, p. 43) quando o autor assevera que “O limite de sua formulação [teoria desenvolvimentista da CEPAL] é acreditar na viabilidade de autossuperação do subdesenvolvimento, na vã suposição de que existem bases objetivas e subjetivas para um capitalismo civilizado na periferia da economia mundial.”

Diferentemente da TMD, os teóricos cepalinos depositaram excessiva convicção no plano de industrialização por substituição de importações. Para a vertente marxista da dependência, a estratégia da industrialização havia falhado em proporcionar aos países periféricos maiores ganhos no comércio internacional. Contrariamente, a industrialização serviu para agravar a concentração de renda, desequilibrar a balança de pagamentos e aumentar o déficit governamental e a própria condição de dependência.

A noção de dependência, segundo a TMD, será abordada na seção seguinte, quando será abordado o pensamento de Ruy Mauro Marini, que expõe, de modo irredutível, a forma como as economias latino-americanas passaram a depender, crescentemente, dos capitais advindos do centro capitalista, a partir do movimento de internacionalização das empresas multinacionais para a região.

Neste momento, cabe registrar que os autores vinculados à TMD começam a elaborar seus escritos nos idos dos anos de 1960, e ganham pujança já no final dessa década e início dos anos 1970, período em que as teses desenvolvimentistas produzidas no âmbito da CEPAL já se mostravam equivocadas e emergia, no cenário internacional, um ideal liberalizante, escorado na literatura neoliberal, que presumia absoluta racionalidade das instituições econômicas e Estado mínimo, ou seja, não intervencionista.⁹

É verdade que a TMD se valeu de estudos e conceitos formulados pela CEPAL, entre os mais destacados estão a dicotomia centro-periferia e a noção de deterioração dos termos de troca. Não à toa que Dos Santos (2002, p. 102), por exemplo, afirma que aquele “profundo esforço intelectual de caráter crítico realizado a partir do encontro de vários exilados no Chile entre 1964 e 1973”, originando a Teoria Marxista da Dependência, “somente foi possível a partir dos antecedentes teóricos que a CEPAL havia sintetizado tão bem”.

Sobre essa ideia de países centrais e países periféricos, em específico, apesar de não ser uma proposição nova, deve-se ao economista argentino Raúl Prebisch o aperfeiçoamento de um composto estruturado de entendimentos sobre a configuração de uma periferia subdesenvolvida, fato que promove uma nova interpretação sobre o subdesenvolvimento (RODRIGUEZ, 2009). Ainda assim, nota-se que existem diferenças de sentido que a dicotomia centro-periferia assume na TMD. Enquanto, para a CEPAL, essa relação é percebida por meio da capacidade de acumulação e pela renda per capita, assumindo uma noção estática, para os dependentistas marxistas, essa relação assume caráter dinâmico e dialético, na medida em que o desenvolvimento dos países centrais impacta o subdesenvolvimento dos países periféricos.

É nesse sentido que se defende a tese de que a TMD não deve ser entendida como produto das ideias cepalinas, ainda que em algum nível seus autores tenham se valido do pensamento cepalino. Tampouco seu propósito é ser apenas uma alternativa teórica ao desenvolvimentismo da CEPAL. Tais concepções descaracterizariam as razões pelas quais se elaboram suas ideias, isto é, o de fornecer alternativas políticas àquelas da

⁹ Ainda que a ideologia neoliberal comece a ganhar musculatura nas décadas de 1970 e 1980, é apenas nos anos de 1990 que se percebe uma inflexão no pensamento cepalino rumo a essa direção, a partir de seus trabalhos oficiais. Sobre a Nova CEPAL, indica-se o texto *Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do consenso de Washington* (CARCANHOLO, 2008).

esquerda reformista associada aos Partidos Comunistas. A CEPAL se converte em alvo, na medida em que os Partidos Comunistas (PCs) aderem à sua cartilha, sobretudo na defesa pela aliança de classes – projeto que, no Brasil, toma forma no governo de João Goulart, pouco antes do golpe empresarial-militar de 1964. (SEABRA, 2019)

Por outro lado, o fato de a vertente marxista da Teoria da Dependência se posicionar no campo oposto ao da teoria cepalina e, em muitos momentos, refutar as premissas assumidas por essa escola, não pode ser usado para se afirmar que a TMD tem na CEPAL sua principal interlocução. Conforme defendido acima, a interlocução era com os PCs – do Brasil e de outros países da América Latina. Eram esses os seus principais interlocutores à época.

A TMD, portanto, não nasce para servir de alternativa teórica, simplesmente, mas para servir, também, de alternativa política. Parte considerável dessa vocação vem, sobretudo, da relação de seus primeiros formuladores com a práxis política, da crença na ação coletiva como instrumento transformador da realidade. Aqui cabe ressaltar a presença da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) na construção dos primeiros escritos do que, depois, viria a ser conhecida como TMD.

A presença da POLOP pode ser identificada nos escritos da TMD através de conceitos e categorias que já constavam no programa da organização. Entre eles:

dialética da integração periférica ao sistema mundial; a natureza capitalista do latifúndio; a associação de interesses entre a burguesia local e o imperialismo; a inviabilidade de reformas no capitalismo dependente; as soluções de força para recomposição do esquema de dominação; o esforço do capitalismo brasileiro em sair da crise pela conquista de mercados externos para sua produção industrial; a tendência estrutural dos níveis de desemprego; maior exploração e pauperização do conjunto da classe trabalhadora (SEABRA, 2020).

Nesse sentido, ao fazer esse breve recorrido histórico e teórico sobre o nascimento da TMD, pretendeu-se pavimentar o caminho para a compreensão das categorias e noções elaboradas pelos teóricos dependentistas marxista, que serão, nas seções subsequentes, apresentadas. Ademais, a compreensão sobre as raízes do pensamento da TMD, bem como dos contextos político e econômico em que se deu seu advento, contribui de maneira valiosa para se compreender, também, o momento político e econômico que permeia o objeto desta dissertação, isto é, o neoliberalismo. Trata-se de um modelo que se tornou

fórmula hegemônica no Brasil e na América Latina, como consequência do esgotamento das políticas desenvolvimentistas.

1.2 Caracterização da Condição de Dependência e a Categoria de Transferência de Valor

Ainda que a TMD tenha sido formulada entre as décadas de 1960 e 1970, instigada pela perspectiva que seus autores tinham daquele determinado momento histórico, seus arcabouços teórico e categorial ainda são pertinentes para uma investigação do capitalismo contemporâneo. O que não significa, também, que a teoria seja uma massa inerte, sem possibilidade de reformulação e reajustes. Tal comportamento caminharia de encontro ao próprio projeto de seus formuladores, uma vez que a realidade está em constante movimento, bem como o sistema capitalista, que se metamorfoseia para sobreviver.

Como bem lembra Marini (1992, p.101), recuperar a teoria da dependência “não supõe, de modo algum, que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical”.

Esta dissertação se situa, portanto, dentro de um amplo movimento, que se constrói de maneira coletiva. Trata-se de um movimento de recuperação da TMD e de tentativa de aproximação de suas categorias à realidade concreta do século XXI. Relaciona-se a um esforço em servir-se das análises clássicas da teoria, se podemos denominá-las assim, que se encontram em um nível de abstração maior – de análise das leis de tendência do capitalismo periférico – e pensá-las em níveis de abstração mais circunjacentes ao concreto, à realidade atual.

Assume-se, nesta pesquisa, portanto, que as variadas determinações da atual fase do capitalismo dependente fogem ao escopo inicial das primeiras formulações dos teóricos da TMD, de modo que as constantes vicissitudes da realidade nos impõem a tarefa de seguir atualizando seu pujante arcabouço teórico elaborado nos idos dos anos de 1960 e 1970.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende recuperar as categorias propostas pelos teóricos da TMD para, em seguida, empreender uma análise do momento recente da história do Brasil, mais especificamente no período posterior à saída do Partido dos Trabalhadores (PT) do governo federal, que se dá em 2016.

Para tanto, nesta primeira parte da pesquisa, destinada à exposição teórica, concentrar-se-á nas teses elaboradas por Ruy Mauro Marini, sobretudo quando da análise da categoria de Superexploração da Força de trabalho. Uma maior atenção dedicada aos escritos desse autor se justifica pelo fato de serem suas as primeiras elaborações das categorias de transferência de valor e de superexploração da força de trabalho.

A obra de Marini, intitulada *Dialética da Dependência*, publicada originalmente em 1973, “constitui o ponto mais alto na explicação das particularidades da reprodução do capitalismo dependente” (OSORIO, 2009, p. 167). Faz-se oportuno esclarecer que essa maior atenção aos seus escritos não significa, de forma alguma, que se furtará de trazer análises desenvolvidas por outros/as autores/as da primeira geração de teóricos da TMD, como Vânia Bambirra, Dos Santos e Gunder Frank em momentos oportunos, ou mesmo de autores contemporâneos que se dedicam a estudar o tema.

Por uma questão de método importante, antes de se entrar no debate acerca da categoria de Superexploração da Força de Trabalho – que será realizado na seção subsequente – cumpre, primeiramente, apresentar e analisar a noção de dependência e a categoria de transferência de valor. Esse movimento inicial faz-se imprescindível, pois são justamente a condição de dependência e as sistemáticas transferências de valor da periferia para o centro que singularizam as economias latino-americanas e que são tomadas como base pelas análises da TMD.

Sem uma nítida compreensão dos fenômenos supracitados, dificilmente se compreende o fenômeno da Superexploração da Força de Trabalho e, conseqüentemente, dificilmente se compreende a realidade da América Latina. É, portanto, nesse sentido que esta seção se ocupará de escrutinar a noção de dependência para a TMD e o fenômeno da transferência de valor.

Com relação à condição de dependência, para Marini (2008, p. 111), esta precisa ser “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente

independentes, em cujo marco, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência¹⁰”.

Marini evidencia, então, a relação de subordinação existente entre as economias periféricas e as economias imperialistas, de modo que o capitalismo é entendido enquanto um sistema, um todo conectado. Desenvolvimento e subdesenvolvimento não são realidades desconexas – nada mais longe – ambas as situações fazem parte de uma mesma dinâmica de acumulação. Apesar de serem realidades diametralmente opostas, estão articuladas.

Quando se analisam as contribuições de Dos Santos, percebe-se que, assim como faz Marini, o autor evidencia a articulação que há entre as economias centrais e periféricas. Nestas últimas, suas possibilidades de desenvolvimento econômico estão condicionadas pela expansão das economias dos países centrais. Como afirma Dos Santos,

O desenvolvimento do capitalismo enquanto capitalismo monopólico imperialista se transforma, dialeticamente, em um impulso à expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, em um limite a esse desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, como consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, senão uma oposição entre capitalismo dominante e um capitalismo dependente. *Este com sua capacidade de desenvolvimento limitada*, incapaz de resolver nem mesmo aqueles problemas de sobrevivência humana elementais que se pode superar em boa parte dos países dominantes¹¹. (DOS SANTOS, 2011, p. 20. Itálico e tradução nossas)

Desse modo, o trecho reproduzido acima evidencia que, ainda que ambas as realidades – central e periférica – conformem um todo conectado, existem leis próprias que regulam o capitalismo dependente. Ou seja, as leis que regem o capitalismo dos países centrais são distintas daquelas que por aqui se verifica. Tal fato explica, por conseguinte,

¹⁰ No original: “[...] entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia.”

¹¹ No original: El desarrollo del capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se transforma, dialécticamente, en un impulso a la expansión mundial capitalista y, al mismo tiempo, en un límite para ese desarrollo. Pues la expansión del capitalismo no produce, en consecuencia de su carácter contradictorio, una economía internacional equilibrada e igualitaria, sino la oposición entre un capitalismo dominante y un capitalismo dependiente, limitado este en su capacidad de desarrollo, incapaz de resolver ni siquiera aquellos problemas de supervivencia humana elementales que se pudo superar en buena parte en los países dominantes.

a necessidade de um arcabouço teórico que dê conta das particularidades que afetam os países latino-americanos. Em outras palavras, “as leis que regem o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos são específicas e, como tais, devem ser estudadas como leis do desenvolvimento dos países capitalistas dependentes” (DOS SANTOS, 2011, p. 365).

Nesse ponto, cabe chamar atenção para o fato de que a perspectiva dependentista marxista procura dar a complexidade que o problema realmente apresenta. Assim, contrariando algumas críticas de que se trata de uma teoria “exogenista”, há uma preocupação clara de seus formuladores em combinar o externo e o interno. Conforme mencionado, a condição de dependência impõe limites, porém, não se trata de um limite absoluto. Com relação ao âmbito externo, Dos Santos (2011) aponta para a divisão internacional do trabalho e ao imperialismo. Quanto ao âmbito interno, o autor denomina de “estrutura dependente”.

Ainda sobre a relação externo-interno, assumindo a dependência como um fenômeno condicionante em que os países dependentes são confrontados com determinados entraves, essa configuração é reconfigurada conforme as próprias dinâmicas internas de cada realidade, de cada país. Como afirma Bambilra, “Não existe um condicionamento absoluto [...], mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação” (2013, p. 40 e 41). Desse modo, o condicionante externo é particularizado e redefinido pelas características próprias das estruturas internas dos países dependentes.

Definido o que se entende por dependência, e explicitada a necessidade de se analisar a estrutura dependente específica de cada país – abordar-se-á o caso do Brasil no capítulo seguinte –, uma vez que cada realidade assimila a condição de dependência de maneira singular, apresentar-se-á o entendimento que se tem sobre a categoria de transferência de valor.

Sobre a categoria de transferência de valor, de modo geral, pode-se falar em dois tipos pelos quais essa opera. O primeiro deles se dá no âmbito do comércio internacional, por meio da troca desigual. O segundo tipo, por sua vez, refere-se à propriedade do capital e está mais relacionado ao capital financeiro (BREDA, 2020).

Um debate mais aprofundado sobre a noção de troca desigual e suas múltiplas interpretações foge ao escopo inicial desta pesquisa, porém, de forma resumida, a partir de Marini (2008), troca desigual é um mecanismo de transferências de valor desde a periferia para o centro e refere-se à apropriação de mais valor produzido na periferia, mas que é realizado nas economias centrais, processo que se dá na esfera do comércio internacional.

Tal mecanismo está calcado fundamentalmente nas diferenças de produtividade entre os países centrais e periféricos. Desse modo, dado o baixo grau de produtividade dos capitais que atuam na periferia e, dado que as mercadorias são vendidas pelo valor de mercado, os capitais mais produtivos capturariam mais valor produzido pelos capitais de baixa produtividade¹².

Marini (2008) aponta que o aumento de produtividade – ou seja, o desenvolvimento industrial – observado nas economias dos países centrais, especificamente na Europa Ocidental, só foi possível, porque se valeu da produção de bens agrícolas oferecidos pelas economias periféricas. Fenômenos como o êxodo rural e o expressivo incremento de operários industriais seriam impraticáveis caso não contassem com a oferta de alimentos e de outras matérias primas provenientes dos países periféricos. Isto porque “o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial¹³” (MARINI, 2008, p. 113). Nesse sentido, os capitalistas dos países centrais puderam se especializar e desenvolver seus parques industriais, o que possibilitou o aumento da produtividade de seus produtos manufaturados¹⁴.

A partir de Marini, Carcanholo (2013a) apresenta diferentes instrumentos pelos quais se dão a troca desigual. O primeiro pressupõe que uma mesma mercadoria pode ser produzida a partir de diferentes níveis de produtividade e que os capitais que gozam de

¹² Trabalhos recentes, que buscaram analisar os dados da economia brasileira, têm confirmado a transferência de valor via troca desigual. Ver, por exemplo, Breda, 2020 e; Franklin e Borges, 2020.

¹³ No original: “el desarrollo industrial supone una gran disponibilidad de bienes agrícolas, que permita la especialización de parte de la sociedad en la actividad específicamente industrial.”

¹⁴ Ainda que não seja o foco agora, cumpre observar que os impactos dos processos de colonização, como não poderia deixar de ser, estão além dos aspectos econômicos. Acerta Lazzarato (2019, p. 82 e 83) quando afirma que “O colonialismo não foi apenas uma formidável máquina de exploração de uma força de trabalho reduzida à escravidão. As colônias não foram apenas terras de pilhagem e de acumulação de riquezas para a Europa. O colonialismo e as colônias foram partes integrantes e constitutivas da ordem política ocidental.”

maior produtividade se apropriam de uma mais valia extraordinária. Isso acontece, porque, em tese, as mercadorias são comercializadas conforme o tempo de trabalho socialmente necessário, de modo que os capitais de maior produtividade, ao vender sua mercadoria pelo valor de mercado, apropriam-se do valor produzido por capitais menos produtivos. A defasagem no grau de produtividade entre centro e periferia, portanto, configura-se como o primeiro instrumento pelo qual o valor produzido na periferia é acumulado no centro.

O segundo instrumento é identificado em um nível de abstração menor: a transferência de valor se dá entre setores mais e menos produtivos. Dado que os setores nos quais operam os capitais nas economias dependentes possuem a tendência de dispor de uma produtividade inferior à média da economia global, e dado que as mercadorias com maior composição do capital são produzidas por capitais que atuam no centro do sistema, aí se opera transferência de valor dos setores menos produtivo para os mais produtivos (CARCANHOLO, 2013a, p. 165).

Por fim, Carcanholo (2013a) apresenta um terceiro mecanismo pelo qual se opera a transferência de valor e que, ainda que não explicitamente, residiria também nos escritos de Marini. Esse terceiro instrumento se associa ao fenômeno da monopolização do capital e estaria no nível de abstração do comércio de mercadorias, que se refere aos preços de mercado verdadeiramente praticados. Os capitais monopolizados possuem uma margem de atuação maior no sentido de manter, mesmo que temporariamente, os preços do mercado acima dos preços de produção. Nesse caso, tais capitais criariam as condições para se apropriar de um valor maior em relação ao que foi, efetivamente, produzido.

No entanto, conforme já mencionado, a perda de valor provocada pela troca desigual não é o único mecanismo de transferência de valor. Existe, também, as transferências de valor na modalidade propriedade e controle do capital. Essas se dão, por sua vez, por mecanismos como remessas de lucros e dividendos, amortizações e pagamento de juros de dívidas, royalties e patentes.

Desde o processo de monopolização e sua conseqüente centralização e concentração de capital analisado pelos teóricos do Imperialismo no início do século XX – e apresentado brevemente na primeira seção deste capítulo –, passando pelo processo de financeirização da década de 70 do mesmo século, na esteira do neoliberalismo, essa

modalidade de transferência de valor vem assumindo uma relevância cada vez maior. Esse movimento é percebido, sobretudo, por Dos Santos, que escreve:

As relações financeiras são, por parte das potências dominantes, formas de empréstimo e exportação de capital que permitem que recebam, em troca, juros e lucros, aumentando seu excedente interno e aprofundando o controle das economias desses países [periféricos]. Em contrapartida, por parte dos países dependentes, estas relações se apresentam como exportação de lucros e juros que levam uma porção do excedente gerado em seu interior e conduzem a uma perda de controle de seus recursos produtivos (DOS SANTOS, 2011, p. 369. Tradução nossa).¹⁵

A partir do que foi apontado por Dos Santos, percebe-se que o capital financeiro ocupa papel importante nos processos de transferência de valor e, portanto, na condição de dependência que marca os países latino-americanos. Desse modo, é importante que se registre a necessidade de se pensar todos esses mecanismos de transferências de valor da periferia ao centro conjuntamente, uma vez que atuam de forma articulada e não isoladamente.

1.3 A Superexploração da Força de Trabalho

A presente seção pretende dar continuidade à análise do arcabouço teórico e categorial da TMD. Enquanto a primeira seção deste capítulo procurou apresentar o contexto de formulação dos escritos dependentistas marxista, bem como suas filiações teóricas, e a segunda seção concentrou-se na análise e exposição da noção de dependência e da categoria de transferência de valor, esta seção se concentrará na categoria de Superexploração da Força de Trabalho.

A lógica por trás dessa linha de pensamento que se buscou construir reside no fato de que a manifestação da Superexploração da Força de Trabalho nos países periféricos latino-americanos é uma consequência dos fenômenos apresentados anteriormente.

¹⁵ No original: “Las relaciones financieras son, por parte de las potencias dominantes, formas de préstamo y exportación de capital que permiten recibir intereses y ganancias aumentando su excedente interno y profundizando el control de las economías de estos países. En cambio, por parte de los países dependientes, estas relaciones se presentan como exportación de ganancias e intereses que llevan una porción del excedente generado en su interior y conducen a una pérdida de control de sus recursos productivos.”

Quando se pensa no corolário da condição de dependência que estrutura a realidade desses países e das sistemáticas transferências de valor, chega-se à categoria de superexploração da força de trabalho, que é central para o objetivo principal desta pesquisa.

Dessa forma, abordar a maneira como a América Latina foi inserida no capitalismo mundial – como exportadora de bens primários e importadora de bens manufaturados, colaborando com a industrialização do centro¹⁶ –, definir o que se entende por condição de dependência e, por fim, apreender que os países periféricos transferem valor para os países do centro – seja pela troca desigual, seja por outras formas – são passos imprescindíveis para se compreender a noção de Superexploração da Força de Trabalho. Não por acaso, Marini traça esse caminho em sua obra central *Dialética da Dependência*.

Como exposto, parte do valor que foi produzido na periferia é apropriado no centro, fato esse que atravança um processo de acumulação de capital interna nesses países. O ciclo do capital – produção e circulação/realização – é, então, cindido. No entanto, tendo em vista que a periferia do sistema está inserida no modo de produção capitalista – uma vez que são realidades distintas, porém entrelaçadas –, esta não poderia fugir da necessidade de que tem o capital de concluir seu ciclo.

Nesse ponto, cabe retomar a noção de cisão do ciclo de capital citada anteriormente, pois seu resultado “é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias.” (MARINI, 2008, p. 132)¹⁷.

A cisão do ciclo de capital¹⁸ refere-se, basicamente, ao fato de que os capitais que atuam nas economias dependentes podem prescindir da capacidade de consumo interna, vez que a realização da produção nacional não se dá internamente, mas, sim, no mercado internacional. Desse modo, verifica-se uma quebra, uma separação na dialética produção-

¹⁶ Nesse ponto, Marini (2015, p. 113, 114 e 115) demonstra como essa dinâmica de exportação de bens primários e importação de bens manufaturados contribuiu para que as economias dos países centrais pudessem se deslocar de uma mais valia absoluta à mais valia relativa.

¹⁷ No original: “es hacer que aparezca de manera específica en la economía latinoamericana la contradicción inherente a la producción capitalista en general, es decir, la que opone el capital al trabajador en tanto que vendedor y comprador de mercancías.”

¹⁸ A cisão do ciclo de capital pode se dar de várias formas. Para os propósitos desta pesquisa, importa, apenas, apresentar uma noção geral do conceito. Para aprofundamento do tema, indica-se a obra de Luce (2018).

circulação de bens de consumo. Nos países de economia dependente, portanto, o capital não conclui seu ciclo, o ciclo de realização fica inacabado, de modo que se atravança o processo de acumulação de capital na periferia. A “maneira específica” a que Marini se refere é, justamente, o modo de reprodução do capital, que se dá de forma particular nas economias dependentes.

Em outras palavras, o trabalhador periférico não ocupa a mesma função que o trabalhador dos países centrais, isto é, as estruturas internas de produção estão orientadas para atender às necessidades do mercado mundial, não para atender às suas necessidades, de modo que a produção periférica não depende de seus trabalhadores para se realizar – o que viabiliza o comportamento das elites econômicas e do Estado de resistir em fazer concessões aos trabalhadores. Para Marini (2008, p. 134), nas economias dependentes, a realização da produção independe do consumo da classe trabalhadora, de modo que abre margem para que o capital explore, no limite, a força de trabalho dessa classe.

A velha contradição capital x trabalho, em uma economia dependente, manifesta-se de maneira ainda mais intensa. Sendo assim, Marini é categórico ao afirmar que o capitalismo das economias dependentes

“[...] é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.¹⁹” (MARINI, 2008, p. 134)

Cumprir observar que, ainda que essa cisão se dê na esfera da circulação – ou seja, ocorre quando a produção das economias dependentes se realiza nos países centrais –, Marini busca associá-la ao modo de produção capitalista que, na periferia, tem suas contradições acentuadas, criando uma forma própria de exploração: a superexploração da força de trabalho.

Nas palavras de Marini,

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas, sim, *compensar a perda de renda gerado pelo comércio internacional, recorrendo*

¹⁹ No original: “[...] es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional.”

*a uma maior exploração do trabalhador*²⁰. (MARINI, 2008, p. 123. Itálico e tradução nossas)

A primeira observação a se fazer a respeito da afirmação de Marini é que o autor, nesse ponto, fala apenas sobre as transferências de valor via intercâmbio desigual. De fato, é Dos Santos, entre os clássicos da TMD, quem mais aborda as transferências de valor que se dão na modalidade propriedade e controle do capital, ainda que Marini aponte essas formas resumidamente em outros trechos de sua obra.

No momento, para esta pesquisa, a passagem acima é particularmente importante, pois Marini evidencia o caráter compensatório que assume a Superexploração da Força de Trabalho na periferia. Isto é, a fim de se compensar as transferências de valor que se operam tanto pelo comércio exterior, como pela propriedade e controle do capital, os capitalistas que atuam nos países periféricos superexploram a força de trabalho e, dessa maneira, encontram margem para se desenvolverem dentro da lógica do sistema capitalista.

Sendo assim, como resposta ao fenômeno da transferência de valor, os capitais que atuam nos países periféricos lançam mão da Superexploração da Força de Trabalho. Trata-se de uma alternativa imposta aos trabalhadores e trabalhadoras da periferia ante a necessidade de se produzir mais excedente, a fim de compensar as sistemáticas transferências de valor que se verifica nos países de economia dependente, como é o caso do Brasil.

Conforme apresentado, o modo de reprodução do capital, na periferia, difere daquele observado nos países centrais. Nas economias dependentes, a reprodução do capital assume contornos próprios, de modo que as determinações do valor da força de trabalho também assumem características particulares. Para Marini, a essência da superexploração reside justamente na negação, aos trabalhadores, das condições mínimas para a reposição do gasto da sua força de trabalho. Tal negação se dá devido “a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar em condições normais, provocando, assim, seu esgotamento prematuro”, ou “porque se lhe retira

²⁰ No original: “Lo que aparece claramente, pues, es que las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redoblado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, recurriendo a una mayor explotación del trabajador.”

inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2005, pág. 126-127)²¹.

Para Bambilra, uma das maiores contribuições de Marini reside exatamente no fato de o autor ter demonstrado que o modo de produção na periferia possui “leis de movimento que lhes são específicas”. Para Bambilra, a superexploração da força do trabalho também é um fenômeno resultante dessa especificidade. Nas economias dependentes, esse fenômeno é permanente e sistemático (BAMBIRRA, 1978, pág. 70).

A categoria de Superexploração, como apresentada nesta dissertação, é originalmente elaborada por Marini, e se constitui como categoria de análise fundamental para seus escritos sobre a condição de dependência. Para Osório (2009, p. 171), trata-se da categoria que “cuida de dar conta do aspecto central da reprodução do capital dependente”.

Marx, principal referência para as formulações de Marini, ajuda a explicar essa centralidade quando afirma que é da relação entre o capitalista e o trabalhador assalariado que “[...] depende todo o sistema do salariado e todo o regime atual de produção” (MARX, 1953, n.p). Para Marini, as estruturas de produção também são moldadas pela relação entre o patrão e o empregado, no entanto, quando se trata do capitalismo dependente, esta relação é fundamentada na superexploração da força de trabalho. Como coloca o próprio Marini (2008, p. 163), “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”²².

1.3.1 As Formas Assumidas pela Superexploração

Conforme apresentado na introdução, o objetivo principal desta pesquisa é analisar e identificar as alterações ocorridas sobre o fenômeno da superexploração na história recente do Brasil. Para tanto, é imprescindível que se compreendam as formas

²¹ No original: “a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro [ou] porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal”.

²² No original: “el fundamento de la dependencia es la superexplotación del trabajo”

pelas quais se opera este fenômeno. É certo que, sem uma boa compreensão das formas da superexploração, não se conseguirá empreender uma análise de uma situação concreta, que, neste caso, são as alterações por que passou a superexploração nos últimos anos.

Nesse sentido, lançaremos mão de algumas categorias fundamentais que servirão de suporte e mediação para a efetiva compreensão das diferentes formas da superexploração da força de trabalho. Entre elas destacam-se quatro: i) valor da força de trabalho; ii) fundo de consumo; iii) fundo de vida e; iv) violação do valor da força de trabalho.

Para entender a primeira categoria mediadora – valor da força de trabalho –, é preciso compreender o que é força de trabalho. No livro 1 d'O Capital, Marx (2013, p. 180) afirma que se entende por força de trabalho “o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” Um pouco mais adiante, Marx afirma que

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária. (2013, p. 183, grifo nosso)

Essas passagens acima são já suficientes para desanuviar o que Marx entende por valor da força de trabalho, e que é a concepção que assume a TMD. Ora, se a força de trabalho é a capacidade das/dos trabalhadoras/es de produzir valores de uso – mercadorias –, o seu valor deverá, portanto, levar em consideração as condições e os meios para a reposição do gasto físico e mental realizado pelos/pelas trabalhadoras/es na produção daqueles valores de uso.

Ainda que Marx não tenha definido uma fórmula para se calcular o valor da força de trabalho – até porque demandaria uma análise em um nível de abstração muito inferior ao que o autor trabalhava –, seus escritos oferecem as bases para tal tarefa. Osório (2003, p. 43 a 45) apresenta alguns elementos chaves que precisam ser considerados quando do exercício de aproximação ao valor da força de trabalho. O autor comenta, por exemplo,

sobre a necessidade de se levar em consideração o tempo de vida útil – o total dos anos de trabalho – dos trabalhadores, e este varia de acordo com as condições sociais da época e do lugar, isto é, o valor total da força de trabalho.

Osório (2003), a partir dos escritos d'O Capital, lembra que o valor diário e o valor total são duas dimensões do valor da força de trabalho. O valor total é fundamental para a determinação do valor diário. O valor diário da força de trabalho, por sua vez, é determinado a partir da massa de valor necessária para garantir a subsistência e a reprodução do trabalhador. Em outras palavras, “o pagamento diário da força de trabalho deve permitir a ele reproduzir-se de tal forma que possa apresentar-se ao mercado de trabalho durante trinta anos e viver os vinte anos restantes aposentado em condições normais de existência, e não menos”. (OSORIO, 2012, p. 51)

A partir do exposto, fica mais compreensível quando Osório (1975) apresenta a imbricação das noções de valor diário e valor total com as categorias de fundo de consumo e fundo de vida. Sobre essas duas categorias, Luce (2018, p. 159) afirma que “Fundo de consumo e fundo de vida expressam, dialeticamente, a transubstanciação do valor diário e do valor total”. Isto é, em um caso de remuneração em que não permita ao trabalhador repor plenamente o desgaste da sua força de trabalho, impacta negativamente seu fundo de consumo, que, por consequência, impacta, também, seu fundo de vida.

Osório (2003, p. 44) lembra, ainda, que essa discussão não é apenas sobre salário e discorre sobre uma situação hipotética, na qual o trabalhador tem sua jornada prolongada ou intensificada a tal ponto, que nem o pagamento de horas extra ou aumento salarial poderiam evitar a redução da vida útil total. Daí desprende-se que a violação do valor da força de trabalho pode ocorrer por meio de dois tipos. Ou seja, esta pode impactar negativamente tanto o fundo de consumo da classe trabalhadora, quanto o fundo de vida, quanto os dois, já que estão atrelados.

Ainda sobre o valor da força de trabalho, é imprescindível a noção de que as necessidades básicas variam de uma época para outra. Se, no início do século XX, ter acesso à internet, possuir um aparelho televisor ou uma geladeira não eram consideradas

necessidades básicas, hoje, trata-se de necessidades “tão substantivas em nosso tempo, quanto ter pão ou torradas, leite ou feijão”²³ (OSÓRIO, 2003, p. 45).

Dáí se extrai um outro elemento fundamental na hora de realizar uma aproximação ao valor da força de trabalho, que é a compreensão de seu caráter histórico e relacional, isto é, o valor histórico-moral da força de trabalho. É nesse sentido que Luce (2018, p. 169) escreve que “[o] *valor normal* [da força de trabalho] reflete um patamar histórico, com limites acomodados pela dinâmica reprodutiva do capitalismo e conquistados pela classe trabalhadora e o movimento operário dentro da luta de classes”.

A partir desse ponto, já fica mais compreensível o que seria o fenômeno da violação do valor da força de trabalho. Com base em uma aproximação a um valor “normal”²⁴ da força de trabalho em determinada época e lugar, é possível empreender uma análise sobre realidades concretas e identificar sua violação, ou não. A violação do valor da força de trabalho consiste, em suma, em remunerar o trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho. Isto é, uma remuneração que não atinge o necessário para que a classe trabalhadora seja capaz de repor o seu desgaste.

A superexploração é, portanto – e não somente – a sistemática violação do valor da força de trabalho. Aqui é importante destacar sua característica sistêmica e estruturante, para que não incorramos no erro de passar a enxergar a superexploração em qualquer realidade na qual se perceba uma remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor.

Ora, uma das maiores contradições do sistema capitalista é, justamente, a relação capital e trabalho, que, na periferia, como já apresentado, toma uma forma específica. Concorda-se com Luce (2018, p. 156), quando este defende que a superexploração aprofunda, agudiza a tendência negativa, presente na teoria do valor. Isto é, nas economias dependentes, a força de trabalho não está submetida apenas à exploração nos moldes mais gerais da teoria do valor – característicos do sistema capitalista, de forma geral –, senão

²³ No original: “[...] tan sustantivas en nuestro tiempo como contar con pan o tortillas, leche o frijoles.”

²⁴ Neste ponto, cabe esclarecer que não se trata de valor “justo”, ou coisa do gênero. Marx, inclusive, prevê a extração de mais-valia mesmo em condições de um pagamento equivalente à força de trabalho. Ver: Carcanholo, 2013a e Luce, 2018.

que está submetida, também, às condições específicas que estruturam as economias dos países periféricos.

A partir do que foi apresentado até aqui, espera-se que tenha ficado patente a posição de entender a superexploração enquanto fenômeno característico das economias dependentes. Alguns críticos da TMD, e mesmo autores do campo dependentista marxista, buscaram desqualificar, de certa forma, a categoria de superexploração, afirmando que estas formas descritas por Marini já estariam presentes em Marx, o que, de fato, não é incorreto. No entanto, como defende Carcanholo (2013a), esse equívoco é provocado pela confusão que se faz entre a categoria em si e as suas formas de remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor. As formas pelas quais se opera a superexploração – apresentadas em seguida – não são a essência da categoria, ainda que parte dela seja. Por conseguinte, uma coisa são as formas da superexploração – estas, sim, já presentes em Marx –, outra é a categoria em si, isto é, a sua relação com um contexto específico. No caso dos países latino-americanos, a relação com uma formação social e econômica dependente, cuja uma das características estruturais são as sistemáticas transferências de valor.

É nesse sentido que Amaral (2018) propõe a noção de par-categorial. Em suas palavras, par-categorial “pode ser expresso pela inter-relação indissolúvel que há entre transferência de valor e intensificação da exploração da força de trabalho, esta última apresentando-se através de qualquer dos seus mecanismos [...]”. Ou, ainda, “superexploração é o elo indissolúvel representado por transferência de valor ↔ mais exploração da força de trabalho” (AMARAL, 2018, p. 9).

Portanto, tem-se, até aqui, que a superexploração da força de trabalho foi a maneira encontrada pelos capitais que atuam nas economias dependentes de garantir sua reprodução. Trata-se de um mecanismo que serve para compensar as transferências de valor, isto é, o mais-valor produzido na periferia, mas realizado nos países centrais. Ademais, conforme apresentado, a superexploração consiste em remunerar a força de trabalho abaixo do valor mínimo necessário à sua reposição e, para tanto, se vale de diferentes formas.

Finalmente, sobre as formas pelas quais se opera a superexploração da força de trabalho, Marini (2008), em sua obra principal, aponta para três possibilidades que podem, ou não, aparecer de maneira concomitante: i) aumento da intensidade da força de

trabalho; ii) prolongamento da jornada de trabalho e; iii) redução do fundo de consumo dos trabalhadores e sua transformação em fundo de acumulação – ou seja, diminuição de salário. São, de maneira geral, instrumentos que permitem ao capital negar à classe trabalhadora as condições mínimas para a reposição da energia gasta.

Nesse sentido, sobre essas três formas, o autor coloca que, em todas elas, está presente uma mesma qualidade, ou seja, a de ser negado aos trabalhadores as condições mínimas necessárias para se repor o desgaste de sua força de trabalho. No que se refere ao aumento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho, o trabalhador é levado a um maior dispêndio de energia, o que gera um esgotamento prematuro, atentando, então, contra o seu fundo de vida. Ambas as formas possuem a tendência de ocorrer sem o respectivo aumento salarial. Com relação ao pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, por sua vez, produz-se um cenário em que o trabalhador não consegue alcançar as condições normais para a reposição de sua força de trabalho, posto que há uma restrição de sua capacidade de consumo (MARINI, 2008, p. 126 e 127).

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que, ao trabalhador, lhes são negadas as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe obrigam a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando, assim, seu esgotamento prematuro; no último, porque se lhe retira, inclusive, a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2008, p. 127)²⁵.

Especificamente sobre o prolongamento da jornada de trabalho, a fim de se produzir uma maior massa de valor, opera-se a elevação do tempo de trabalho excedente apropriado pelo capital. Aqui, está-se diante da apropriação do fundo de vida do trabalhador, vez que afeta negativamente o valor total de sua força de trabalho, reduzindo seus anos de vida útil.

Por sua vez, quando se fala do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, está a se referir à redução do fundo de consumo do trabalhador, que é convertido, pelo

²⁵ No original: “[...] en los tres mecanismos considerados, la característica esencial está dada por el hecho de que al trabajador se le niegan las condiciones necesarias para reponer el desgaste de su fuerza de trabajo: en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal”.

capital e para benefício seu, em fundo de acumulação. Em outras palavras, trata-se de um salário que não é suficiente para que a classe trabalhadora reponha o desgaste ao qual foi submetida.

Com relação à terceira forma da superexploração descrita por Marini, esta se dá a partir do aumento da intensidade do trabalho ou, em outras palavras, trata-se de produzir mais, porém dentro do mesmo tempo da jornada de trabalho. Neste caso, está-se diante de uma elevação da massa de valor produzido por meio de um acréscimo compulsório do ritmo de trabalho, sem que haja aumento da duração da jornada de trabalho ou mesmo da remuneração.

Há, ainda, uma quarta forma de superexploração da força de trabalho. De acordo com Amaral e Carcanholo (2012, p. 100), esta outra forma, ainda que não explicitamente, está presente nos escritos de Marini e se refere ao fenômeno que já foi descrito anteriormente, neste texto, isto é, o fato de que existe um elemento histórico-social na determinação do valor da força de trabalho. Nesse sentido, o progresso das forças produtivas e as transformações por que passa as sociedades desencadeia a elevação das necessidades humanas e, portanto, em um cenário no qual a remuneração ao trabalhador não acompanha essas novas necessidades, está-se diante de uma forma de superexploração.

Luce (2018) denomina essa nova forma de *hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida*, e sua análise vai ao encontro do exposto acima. “Produtos que antes eram francamente suntuários, isto é, bens de consumo de luxo, com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens salário” (LUCE, 2008, p. 193). Fica claro que Luce está falando aqui de um aumento das necessidades humanas e como estas precisam vir acompanhadas de um aumento do salário. Caso contrário, revela-se uma nova forma de superexploração.

Compreender estas formas e como elas operam na realidade são fundamentais para se alcançar o objetivo maior desta dissertação. Para tanto, é imprescindível que se esteja munido de um arcabouço categorial e teórico a ponto de permitir esta aproximação com a realidade concreta. Este foi o objetivo que se buscou cumprir neste primeiro capítulo. Em seguida, no segundo capítulo, proceder-se-á a uma análise do contexto econômico e político brasileiro nos anos 2000, com ênfase na estratégia neoliberal adotada, sobretudo, nos anos de 1990 e mantida pelos governos do Partido dos

Trabalhadores. Buscar-se-á destacar o aprofundamento da condição de dependência durante esse período, de forma a possibilitar maior entendimento acerca das razões e impactos sobre o fenômeno da superexploração da força de trabalho.

2. A DOUTRINA NEOLIBERAL E OS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA

Findada a primeira parte de exposição sobre a Teoria Marxista da Dependência e suas categorias de análise, que servirão de guia e ferramenta fundamental para a concretização do objetivo maior desta dissertação, este capítulo se concentrará na análise do neoliberalismo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). A tese, aqui, é que os governos dos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff não romperam com o modelo neoliberal implementado no Brasil, pelo contrário. Durante esse período, o neoliberalismo se entranhou e fincou raízes ainda mais profundas, consolidando-se como a estratégia de desenvolvimento do país e impactando negativamente a condição de dependência da economia brasileira.

Empreender uma análise dos governos do Partido dos Trabalhadores, tendo como pano de fundo a manutenção da doutrina neoliberal e o conseqüente aprofundamento da condição de dependência, contribuirá para uma maior compreensão das razões que subjazem à agudização – ou não – do fenômeno da superexploração da força de trabalho pós-2016, que será realizado no capítulo seguinte.

Sendo assim, nesta parte da pesquisa, a ênfase será no modelo neoliberal, que, sob os governos do PT, ganha um novo fôlego. Para esta tarefa, além de revisão bibliográfica de literatura sobre o tema e das principais políticas adotadas no período, será feito uso de dados econômicos e sociais do período. Ademais, buscar-se-á compreender de que forma a condição de dependência da economia brasileira fora impactada.

2.1. A Doutrina Neoliberal

Antes de se abordar mais especificamente os fatores que conferem sustentação à tese de que os governo do PT não romperam com a doutrina neoliberal, senão que esta foi aprofundada durante o momento em que o partido esteve no Palácio do Planalto, importa, primeiro, empreender uma breve discussão sobre o que seria essa doutrina.

Igualmente importante é perceber seu processo de implementação e acomodação na realidade brasileira.

Na América Latina, de maneira geral, o neoliberalismo tornou-se fórmula hegemônica sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Especificamente no caso brasileiro, essa inflexão seria consequência do esgotamento das políticas desenvolvimentistas, isto é, defendeu-se a necessidade de implementação do neoliberalismo a partir do pressuposto de que a política de Industrialização por Substituição de Importação (ISI) havia fracassado e chegado no seu limite, sem mais condições de se pôr como alternativa viável²⁶. À época, os defensores do neoliberalismo argumentaram que a ISI teria perdido a capacidade de possibilitar uma elevação do grau de desenvolvimento industrial, de controlar a inflação ou de assegurar a estabilização monetária (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 95).

Saad Filho e Moraes assim definem neoliberalismo (2018, p. 96):

O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo).

Partindo da proposta de Saad Filho e Moraes (2018), depreende-se que o neoliberalismo não se define no nível das políticas econômicas, tampouco se limita a um receituário ou a uma reestruturação no campo do Estado. A definição de neoliberalismo estaria, portanto, em um nível de análise maior. A ideia, aqui, é a de que o neoliberalismo promove mudanças no campo econômico, mas também no Estado, na política e na cultura.

Salvaguardadas as consistentes divergências de leituras, Pierre Dardot e Christian Laval, no livro *Nova Razão do Mundo*, apontam para o mesmo sentido de Saad-Filho e Moraes quando argumentam que o neoliberalismo precisa ser entendido para além do âmbito econômico. Segundos os autores, “a nova racionalidade neoliberal” se concretiza a partir de dispositivos não apenas econômicos, mas discursivos, institucionais, políticos

²⁶ Nesse ponto, cabe a ressalva de que muitos países da região nem chegaram a construir um projeto de industrialização. Essa análise está mais próxima da realidade de países como Argentina e México, além do Brasil.

e jurídicos (2016, p. 384). Mais do que se tratar de um novo modelo de acumulação capitalista, o neoliberalismo teria forjado uma nova racionalidade, baseada na concorrência e na mercantilização das relações sociais.

Não por acaso, o título dado à obra é *Nova Razão do Mundo*, ou seja, a compreensão sobre neoliberalismo não deve se limitar a uma análise puramente de políticas econômicas. Não se trata – ou pelo menos, não apenas – de uma questão econômica, de modo que se opera, aí, um transbordamento para outras esferas da vida social. De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se hegemonizou, consolidou-se enquanto o modo de vida característico do capitalismo na sua contemporaneidade. Em suas palavras, “[...] longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma ‘razão-mundo.’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.18)

Nesse sentido, concorda-se com Dardot e Laval (2016) em, pelo menos, dois pontos: i) no entendimento de que não se deve confundir neoliberalismo com determinadas políticas econômicas apenas e; ii) quando desmistificam a ideia de que neoliberalismo é o predomínio do mercado em detrimento do Estado, como se imperasse aí um antagonismo. Os mesmos autores apontam, inclusive, que o próprio Estado é partícipe da constituição dessa “nova racionalidade”. Sobre o papel do Estado, Dardot e Laval dissertam como este é imprescindível, por exemplo, para a sobrevivência do “mercado”. Dado que o mercado é uma construção e não uma obra divina, ou coisa do gênero, faz-se necessário uma participação ativa do Estado em prol de sua manutenção, bem como um arcabouço jurídico, que contemple suas necessidades de sobrevivência. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.557).

Antes adentrar no debate sobre Estado, ainda com relação ao entendimento de que neoliberalismo não se define apenas no nível da política econômica, cabe trazer uma análise de Carcanholo (2019) acerca deste tema. Para o autor, equivocam-se aqueles que planteiam que o neoliberalismo se encontra no nível das políticas econômicas, uma vez que

Segundo os seus próprios formuladores, o neoliberalismo está posto em um nível de abstração superior ao da política econômica, encontra-se no nível de uma estratégia de desenvolvimento específica, que tem a ver com uma conformação estrutural específica da sociedade capitalista. Essa conformação estrutural específica pode apresentar, em seu tempo histórico, diversas conjunturas. *Estas,*

por sua vez, geralmente requerem políticas econômicas diferentes (ortodoxas ou heterodoxas) para enfrentar as características das situações específicas. (CARCANHOLO, 2019, p. 35, grifo nosso)²⁷

Voltando à discussão sobre o papel do Estado no neoliberalismo, há também uma interessante contribuição de François Chesnais. Ao analisar a difusão da doutrina neoliberal e do processo de financeirização, fenômenos involucrados e cujo avanço o autor denomina de “mundialização”²⁸, Chesnais (2005, p. 18) afirma que “Apenas na vulgata neoliberal o Estado é ‘exterior’ ao ‘mercado’”. Em seguida, prossegue o autor, “Sem a ajuda ativa dos Estados, as empresas transnacionais e os investidores financeiros institucionais não teriam alcançado as posições dominantes que hoje possuem” (CHESNAIS, 2005, p. 18). Trata-se, portanto, de uma nova institucionalidade ante o Estado de bem-estar social.

Fiori (1997, p. 150) é outro autor que auxilia na compreensão dessa nova institucionalidade do Estado, sob a doutrina neoliberal e a partir do caso brasileiro. Para o autor, a noção de falência do Estado, que surge com o neoliberalismo e emerge no Brasil nos anos de 1990, é uma análise do ideário liberal e conservador. Tal noção, na verdade, serviu para deslocar a centralidade do Estado. Se antes, este exercia o papel de principal agente transformador e fomentador do processo produtivo, capaz de dinamizar a demanda e de promover o desenvolvimento industrial²⁹, agora, sob a égide neoliberal, o Estado segue exercendo seu papel de interventor, mas com foco ainda maior na garantia de proteção ao capital.

O Estado, portanto, assume a tarefa de ser o garantidor desse novo modelo de valorização do capital. “Neste sentido, [trata-se de] um Estado que confere primazia ao controle inflacionário, que leva a cabo políticas de abertura comercial, desregulamentação

²⁷ No original: “Según sus mismos formuladores, el neoliberalismo está planteado en un nivel de abstracción superior al de la política económica, el nivel de una estrategia específica de desarrollo, que tiene que ver con una conformación estructural específica de la sociedad capitalista. Esta conformación estructural específica puede presentar, en su tiempo histórico, distintas coyunturas. Estas, a su vez, suelen requerir distintas políticas económicas (ortodoxas o heterodoxas) para enfrentar características de las específicas coyunturas.”

²⁸ Mais precisamente, de acordo com Chesnais (1997, p. 7) “O termo mundialização do capital designa um quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo [...] em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha”.

²⁹ A noção de um Estado que exerce o papel de protagonista no projeto de transformação das economias subdesenvolvidas em economias desenvolvidas foi assumida, no Brasil, pela ideologia nacional-desenvolvimentista. Para estes, o Estado estaria acima das contradições de classes.

financeira e flexibilização do mercado de trabalho [...]” (AMARAL, 2012, p. 112). Ainda, nas palavras de Duménil e Lévy (2006, n.p), “o Estado neoliberal não é um Estado débil. Ao contrário, é muito forte³⁰.

Desse ponto já se extrai um relevante elemento que corrobora a tese de que o período dos governos do PT não rompeu com o neoliberalismo, ou, no mínimo, desmantela a tese de que pelo fato de se ter tido um Estado mais atuante, estaríamos diante de um governo não neoliberal³¹.

Retomando a reflexão acerca desse papel interventivo do Estado, percebe-se que tal traço é ainda mais destacado nas economias periféricas. Nestas localidades, a função do Estado enquanto garantidor do processo de acumulação de capital se exacerba. Sobre esse ponto, convém mencionar a análise de Osório (2014) acerca do caráter autoritário do Estado na periferia. Tal fenômeno é resultado do desequilíbrio de poder entre centro e periferia, cujas relações são marcadas pela subordinação e limitação da soberania desta. Nesse sentido, “A debilidade na estrutura de tais classes e a acumulação de contradições do sistema mundial capitalista nas zonas periféricas e dependentes [...] são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado, mesmo sob feições democráticas [...]” (OSÓRIO, 2014, p. 207).

À vista do exposto, não é de se surpreender que o autoritarismo seja uma característica muito presente nas economias de formação dependente. No primeiro capítulo desta pesquisa, ao analisar a condição de dependência, percebeu-se que, em tais economias, o modelo de acumulação de capital está baseado na superexploração da força do trabalho, fenômeno resultado das sistemáticas transferências de valor produzido na periferia, mas realizado no centro. Sendo assim, a contradição capital x trabalho é agudizada na periferia do sistema, de modo que instrumentos de coerção por parte do Estado periférico são ainda mais imprescindíveis. Como também defende Paulani (2008, p. 122), o Estado “tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os ‘negócios de Estado’ da forma mais adequada possível para preservar e contemplar grupos de interesses específicos”.

³⁰ No original: “[...] l'État néolibéral n'est pas un État faible. Au contraire, il est très fort”. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2006-2-page-24.htm> >.

³¹ Esta tese será mais bem desenvolvida na seção seguinte.

Retornando à análise de Dardot e Laval, discorda-se, porém, do fato de que os autores franceses não incorporam um elemento que para uma pesquisa que assume uma perspectiva marxista é central, qual seja: a luta de classes. Para os autores (2016), essa racionalidade neoliberal não seria obra planejada de uma classe específica, senão uma convergência de variados processos heterogêneos; uma espécie de arquitetura sem arquiteto. A impressão é de que fica pendente responder a quem o neoliberalismo beneficiaria.

Harvey (2008), nesse ponto, auxilia na resposta. Para este autor, a emergência neoliberal precisa ser compreendida a partir do momento histórico em que ela se deu, ou seja, entre as décadas de 1970 e 1980, quando teria ocorrido uma alteração no regime de acumulação. Tal alteração teria sido uma resposta ao contexto de sistemáticas quedas das taxas de lucro, provocando uma crise no regime de acumulação até em então vigente. Em suas palavras, “quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram parcos dividendos e lucros, *as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas.*” (HARVEY, 2008, p. 25. Itálico nosso).

É nesse sentido que se defende que o neoliberalismo tem de ser interpretado como uma doutrina que tem, sim, seus arquitetos, e cuja finalidade é a de recomposição do poder desses, isto é, das elites econômicas. Logo, são essas elites as maiores beneficiadas do neoliberalismo, desse novo regime de acumulação ao qual faz referência Saad Filho e Morais (2018), ao abordar o neoliberalismo.

O neoliberalismo, portanto, é uma doutrina que possui um evidente projeto de dominação de classe, cujo objetivo principal é a ampliação e intensificação do processo de acumulação de capital, cujo corolário não pode ser outro, senão a própria expansão da extração de mais valor.

Com relação à “exportação” do neoliberalismo em direção às economias dependentes, nota-se que sua implementação não se deu de forma igual em todos os países. Logo, não se trata de uma importação mecânica do modelo neoliberal inglês ou estadunidense ou de seguir, simplesmente, as cartilhas elaboradas por instituições como Banco Mundial e FMI. Sua acomodação nas estruturas dependentes, por exemplo, – como chama Dos Santos – resulta dos confrontos que se dão entre as classes sociais de cada país e entre as diversas frações da mesma classe.

Um mapa dos movimentos mediante os quais ocorreu o progresso da neoliberalização no cenário mundial a partir de 1970 é difícil de elaborar. Para começar; a maioria dos Estados que seguiram a virada neoliberal só o fizeram parcialmente — a introdução de maior flexibilidade nos mercados de trabalho aqui, uma desregulação das operações financeiras e a adoção do monetarismo ali, certa privatização de setores nas mãos do Estado acolá. Mudanças totais na esteira de crises (como o colapso da União Soviética) podem ser sucedidas por lentas reversões quando os aspectos não-palatáveis do neoliberalismo se tornam mais evidentes. E na luta de restauração ou implantação do poder de uma classe alta distintiva ocorre todo tipo de idas e vindas enquanto os poderes políticos mudam de mãos e os instrumentos de influência se enfraquecem ali ou se fortalecem alhures. Assim, todo mapa desses movimentos apresentaria correntes turbulentas de desenvolvimentos geográficos desiguais que precisam ser rastreados para compreender de que maneiras transformações locais se vinculam a tendências mais amplas. (HARVEY, 2008, p. 97. Itálico nosso)

Trazendo para o caso brasileiro, em comparação com alguns de seus vizinhos, a implementação do neoliberalismo se dá de forma tardia, na década de 1990, com a eleição de Fernando Collor. O país passou não apenas por uma transição política – da ditadura empresarial-militar³² à democracia liberal –, mas também econômica. Essa implementação tardia do neoliberalismo se deve, de modo geral, aos embates entre as elites brasileiras, ocasionando um impasse quanto ao ideário neoliberal (SAAD FILHO E MORAIS, 2018, p. 98).

Ademais, os partidos e movimentos de esquerda lograram alcançar relativa força após a ditadura e impuseram dificuldades às reformas neoliberais, um exemplo desse fenômeno é a Constituição Federal de 1988 que prevê garantias e políticas sociais impensáveis no neoliberalismo e que não podem ser menosprezadas. Essas conquistas são produto da luta de classes travada no país.

Sobre esse processo da construção da Constituição Federal de 1988, destaca-se a grande participação da população brasileira. De acordo com Sampaio (2009, p. 43), foram apresentadas 122 emendas populares que, juntas, reuniram aproximadamente 12 milhões de assinatura – no final da década de 1980, tal volume correspondia a mais ou menos 20% dos eleitores. Para Brettas (2020, p. 152), “A massiva participação popular conseguiu

³² Essa definição para o Golpe de 1964, no Brasil, é utilizada por Demian Melo (2012, p. 39-53), mas também por outros autores. O propósito é desvelar a participação e os interesses de outros atores que estiveram envolvido no Golpe de Estado. Nesse sentido, a definição de ditadura empresarial-militar busca evidenciar o projeto de classe que havia por trás da tomada de poder naquele momento histórico. Acredita-se que este termo – em vez de *ditadura civil-militar* – é mais feliz nesse objetivo.

estabelecer uma correlação de forças mais favorável [...]”, “[...] facilitando a aprovação de propostas da esquerda”.

Com relação aos direitos trabalhistas, entre essas propostas asseguradas pela Carta Magna estavam, por exemplo, igualdade de direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, extinção do trabalho infantil e mecanismos de fomento à formalização dos contratos. Ademais, na oportunidade, desenhou-se o arcabouço da seguridade social no Brasil, atribuindo ao Estado à responsabilidade de provimento às demandas sociais³³.

Outro ponto a se destacar, vez que impacta diretamente sobre as condições dos trabalhadores, é a estrutura tributária do país. O texto aprovado pela Assembleia Constituinte estabeleceu alguns princípios que guiariam as políticas tributárias do Estado, entre eles estão os princípios da isonomia, progressividade e capacidade contributiva. Apesar da previsão de tais princípios, sua implementação, ou não, depende da realidade material em que são travadas as disputas. Como observa Brettas (2020, p. 213), “a composição da estrutura tributária depende da capacidade dos capitalistas de evitar a tributação e da classe trabalhadora de garantir que este sistema funcione como um mecanismo de redistribuição de renda.”³⁴

Salvador (2010), a partir de dados sobre a política tributária brasileira, demonstra que, durante a década de 1990, portanto, pouco tempo depois da aprovação da CF/88, esse caráter regressivo foi aprofundado. O caráter regressivo da carga tributária brasileira garante privilégios à parcela mais rica da sociedade, na medida em que onera mais pesadamente a classe trabalhadora³⁵. Essa realidade contrasta com o que se percebe nas economias centrais, cuja carga tributária é marcadamente progressiva, com maior incidência sobre a renda e menor sobre o consumo³⁶.

³³ De acordo com o Art. 6 da CF/88, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Nota-se, aqui, a incorporação da previdência social, novidade trazida pelo texto de 1988.

³⁴ De acordo com o Tesouro Nacional, em 2019, a carga tributária bruta (CTB) do governo geral (governo central, estados e municípios) representava 33,17% do PIB. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:32076>

³⁵ Para aprofundar este tema, ver: SALVADOR, Evilasio. *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

³⁶ Na seção 2.3, pretende-se aprofundar um pouco mais essa discussão, sobretudo, quando for abordada a questão do uso do fundo público brasileiro e sua relação com a valorização financeira em detrimento de políticas sociais voltadas à classe trabalhadora.

O que se percebe, dessa maneira, é a forma contraditória como se deu a implantação no neoliberalismo no Brasil. Se, por um lado, há conquistas importantes nesse período, por outro, há contrarreformas e movimentos de privatizações de empresas³⁷ e serviços públicos com impacto significativo sobre o trabalho. Enfatiza-se, o fato de que, no limite, “O neoliberalismo representa, como saldo final, uma vitória das classes dominantes e impõe inúmeras perdas para a classe trabalhadora” (BRETTAS, 2017, p. 62).

Exemplos da vitória da classe dominante podem ser percebidos, por exemplo, a partir da questão do trabalho, ponto central para esta pesquisa. De acordo com uma pesquisa feita pelo DIEESE e publicada em 2002, no decorrer da década de 1990, o salário médio real sofreu uma queda de 18,8% na região metropolitana de São Paulo. A mesma pesquisa aponta, ainda, para aumento do desemprego e da informalização durante esse período (2002, apud ALVES, 2002, p. 77). A década neoliberal de 1990 foi marcada por um discurso de estabilidade econômica, modernização e controle da inflação e, como se percebe, com grande prejuízo para a classe trabalhadora.

Se a década de 1980 foi considerada a década perdida, a de 1990 é a mais que perdida. Neste último período, o crescimento econômico do Brasil foi de apenas 3%, na década de 1980, por seu turno, o crescimento do PIB foi de 8,8% (POCHMANN, 2001). Como reflexo, tem-se que “O lento crescimento da economia significou queda da renda do trabalho, estagnação do mercado consumidor e taxas crescentes de desemprego durante a maior parte da década de 1990.” (DIEESE, 2012, p. 10)

A estabilização macroeconômica foi, e segue sendo, um dos carros-chefes do neoliberalismo no Brasil. Na visão neoliberal, era necessário pôr fim ao “cenário de incertezas” e criar as condições para a estabilização monetária. Para tanto, combater a alta inflação e criar superávit primário eram mecanismos fundamentais. Compreende-se melhor essa defesa pela estabilização monetária quando se considera o processo de financeirização. Não por coincidência, a financeirização também toma corpo entre as décadas de 1970 e 1980 e possui motivações e razões muito semelhantes às do

³⁷ Entre 1988 e 1996, apenas na América Latina, aproximadamente mil empresas passaram por processos de privatização (CAMPOS; SOARES, 2014, p.62).

neoliberalismo. A financeirização é parte constitutiva do ideário neoliberal. Como defende Brettas,

O neoliberalismo – que tem na financeirização uma das principais alavancas para a retomada das taxas de rentabilidade do grande capital – produzirá mecanismos jurídicos e acionará medidas de política econômica para pilhar os recursos do fundo público, beneficiando a burguesia rentista. (2020, p. 208. Itálico nosso)

Apesar de não ser objeto desta pesquisa – ainda que, de alguma forma, a ele se vincule –, cumpre observar que o processo de financeirização modificou de maneira significativa as estruturas econômica, política e social do Brasil. Isto ocorre devido ao elevado grau de relação entre a economia dependente brasileira e as economias dos países centrais.

Chesnais (1998, p. 17), por exemplo, coloca que para se compreender o fenômeno de valorização de capital sob a forma financeira, é preciso olhar para a diminuição da rentabilidade proporcionada via investimento em produção. Tal tendência teria sido a motivação para se obter novas formas de valorização.

Importante não perder de vista que o período ao qual o autor faz referência quando trata da queda da lucratividade está localizado no momento posterior ao que se convencionou chamar de “era de ouro do capitalismo”. A denominada era de ouro foi um período de grande crescimento econômico, sobretudo nos países centrais, e que teria ocorrido entre o pós-Segunda Guerra e final da década de 1960 e início da década de 1970. Assim, após quase três décadas de grande crescimento econômico, o que se tinha era um cenário de esgotamento das condições de produção, “Este esgotamento se expressou por meio de um mercado saturado, cada vez mais competitivo e que encontrou [...] uma maior dificuldade para garantir atraentes taxas de retorno.” (BRETTAS, 2020, p. 70)

Nesse sentido, esse processo de financeirização é, então, resultado da busca do capital por novas formas de valorização. Foi durante os anos de 1970 que se observou a disseminação de operações financeiras em proporções mundiais. Conformou-se um grande mercado, que não era constrangido ou controlado por nenhum Estado ou

autoridade supranacional; um mercado sem lastro, que se autonomizava³⁸ (DUMÉNIL e Levy, 2014).

Outro elemento-chave foi a inclusão de novos atores na lógica desse processo de financeirização, como fundos de pensão, seguradoras, empresas do setor produtivo e, inclusive, grande parte da classe trabalhadora³⁹. Dessa forma, a financeirização pode ser entendida como o novo padrão de acumulação de capital, que incorpora um número cada vez maior de agentes.

De maneira geral, a percepção é de que foi operada uma alteração no eixo de acumulação do capital. A financeirização por que passaram, nas últimas décadas, as economias capitalistas foi um processo capaz de transformar a estrutura do sistema capitalista. O setor financeiro se autonomizou, de forma relativa, frente a outros setores, assumiu uma posição privilegiada, com capacidade de ditar os rumos da economia. Em suma, foram operadas mudanças com a finalidade de se ampliar a capacidade de acumulação, de modo a proporcionar maior fôlego ante a tendência da queda de lucratividade.

Nesse sentido, para Lapavitsas (2009), a financeirização envolveu desregulamentação, transformações tecnológicas e institucionais e presenciou crescimento extraordinários em termos de lucros, estatura dos mercados e das instituições relacionadas. “As finanças, agora, penetram em todos os aspectos das sociedades dos países desenvolvidos, ao passo que sua presença tem crescido fortemente nos países em desenvolvimento”.⁴⁰ (LAPAVITSAS, 2009, p. 126)

De forma resumida, Carcanholo (2008, p. 251 e 252) afirma que esse processo de retomada da acumulação de capital que se dá, inicialmente, nos países centrais do sistema capitalista passa por quatro aspectos: “(i) recuperação da lucratividade dos investimentos; (ii) redução no tempo de rotação do capital; (iii) transferência de recursos da periferia; e (iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial”.

³⁸ É fundamental destacar que se trata de uma autonomia relativa, vez que capital financeiro e capital produtivo formam uma unidade dialética, de modo que ambos os capitais se valem do valor produzido na produção, que é onde se produz valor. Como coloca Brettas (2020, p. 76), são capitais que têm um mesmo objetivo, isto é, “[...] o aumento da exploração da força de trabalho no âmbito da produção, dado que este é o lócus por excelência do processo de valorização do capital.”

³⁹ Esta pesquisa abordará o tema da integração forçada da classe trabalhadora à lógica financeira mais adiante, quando da análise dos governos do Partido dos Trabalhadores.

⁴⁰ No original: “Finance now penetrates every aspect of society in developed countries while its presence has grown strongly in the developing world.”

O terceiro ponto interessa particularmente a esta pesquisa, na medida em que destaca que uma das características do processo de reestruturação produtiva e a consequente recuperação da acumulação de capital é, justamente, a intensificação do mecanismo de transferência de valor, sobretudo na modalidade controle e propriedade do capital. Conectado a este processo está a crise da dívida externa na América Latina nos anos de 1980, que, por sua vez, encontra-se involucrado ao capital fictício.

Este capital tem sua origem no capital portador de juros, isto é, de um processo de desdobramento desse tipo de capital. Trata-se de um título que se assenta em um valor que ainda não foi produzido, daí se origina o adjetivo “fictício”. Como coloca Carcanholo (2008, p. 260), é um capital “que tem como base a participação de títulos de crédito em rendimentos futuros, que podem nem se realizar”. Ademias, trata-se de um título de caráter transferível, que pode ser vendido e revendido várias vezes sob a taxa de juros inicial. Sua funcionalidade para este momento histórico que ora se aborda reside, precisamente, na capacidade do capital fictício de ampliar as possibilidades de acumulação do capital, além de reduzir o seu tempo de rotação⁴¹, cujo resultado é uma elevação da taxa de lucro (CARCANHOLO, 2008).

No entanto, é necessário atentar-se, também, para a sua disfuncionalidade. Se, por um lado, o capital fictício possui a capacidade de acelerar processos e elevar a taxa de lucro, por outro, apresenta uma tendência de redução desse mesmo lucro. Carcanholo apresenta uma boa síntese acerca do caráter disfuncional inerente ao capital fictício:

se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente⁴², uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise.

Trazendo para o caso brasileiro, é interessante a análise feita por Paulani (2012), de que o Brasil, em um primeiro momento, ingressou no processo de financeirização de forma passiva, quando foi acometido por uma brusca elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, provocando uma quadruplicação de sua dívida externa. Esse período se

⁴¹ Isto acontece pelo fato de o capital fictício permitir o financiamento da atividade produtiva sem a necessidade de se esperar a conclusão dos processos de produção e realização da mercadoria.

⁴² O capital fictício não está vinculado – diretamente – à produção, sua lógica se relaciona ao capital portador de juros, portanto, à apropriação de excedente.

localiza, justamente, entre as décadas de 1970 e 1980. Nas décadas seguintes, porém, o país assume uma forma de ingresso ativa, quando o neoliberalismo passa a conduzir sua política econômica.

Conformam esse período políticas como emissão de títulos públicos, taxas de juros elevadíssimas – figurando entre as mais altas do mundo –, maior abertura financeira, facilitação para entrada de investidores estrangeiros, além de um conjunto de políticas de austeridade. Nota-se que todas essas políticas se caracterizam, também, por beneficiar a reprodução do capital fictício, na medida em que possibilita, por um lado, sua maior circulação – via abertura e liberalização financeira – e, por outro, uma maior remuneração – via taxa de juros elevadas. (CARCANHOLO, 2008)

Essas políticas supracitadas tiveram todo o incentivo por parte de organismos internacionais que, a partir de diferentes mecanismos, foram difundidas e impostas às economias dependentes. Nesse ponto, é importante destacar o papel que tiveram as burguesias das economias dependentes no processo de desregulamentação financeira e do consequente fenômeno da financeirização na periferia. Este movimento é necessário para evitar a visão de que se trate de um fenômeno exogenista, imposto, apenas, de fora para dentro. Logo, a doutrina neoliberal foi incorporada por esses grupos.

A ampliação da mobilidade de capitais passa a se constituir como uma alternativa para, por meio da transferência de valor, contornar a tendência decrescente da taxa de lucro enfrentada nos países imperialistas. Aos Estados dependentes, cabia uma reconfiguração que passava pelo aumento da dívida pública como forma de justificar sucessivos ajustes fiscais, alimentando a rentabilidade financeira e legitimando a canalização de recursos do fundo público para o capital, a condução de contrarreformas e a contenção de gastos sociais (BRETTAS, 2020, p. 159).

Desse modo, a partir do que já foi colocado até aqui, chega-se à conclusão de que o neoliberalismo não se define apenas pelo famoso tridente macroeconômico (regimes de metas inflacionárias, superavit primário e câmbio flutuante), trata-se de uma doutrina, de uma estratégia voltada à recomposição da acumulação de capital a partir de uma reestruturação produtiva, cujos impactos reverberam em diferentes âmbitos da vida social. Além disso, como se buscou evidenciar, o processo de financeirização é parte fundamental da conformação dessa doutrina.

Trilhando caminhos semelhantes, Paulani (2008) também argumenta no sentido de que há, no neoliberalismo, uma mudança no processo de reprodução do capital e que a acumulação financeira é quem passa a ditar seus rumos, tornando-se o âmago do processo de reprodução ampliada. Para acomodação dessa nova direção, entram em cena novas configurações de manejo da política cambial e de juros, cuja finalidade é a remuneração do capital financeiro.

A análise dessas transformações acerca do papel cada vez maior que assume o capital financeiro é particularmente importante para esta pesquisa, na medida em que complementa o processo de compreensão do fenômeno da transferência de valor na sua modalidade controle e propriedade do capital – apresentada no primeiro capítulo e que será retomada quando da análise do período dos governos do PT⁴³. Conforme afirma Carcanholo (2008m p. 252), “Neoliberalismo, expansão do capital fictício, transferência do excedente produzido na periferia para o centro (em especial para os EUA) são as marcas da década de 1990 que se mantêm neste início de século.”

À vista do exposto até aqui, tem-se que dentre as principais diretrizes do novo paradigma neoliberal, tem-se liberalização comercial e financeira, liberalização das contas de capital e dos fluxos de capital estrangeiro, desregulamentação, crescimento pautado pela exportação, privatizações ou concessões de empresas estatais e bens públicos, flexibilização das legislações de proteção ao trabalho, além de uma política de Estado voltada à estabilização da economia. Trata-se de elementos que não deixaram de fazer parte da política econômica brasileiro, mesmo após 2003⁴⁴.

2.2. O Novo Desenvolvimentismo e seu Programa Neoliberal

Conforme abordado na seção anterior, nas economias dependentes, o neoliberalismo tornou-se hegemônico entre as décadas de 1980 e 1990. Este fato enterrou, em definitivo, a ilusão nacional-desenvolvimentista que marcara as décadas anteriores.

⁴³ Em seu livro *Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais no Brasil*, Brettas (2020) defende a tese de que o processo de constituição e solidificação do capital financeiro, no Brasil, ocorre nos governos do PT, e dentre os protagonistas desse processo estão a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a fortificação dos fundos de pensão

⁴⁴ A presença desses elementos durante os governos dos ex-presidentes Lula e Dilma será melhor evidenciada na Seção 2.3.

Relativamente ao caso brasileiro, sob a direção neoliberal, a imprescindibilidade de se construir um capitalismo autônomo e nacional – sonho quimérico da ideologia nacional-desenvolvimentista – cai por terra. A parca desconfiança que os desenvolvimentistas ainda mantinham pelo capital internacional, não apenas desaparece do radar, como este torna-se pressuposto insubstituível e essencial para um projeto de desenvolvimento.

O receituário aplicado pelos economistas neoliberais foi oportunamente disseminado por instituições tais como FMI e BM, sobretudo durante os anos de 1990⁴⁵. O resultado da implementação do neoliberalismo nos países da América Latina não foi outro, senão o aumento do desemprego e da informalidade nos países periféricos, além de graves crises sociais provocadas pelas privatizações – a crise da água na Bolívia é um caso emblemático desse momento histórico. A título de exemplificação, no início dos anos de 1990, a taxa de desemprego na América Latina era de 6.9% e chega a 10% em 2004, além disso, os dados apontam para um aumento da informalidade, que representou, em média, 70% da criação de empregos durante esse período (CEPAL, 2005 apud Estay, 2007, p. 208).

De maneira geral, na América Latina, o cenário caótico provocado pela imposição do modelo neoliberal acirrou, ao menos no nível do discurso, uma cisão nas estratégias de desenvolvimento defendidas por grupos políticos latino-americanos, em especial na América do Sul. Como consequência, já no final dos anos de 1990 – com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998 –, e com maior vigor a partir dos anos 2000, a região testemunhou vitórias eleitorais de partidos alinhados à esquerda/centro-esquerda do espectro político. Tal movimento sucedeu em países como Argentina, Brasil, Chile, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Equador.

Esses governos de corte progressista, de modo geral, buscaram se posicionar como uma alternativa possível às políticas neoliberais dos governos anteriores e é nesse contexto que nasce a noção de novo desenvolvimentismo⁴⁶, que é mais utilizada para se referir à experiência brasileira⁴⁷. Esta seção busca justamente refutar a ideia de que o novo

⁴⁵ Sobre o neoliberalismo no Brasil na década de 1990, de maneira mais detalhada, ver: José Paulo Netto (1998); Paul Singer (1999); Leda Paulani (2008).

⁴⁶ O mesmo processo é comumente denominado, também, de “neodesenvolvimentismo”. Entende-se que ambos os termos fazem referência ao mesmo fenômeno.

⁴⁷ Ainda que a noção de novo desenvolvimentismo seja comumente utilizada para o caso do Brasil, alguns estudos buscaram analisar o caso argentino a partir do mesmo conceito. O próprio Bresser Pereira afirma que “El nuevo desarrollismo es un tercer discurso, un conjunto de propuestas útiles para que los países de desarrollo medio, como Brasil y Argentina, recuperen el tiempo perdido y logren ponerse a la par de las

desenvolvimentismo teria sido expressão de uma nova estratégia de desenvolvimento, em contraposição ao neoliberalismo.

Nota-se que os formuladores da TMD⁴⁸ se propuseram, também, a debater criticamente as proposições da ideologia nacional-desenvolvimentista de outrora, apresentando suas contradições e limites. Não se poderia agir de maneira diferente, portanto, ante o novo desenvolvimentismo. É tarefa dos que se propõem a pensar desde o referencial teórico marxista dependentista contribuir minimamente para o desvelamento de ideologias que buscam, no nível do discurso, se posicionar a favor dos interesses da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se valem de estratégias que agravam suas condições de vida. Por reconhecer o valor das críticas de ontem, que se considera necessário ponderar sobre as críticas de hoje.

Sobre o novo desenvolvimentismo, Castelo (2012) identifica as três mais destacadas vertentes. A primeira é fundamentalmente representada por Bresser Pereira e denominada de macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo. Nesta, o Estado exerce a função de regulador, cuja primazia é do mercado e de seus mecanismos de produção de riqueza, destaca-se o enfoque nas exportações como estratégia de crescimento. A segunda vertente é a pós-keynesiana. De acordo com o autor, há uma grande correspondência com a primeira como, por exemplo, o Estado atuando enquanto garantidor da estabilidade macroeconômica, a fim de possibilitar um ambiente mais favorável aos investimentos privados. Castelo destaca que ambas as vertentes argumentam em favor de uma aliança entre o setor produtivo e o Estado – aqui cabe menção à ideia apresentada na seção anterior acerca do processo financeirização e o entrelaçamento cada vez mais forte entre capital produtivo e capital financeiro, e a unidade dialética presente nessa relação. A terceira vertente, por sua vez, é a que o autor denomina de social-desenvolvimentista. A ideia principal, aqui, é a conformação de um mercado interno robusto via consumo. Em comparação com às anteriores, nesta se defende um Estado mais ativo, cujas políticas econômicas estariam mais alinhadas a um plano de desenvolvimento.

naciones más prósperas. Ainda que em menor volume, há escritos que buscaram usar essa noção nas análises de realidades de países como México e Equador.

⁴⁸ Além da TMD, outros autores do campo marxista também buscaram rebater a ideologia nacional-desenvolvimentista como, por exemplo, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr e Octávio Ianni.

Ainda que o aprofundamento em cada uma dessas vertentes apresentadas acima fuja do escopo desta pesquisa, considera-se necessário informar que não se trata de uma noção homogênea. Para esta dissertação, mais do que uma análise de cada uma dessas vertentes, interessa uma visão mais geral do que seria esse o novo desenvolvimentismo. Ademais, apesar de apresentarem algumas tonalidades diferentes em alguns temas específicos, de maneira geral, o novo desenvolvimentismo “É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado” (SAMPAIO JR., 2012, p. 12). Não por acaso, a noção de que os governos do PT teriam implementado um projeto de desenvolvimento diferente do neoliberalismo, com viés desenvolvimentista, foi difundida por quadros importantes do partido.

De acordo com Castelo (2012), o termo foi primeiramente utilizado por Luiz Carlos Bresser Pereira. Trata-se de um economista brasileiro com fortes vinculações ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do Brasil, durante os anos de 1990, e o principal articulador da criação das Organizações Sociais⁴⁹, sob o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Não por acaso, Castelo (2012, p. 624, grifo nosso) observa que “O novo desenvolvimentismo brasileiro emergiu, portanto, do seio da intelectualidade tucana *que implementou o neoliberalismo no país.*”

Em 2004, Bresser Pereira publicou um artigo no jornal Folha de S. Paulo, cujo título era “O novo desenvolvimentismo”⁵⁰, em referência à “velha” ideologia nacional-desenvolvimentista, muito presente nos debates sobre desenvolvimento no Brasil no século XX⁵¹. No artigo, defendeu que se tratava de uma estratégia de desenvolvimento que romperia com a doutrina neoliberal, que o autor denomina de “ortodoxia

⁴⁹ Para uma análise crítica às Organizações Sociais (OS), ver: Organizações sociais: (des)controle social e restrições ao direito à saúde (Almeida, 2004). Disponível em: < https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12940/11296 >

⁵⁰ “O novo desenvolvimentismo”. Bresser Pereira (2004), Folha de S. Paulo. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm> >

⁵¹ Uma análise do nacional-desenvolvimentismo brasileiro foge ao escopo desta pesquisa. De forma breve, tratou-se de uma a ideologia da estratégia desenvolvimentista inaugurada em 1930, por Getúlio Vargas, mas que seguiu seu curso até a década de 1980, momento em que é substituída pelo modelo neoliberal. Tal estratégia envolvia a política de substituição de importação, cujo objetivo era a industrialização, além de fazer a defesa de um Estado forte e atuante no processo de superação do subdesenvolvimento, cujo pano de fundo é uma aliança entre a burguesia e os trabalhadores. O pensamento cepalino é principal marca dessa tradição. Para ver mais: Rocha (2010) e Gonçalves (2012).

convencional”. Ainda, para Bresser Pereira (2004, n.p), as diferenças entre o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional “são muito profundas”.

Ainda que não seja um grupo homogêneo, de modo geral, seus defensores argumentam que o novo desenvolvimentismo não seria simplesmente uma continuidade das políticas neoliberais dos anos de 1990, posto que defendem a necessidade de se implementar alguns ajustes nas reformas neoliberais, e esses ajustes teriam de ser executados pelo próprio Estado. A estratégia novo desenvolvimentista busca se afirmar em um “caminho do meio”, cujos extremos seriam preenchidos, de um lado, pela esquerda burocrática adepta às ideias socialistas e, de outro, pelo capital rentista adepto à pauta neoliberal.

Do mesmo modo que se pregou durante o nacional-desenvolvimentismo, os ideólogos do novo desenvolvimentismo anunciaram a tese de que suas políticas romperiam com o “atraso” da região. No entanto, como coloca Sampaio Jr. (2012), enquanto o antigo modelo de desenvolvimento corresponderia a uma utopia – que logo acabaria em tragédia –, o novo desenvolvimentismo se constituiria como farsa (SAMPAIO JR.).

Nesse ponto, é interessante trazer brevemente uma discordância existente no campo do debate crítico ao fenômeno do novo desenvolvimentismo. Para Sampaio Jr.⁵², conforme explicitado, o novo desenvolvimentismo é uma farsa, no sentido em que, na realidade concreta, não se diferencia do modelo a qual pretende se opor, isto é, o neoliberalismo. Para o Autor, assim como na doutrina neoliberal, o novo desenvolvimentismo advoga pela necessidade da estabilidade monetária e austeridade fiscal, além de perseguir um crescimento voltado para fora e assimilar o capital internacional sem qualquer senso crítico, ou seja, sem ponderar sobre suas contradições (SAMPAIO Jr., 2017).

Para fins de complementação, pode-se adicionar, ainda, outros elementos neoliberais que conformam a cartilha novo desenvolvimentista, explicitando seu caráter neoliberal como, por exemplo, a aversão a políticas protecionistas, o papel marginal do setor industrial⁵³, a defesa pela abertura comercial e o foco no modelo exportador. Como

⁵² Além de Sampaio Jr., outros autores vão pelo mesmo caminho, ainda que pontos divergentes existam. Entre eles estão, por exemplo, Castelo (2009; 2012) e Gonçalves (2012).

⁵³ Compreende esse ponto como neoliberal, sobretudo quando se analisa o impacto do modelo neoliberal nas economias periféricas. O neoliberalismo impôs um processo de especialização regressiva àqueles países

afirma Bresser Pereira (2006, p. 14) “A partir da crise dos anos 1960, entretanto, esses países [da América Latina que apostaram no modelo de Industrialização por Substituição de Importação] já deveriam ter começado a reduzir o protecionismo e orientar-se em direção a um modelo exportador”.

Retomando o embate no campo crítico, por outro lado, Boito Jr. afirma que o novo desenvolvimentismo “foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff” (BOITO Jr., 2012, p. 3). O prefixo “novo” se justificaria pelas diferenças estabelecidas com o nacional-desenvolvimentismo, sendo uma delas o seu caráter menos ousado em comparação à experiência anterior. Nesse sentido, para o autor, o novo desenvolvimentismo é o tipo de desenvolvimento possível dentro “[d]os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (BOITO Jr., 2012, p. 5). Desta passagem, depreende-se que ainda que advogue para a existência de um novo desenvolvimentismo, Boito Jr. o faz criticamente, reconhecendo a permanência da doutrina neoliberal.

Para o autor, durante o período novo desenvolvimentista, teria se constituído uma frente ampla, cuja hegemonia – ou “força dirigente, como coloca Boito Jr. – teria sido exercida pela burguesia interna⁵⁴ brasileira⁵⁵. Essa frente ampla contou com a participação de outros setores da burguesia e da classe trabalhadora e em oposição à frente “neoliberal ortodoxa”, representada pelo capital internacional e seus associados internos e que teria sido hegemônica durante os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (BOITO Jr., 2016). Para Boito Jr. (2016), essa diferenciação seria importante por conta das diferenças entre as políticas aplicadas, de modo que conformam

que haviam desenvolvido um parque industrial mais robusto, como é o caso de Brasil, Argentina e México, por exemplo. Desde o avanço do neoliberalismo, o Brasil passa por um processo de desindustrialização e por uma reprimarização da sua economia. Os dados que comprovam esta afirmação, bem como sua relação com o neoliberalismo serão trazidos pela seção 2.3 desta dissertação.

⁵⁴ Boito Jr. parte da categorização proposta por Poulantzas, de modo que a burguesia interna é entendida como uma espécie de meio termo entre a burguesia nacional e a burguesia compradora. A primeira goza de certo grau de autonomia, podendo assumir até uma posição anti-imperialista; a burguesia compradora já possui relações mais estreitas com o capital internacional. Para Poulantzas (1975, p. 80) “o conceito de burguesia interna remete ao processo de internacionalização, e não a uma burguesia ‘fechada’ no espaço nacional”. A relação da burguesia interna com o capital internacional pode ser exemplificada a partir da ideia de um pêndulo, ou seja, ora tende ao acordo, ora à aversão.

⁵⁵ Para o autor, a burguesia interna brasileira está espalhada por alguns setores como “mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional.” (BOITO Jr., 2012, p. 7)

esse novo momento políticas como transferência de renda voltadas para o consumo, estímulo às empresas brasileiras, maior participação do Estado em obras de infraestrutura e valorização real do salário-mínimo, que não existiu nos governos do PSDB.

No entanto, como já mencionado anteriormente, a implementação de políticas de transferência de renda ou de caráter mais heterodoxos não são suficientes se romper com a doutrina neoliberal. Conforme Aruto (2019, p. 86, grifo nosso)

Esse aparente paradoxo entre um governo compromissado com o ‘(novo)desenvolvimentismo’ e manutenção de uma estratégia neoliberal se desfaz quando se considera que, em primeiro lugar, as estratégias de (sub)desenvolvimento neoliberais podem ser compatíveis com políticas econômicas heterodoxas e maior universalização das políticas sociais, desde que asseguradas a estabilização macroeconômica e as reformas liberalizantes. Em segundo lugar, a adoção das políticas heterodoxas (em intensidade e escopo) depende da conjuntura econômica e geopolítica internacional.

Ademais, discorda-se de Boito Jr. sobre sua perspectiva de que o novo desenvolvimentismo é marcado por uma frente ampla guiada por uma burguesia interna brasileira, ainda que esta tenha, de fato, se fortalecido durante esse período. Em que pese maior participação da burguesia interna, é preciso ter em mente que se trata de uma burguesia periférica, vinculada à uma economia dependente, cujas bases de sustentação, como visto no capítulo anterior, se dá pela superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação às sistemáticas transferências de valor. Nesse contexto, qualquer ilusão com a burguesia –nacional ou interna – precisa ser desmistificada. Assumir a categoria de dependência nos moldes da TMD, implica em romper com essa miragem de uma burguesia autônoma, progressista e reformista.

No mais, os capitais internacional e financeiro, desde o avanço neoliberal sobre o Brasil, não deixaram de ser as forças dominantes do bloco de poder – para usar uma categoria empregada por Boito Jr. (TEIXEIRA; PINTO, 2012), (SOUZA, 2016), (BRETTAS, 2020) (RIBEIRO, 2020). Como lembra Ribeiro (2020, p. 10), “a posição de determinadas frações no bloco no poder delinea como irão apropriar-se de parcelas do fundo público por meio das políticas econômicas e sociais.” À vista disso, não por acaso, durante o período dos governos petistas, o capital financeiro aprofunda sua captação de recursos do fundo público⁵⁶, que é a mesma fonte da qual se originam os recursos para a

⁵⁶ De acordo com a Associação da Auditoria Cidadã da Dívida, à título de exemplificação, em 2006, cerca de 800 bilhões de dólares foram usados para rolagem de títulos da dívida pública. Em 2014, esse valor alcança quase 1 trilhão de dólares, 978 bilhões de dólares para ser mais exato. Em 2020, o montante atinge

efetivação de políticas sociais. Tampouco a participação da indústria na pauta exportadora brasileira cresce, pelo contrário, mingua, como demonstram os dados apresentados na seção seguinte.

Por fim, acerca desse debate, defende-se que o uso da noção novo desenvolvimentismo para se referir a um crescimento de participação de uma burguesia interna no bloco de poder – discorda-se da tese de que esta teria se tornado hegemônica – tem mais potencial de dissimular a realidade, na medida em que pode ser compreendido como uma superação do modelo neoliberal, do que explica-la.

Observa-se que apesar de o novo desenvolvimentismo ter surgido na academia e se constituído como a expressão teórica de uma pretensa nova estratégia de desenvolvimento assumida pelos governos do PT, este discurso rapidamente pulou os muros das universidades e ganhou força política, sendo assimilado por integrantes do alto escalão dos governos Lula e Dilma e até por representantes da burguesia industrial, como a FIESP⁵⁷.

De acordo com Aloízio Mercadante⁵⁸, o novo desenvolvimentismo teria como objetivo principal a distribuição de renda, o combate à pobreza e a inclusão social. Em suas palavras:

O Novo Desenvolvimentismo consistiria na elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da ampliação do mercado de consumo de massa, com políticas de renda e inclusão social. Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno seria capaz de gerar um novo dinamismo econômico, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado. (MERCADANTE, 2010, p. 31)

Nesse mesmo texto, de forma reiterada, Mercadante (2010, p. 33) afirma que os governos do ex-presidente Lula trouxeram consigo um “novo modelo de

1 trilhão e 371 bilhões de dólares. Disponível em: < <https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/relatorios-auditoria-cidada/> >.

⁵⁷ Sobre a participação da FIESP nos governos petistas, indica-se a obra de Duarte (2020), intitulado *O liberal-desenvolvimentismo da FIESP nos governos do PT: a construção pragmática de uma agenda político-econômica*. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/36830> >.

⁵⁸ Mercadante tem um extenso currículo de atuações nos governos do PT. Foi coordenador da campanha presidencial do PT na eleição de 2002, e ministro de três pastas diferentes durante o governo de Dilma Rousseff, entre eles a cobiçada Casa Civil. Atualmente, além de presidente da Fundação Perseu Abramo, Mercadante é um dos colaboradores na elaboração do plano de governo do PT para as eleições presidenciais de 2022.

desenvolvimento” e que a manutenção de políticas econômicas como câmbio flutuante, perseguição do superávit primário e controle da inflação – características do neoliberalismo – fariam parte de uma estratégia para “uma transição progressiva” e que teria se revelado acertada. No entanto, passados mais de dez anos desde a escrita do texto, o que se percebe é que não houve transição alguma. De maneira geral, os princípios e as políticas defendidas pelo novo desenvolvimentismo estão em consonância com a doutrina neoliberal.

Bresser Pereira (2011, p.22), em um movimento de comparação com o nacional-desenvolvimentismo, afirma que “o Estado [sob o novo desenvolvimentismo] continua a desempenhar um papel chave, mas um papel normativo, de facilitação e encorajamento, mais do que um papel direto na produção.” O autor continua: “o Estado não deve ser um investidor; ao contrário, deve se concentrar em defender e garantir a concorrência.” O apoio do Estado às empresas deveria se dar apenas “sob condição de que as empresas obtenham competitividade internacional.” (2011, p. 23). Por fim, Bresser ainda afirma que “O novo desenvolvimentismo defende o equilíbrio fiscal, não em nome da “ortodoxia”, mas porque percebe que o Estado é o instrumento de ação coletiva da nação por excelência.” (2011, p. 25)

Dessas passagens, pode-se extrair pelo menos mais alguns pontos nítidos de convergência com o neoliberalismo. O primeiro deles refere-se ao papel do Estado. Ora, como visto, o papel do Estado na doutrina neoliberal não é mínimo, pelo contrário, é do Estado a função de garantir o pleno funcionamento do mercado e ser menos interventivo no processo produtivo. Inclusive, Bresser (2011, p. 22) afirma que “A política industrial é subsidiária” – posição diametralmente oposta daquela defendida pelo nacional-desenvolvimentismo. Gonçalves (2012) afirma que o Estado novo desenvolvimentista assume a tarefa de garantir a estabilidade macroeconômica, isto é, uma função estabilizadora da economia, não por acaso, o controle da inflação e a “disciplina fiscal”⁵⁹ se mantêm no radar. Ademais, observa-se que essa perspectiva de um Estado enquanto “instrumento de ação coletiva” ignora as contradições em seu interior, desconsidera a atuação de determinadas classes e setores em prol de seus interesses.

⁵⁹ Expressão frequentemente utilizada por teóricos do novo desenvolvimentismo.

Outro ponto de convergência com o neoliberalismo que se desdobra das passagens anteriores é o foco dado às exportações como impulsionador do crescimento econômico, que, alinhado ao papel secundário de uma política industrial e ao rechaço às políticas protecionistas, não poderia resultar em outra coisa, senão desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora brasileira. Como demonstrado na seção subsequente, o processo desindustrialização provocou grande impacto sobre a condição de dependência do país. É interessante notar como todos esses elementos apontam, também, para uma defesa da liberalização e abertura comercial. Isso fica evidente quando se defende que o crescimento tem de se dar voltado para fora, para às exportações, ou seja, princípios defendidos e propagados pela doutrina neoliberal. É nesse sentido que Sampaio Jr. (2012, p. 685) afirma que “os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas”. Portanto, a ambição novo desenvolvimentista em reivindicar filiação ao nacional-desenvolvimentismo do século passado não possui lógica objetiva alguma.

Para além de apresentar as propostas defendidas por esse “novo” modelo, um outro movimento que auxilia na sua maior compreensão é identificar o que não é abordado, ou seja, o que se considera como uma não questão. Nesse sentido, Gonçalves (2012, p. 660) aponta para os seguintes pontos:

mudanças na estrutura de propriedade; estrutura tributária e distribuição de riqueza; vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; influência de setores dominantes (agronegócio, mineração e bancos); e viés no deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário.

Se as políticas neoliberais das décadas de 1980-1990 serviram para aprofundar a condição brasileira de dependência, o novo desenvolvimentismo não serviu para romper com essa lógica, tampouco para reverter as medidas impostas pelo neoliberalismo (BERTOLA&OCAMPO, 2012). Gonçalves (2012) argumenta que o novo desenvolvimentismo sobrevalorizou a capacidade das políticas macroeconômicas de promover mudanças estruturais. Para o autor, trata-se de um modelo que caminha em direção à ortodoxia clássica.

Conforme apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, os autores dependentistas marxistas evidenciam o caráter dependente das economias latino-americanas. As análises dos países periféricos precisam levar em consideração sua

formação econômico-social, isto é, sua configuração marcada pela subordinação aos interesses dos países centrais do sistema capitalista, que cria e recria a capacidade de dominação desses sobre aqueles. Nesse sentido, os escritos da TMD não deixam dúvidas acerca da insuficiência das estratégias desenvolvimentistas em uma economia periférica. Como defende Ribeiro (2020, p. 102),

Ainda mais inviável é a implementação de um novo desenvolvimentismo, na medida em que a hegemonia permanece associada à política neoliberal. Todos os elementos [...] continuam a apontar para a manutenção e aprofundamento da dependência, com a economia voltada ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

Por fim, antes de se analisar mais detidamente o programa neoliberal do Partido dos Trabalhadores, bem como suas consequências sobre a condição de dependência da economia brasileira e sobre a vida dos trabalhadores, no Brasil, observa-se que o novo desenvolvimentismo, de fato, fez a defesa por programas de combate à pobreza e de distribuição de renda, e que foram, em certa medida, implementados pelos governos petistas. Sem embargo, ressalta-se que mesmo esses programas precisam ser analisados criticamente, vez que são implementados em total sintonia com a doutrina neoliberal, reforçando a mercantilização, o individualismo, a bancarização e a inclusão da classe trabalhadora na lógica financeira, como se pretende demonstrar mais adiante.

Ademais, buscou-se evidenciar que, por si só, a implementação de programas como esses, que conformam o quadro de políticas heterodoxas, não é suficiente para se asseverar uma ruptura com o neoliberalismo, tampouco esses programas podem ser classificados como possuidores de viés antineoliberal. Quando se visita Milton Friedman (2002), por exemplo – considerado um dos principais teóricos do neoliberalismo –, constata-se que mesmo ali havia a defesa de uma renda mínima aos trabalhadores que não alcançassem um determinado valor mensal, sendo um dos primeiros a advogar por tal mecanismo.

2.3. O neoliberalismo Petista

O objetivo principal que se pretende cumprir nesta seção é o de evidenciar que o neoliberalismo foi a doutrina que guiou os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-

2016) e, conseqüentemente, incorreu em um aprofundamento da condição de dependência. Essa tese, porém, não é consenso entre os grupos críticos da doutrina neoliberal, ainda que haja concordância a respeito de suas conseqüências desastrosas para as economias latino-americanas e para a classe trabalhadora da região.

Seguindo autores como Paulani (2008), Carcanholo (2008), Salvador (2010), Gonçalves (2012), Sampaio Jr. (2012) e Brettas (2020) – apenas para citar alguns –, defende-se, aqui, que durante esse período não apenas não se rompeu com a doutrina neoliberal, como esta foi aprofundada durante os governos dos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff. O objetivo a se cumprir nesta seção, portanto, é demonstrar o caráter neoliberal desses governos, bem como suas conseqüências para a condição de dependência do país.

Destaca-se que não se trata de uma análise exaustiva ou global desse período, uma vez que foge do escopo desta pesquisa. Como mencionado, a finalidade é demonstrar a conexão que há entre a manutenção do padrão neoliberal, no Brasil, e como este aprofunda a condição de dependência do país. Entende-se que, passado o momento conjuntural de crescimento da economia mundial, um possível agravamento do fenômeno da superexploração da força de trabalho seria expressão desses processos e buscaria responder aos interesses das classes dominantes que se beneficiam desse padrão de acumulação.

Nesse sentido, acredita-se que essa análise auxiliará na compreensão de que uma piora da superexploração da força de trabalho pós-2016 faz parte desse mesmo padrão de acumulação neoliberal, cujo impacto sobre as condições de vida dos trabalhadores é desastroso. Cabe a ressalva, porém, que os 13 anos de governo do PT foram marcados, também, por políticas distributivas e de combate à fome. Apesar de não terem provocado mudanças estruturantes, tampouco são irrelevantes.

Nas seções anteriores, partilhou-se da definição de neoliberalismo apresentada por Saad Filho e Morais (2018), isto é, que se trataria de um novo modelo de acumulação, característico do capitalismo contemporâneo. No entanto, apesar de se concordar com os autores sobre em que nível de abstração na qual se encontra o neoliberalismo, discorda-se quando estes, em outro texto mais antigo (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011), em que os próprios definem como “sumário” e “exploratório”, defendem a ideia de que, durante

os governos do PT, teria se implementado uma “política econômica de natureza híbrida”, especialmente a partir do segundo mandato do ex-presidente Lula.

No texto em questão, intitulado *Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula*, publicado em 2011, os autores afirmam que “o governo Lula passou a adotar novas iniciativas e políticas que se mesclaram às políticas macroeconômicas neoliberais, estabelecendo-se, dali em diante então, a política econômica híbrida que caracterizou esse governo até 2010, e que parece persistir no governo de sua sucessora.” (MORAIS e SAAD-FILHO, p. 509) Nota-se, porém, que os autores, em nenhum momento do texto, afirmam que teria havido uma superação do neoliberalismo. Pelo contrário, apontam para uma incompatibilidade entre essas políticas, cujo desfecho não lhes parecia muito promissor,

[...] tudo indica que essa suspensão da incompatibilidade entre a política econômica e seu núcleo de políticas macroeconômicas é provisória. Os crescentes problemas do país na conta de transações correntes, e o ônus fiscal derivado das intervenções para moderar a sobrevalorização do real tendem a criar tensões insuportáveis com o ritmo de crescimento alcançado até 2010. (MORAIS e SAAD-FILHO, p. 526)

No entanto, naquele momento, para Moraes e Saad-Filho (2011), o novo desenvolvimentismo não seria simplesmente uma continuidade das políticas neoliberais, posto que defendeu a necessidade de se implementar alguns ajustes nas reformas dos anos de 1990, ajustes que teriam de ser executados pelo próprio Estado. Ainda, a consolidação da melhora de indicadores sociais e econômicos “poderá acontecer com menor dificuldade caso venha a se constituir, nos próprios termos do novo-desenvolvimentismo, um novo consenso de política econômica” (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011, p. 526). Para os autores, as razões que possibilitaram a convergência momentânea de políticas neoliberais e “não neoliberais” foi

Além da já mencionada liquidez externa, os fatores mais relevantes foram a imaginação política da equipe econômica do governo Lula, que soube aproveitar as brechas surgidas na ortodoxia devido ao declínio do consenso neoliberal, e a rápida melhora dos indicadores de emprego, renda e investimento devida às iniciativas desenvolvimentistas. (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011, p. 525).

Sem embargo, em concordância à definição de neoliberalismo apresentada na seção 2.1 e, portanto, para a linha de pensamento que se adota nesta pesquisa, o que os autores chamam de uma política econômica híbrida estaria, na verdade, em consonância

ao que já era defendido pelo *mainstream* do pensamento econômico global à época como, por exemplo, pela Nova Cepal, Consenso de Washington e por relatórios de instituições internacionais como FMI e do BM⁶⁰. Ademais, assumir a definição de neoliberalismo proposta pelos próprios autores em sua obra publicada em 2018, isto é, de que se trata de um “sistema de acumulação dominante” que está além das políticas econômicas, só reafirma a noção de que a adoção de determinadas políticas econômicas heterodoxas não é suficiente para se concluir que se trata de um fenômeno exterior ao “sistema de acumulação dominante”, isto é, o neoliberalismo.

Morais e Saad-Filho (2011, p. 521) defenderam que as políticas econômicas híbridas praticadas, sobretudo pelo governo Lula, teriam promovido mudanças internas estruturais, o que teria impulsionado, por exemplo, distribuição de renda e diminuição da pobreza no país. Sem embargo, quando se observa dados de 2018, portanto antes da pandemia, verifica-se que estes indicadores de “mudanças estruturais” já haviam sofrido grande piora. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a concentração de renda, em 2018, agravou-se e o índice que mede a desigualdade atingiu o maior da série histórica, inaugurado em 2012⁶¹.

Importante mencionar que grande parte dos indicadores de desemprego, renda, pobreza extrema e distribuição de renda começaram a dar sinais de piora já durante o segundo mandato da ex-presidenta Dilma, e se agravaram após sua retirada do cargo, durante os governos seguintes. Essa piora no quadro econômico e social do país, ainda sob os governos do PT, bem como a reversão das “mudanças estruturais” em um espaço de tempo recorde, apontam para o fato de que as políticas econômicas dos governos petistas não resultaram em mudanças estruturais, o que tampouco poderia ocorrer, na medida em que não se rompe com o neoliberalismo. Desse modo, ainda que, de fato, tenha havido mudanças da política econômica, como apontaram Saad-Filho e Moraes, em especial no que se refere à distribuição de renda – não de riquezas –, o essencial do modelo neoliberal se manteve, de modo que o seu fundamento não sofre reverses.

Mais do que uma “imaginação política da equipe econômica do governo Lula”, o que conferiu, em realidade, sustentação à convergência entre políticas sociais pontuais e o neoliberalismo foram as condições econômicas favoráveis, ou, nas palavras dos

⁶⁰ Para saber mais sobre a Nova CEPAL e o Consenso de Washington, ver Carcanholo (2007).

⁶¹ Ver: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml> >.

mesmos autores, “como os interesses dos grupos que o PT decidiu agradar convergiam apenas condicionalmente, a estabilidade política exigia que o partido oferecesse ganhos a quase todos [...]. *O PT só poderia cumprir essas condições em tempos de prosperidade econômica*” (Saad Filho e Morais, 2018, p. 190, grifo nosso)

Especificamente sobre o Brasil, o principal elemento – mas não o único, como restará demonstrado mais adiante – que evidencia a manutenção do neoliberalismo é a permanência de políticas econômicas que conformam o que se convencionou chamar de tripé macroeconômico. Em resumo, trata-se de um imbricamento de políticas monetária, cambial e fiscal, cujo objetivo não é outro senão a tão defendida estabilidade macroeconômica, atração de capital internacional e controle das contas públicas. A partir desse mecanismo faz-se a defesa de um regime de metas inflacionárias, superávit primário e câmbio flutuante. Aruto (2019, p. 75 e 76) faz uma boa síntese desse conjunto de políticas:

1) a taxa de inflação seria combatida pela taxa de juros, uma vez que, no curto prazo, a inflação brasileira era diagnosticada como uma inflação de demanda; 2) para manter sustentável o nível interno de preços, procura-se não apenas limitar a expansão dos gastos da União, como também, dar mais credibilidade à dívida pública através da promoção de metas fiscais e superávits primários (parte do orçamento que é reservado para pagamento da dívida e seus serviços) 3) a taxa de câmbio seria ajustada automaticamente pelas forças dos mercados, em um ambiente de livre entrada e saída de capitais.

Para Aruto (2019), esse mecanismo fortalece as tendências iniciadas pelo Plano Real de abertura e liberalização comercial e financeira, o que atua pela promoção da primazia do capital internacional no Brasil. Ademais, destaca-se como os mecanismos de transferências de valor se produzem exatamente pelas trocas que se dão na esfera internacional, seja a transferência de valor via troca desigual, seja pela via do controle do capital.

Neste ponto da pesquisa, colocou-se a necessidade de abordar, ainda que de forma panorâmica, a noção de Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva (PRCEEP), uma vez que auxiliará no entendimento acerca da intensificação da condição de dependência, bem como na verificação dos processos de transferências de valor e da superexploração da força de trabalho. Esta categoria foi fundamentada, sobretudo, por Jaime Osório, a partir das indicações já postas por Marx e Marini. Para o autor, a sua função é

[...] dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram (OSÓRIO, 2012, p. 40-41).

A partir da constatação de que o modo de reprodução do capital se metamorfoseia no decorrer da história, adquirindo diferentes formas em diferentes momentos históricos, o autor elabora um mecanismo capaz de identificar e apontar diferenças entre esses modos (padrões) de reprodução do capital. O atual padrão que caracteriza as economias dependentes é o exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012). O seu surgimento se dá, justamente, no bojo das transformações ocorridas na década de 1970. A consolidação deste novo padrão, no entanto, é percebida nas décadas seguintes de 1980 e 1990.

Não é coincidência que o padrão exportador de especialização produtiva tenha se constituído em paralelo ao avanço da doutrina neoliberal. Em realidade, este novo padrão é parte constituinte do neoliberalismo, isto é, das transformações abordadas na seção 2.1. Nas palavras de Osório (2012b, p. 111)

Fala-se em especialização produtiva como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens comparativas na produção e no comércio internacional (2012b, p. 111)

Para esta pesquisa, mais do que se aprofundar nos processos de constituição e fortalecimento desse novo padrão, interessa perceber seus resultados e repercussão para a economia brasileira, especificamente no período ora analisado. Nesse sentido, cabe compreender suas principais características. A primeira delas é o peso que assume as exportações, ou seja, as trocas internacionais aumentam sua participação enquanto espaço de realização do valor produzido no país. Este fenômeno pode ser percebido a partir dos dados sobre a participação das exportações no PIB nacional. Uma segunda característica é sua tendência em se firmar na produção de produtos primários e, em menor escala, em produtos do setor industrial menos tecnológicos e intensivos em recursos naturais. Esta

segunda característica preconiza o encerramento de um projeto industrializante mais autônomo, tão presente no nacional-desenvolvimentismo brasileiro. Observa-se que no caso do Brasil, alguns setores da indústria são preservados, no entanto, com forte vinculação às exportações e liderado por empresas estrangeiras como é o caso, por exemplo, da indústria automobilística (OSÓRIO, 2012) (ARUTO, 2019).

Breda (2020, p. 67 e 68), ao tratar do impacto que esse novo padrão tem sobre a integração da América Latina à divisão internacional do trabalho, destaca os seguintes pontos:

i) região produtora de etapas inferiores – não estratégicas – das cadeias globais de valor, função que o México e outros países da América Central assumem plenamente; ii) região produtora de alimentos e matérias-primas para exportação, função cumprida por quase todos os países da América do Sul, com crescente importância da China como parceiro comercial; iii) espaço de valorização do capital fictício, sobretudo através do sistema da dívida pública.

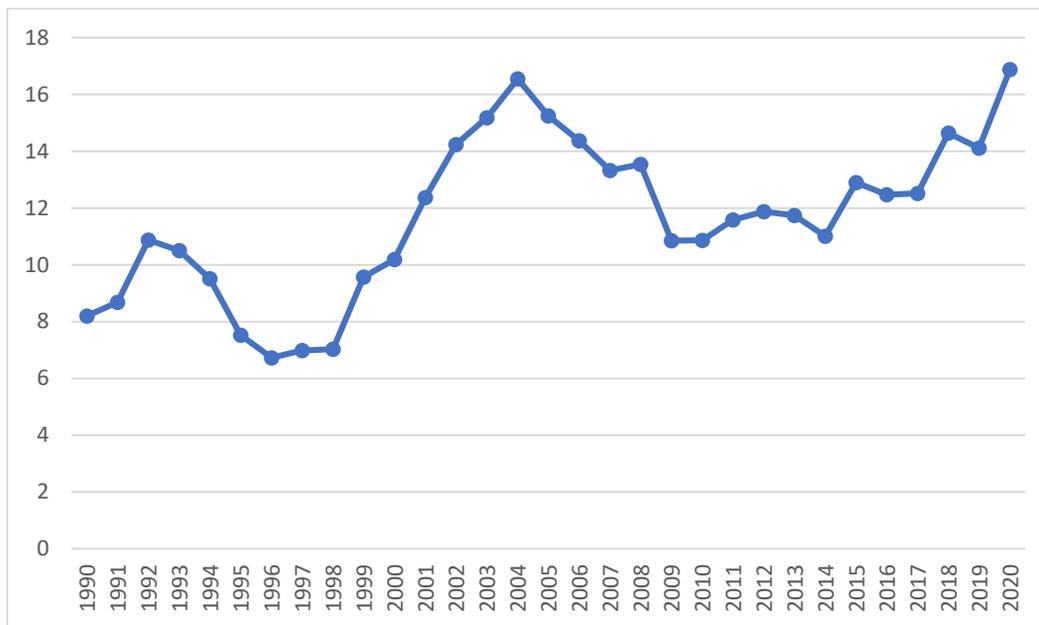
Os dois primeiros pontos trazidos pelo autor já foram previamente abordados. Nesta passagem, interessa, particularmente, o fenômeno que coloca a América Latina – e o Brasil – como espaços de valorização do capital fictício, e do capital financeiro, de maneira geral. Trata-se, portanto, de uma outra característica do padrão exportador de especialização produtiva.

Apresentadas suas principais características, importa, agora, sua verificação na economia brasileira durante os governos do PT. Conforme mencionado, o caráter exportador pode ser verificado a partir do aumento da relação entre volume das exportações e o PIB, apresentados no gráfico a seguir. Ao se analisar os números, fica patente o aumento do peso das exportações brasileiras na composição do PIB nacional, com destaque para as exportações de bens primários. Destaca-se que a partir do final da década de 1990 – momento em que, no Brasil, o projeto neoliberal avança de maneira mais intensa –, esse crescimento é vertiginoso e se eleva até atingir 16,5%, o recorde histórico até aquele momento. Posteriormente, este recorde é substituído pelos resultados de 2020, quando alcança a marca de 16,8%.

A fim de perceber mais nitidamente o movimento dessa relação entre valor total das exportações de bens e serviços e PIB, no Brasil, realizou-se uma média entre os diferentes períodos. Durante a década de 1990, o peso do total das exportações no PIB foi de 8,5%, já no período que corresponde aos governos petistas, 2003 a 2015, o resultado

foi de 12,9%, o que representa um aumento de 51,7%. Nos anos seguintes, entre 2016 e 2020, essa média é ainda maior e alcançou os 14%, o que evidencia a tendência de alta.⁶²

Gráfico 1 - Relação entre o total das exportações de bens e serviços e PIB (em %) – Brasil

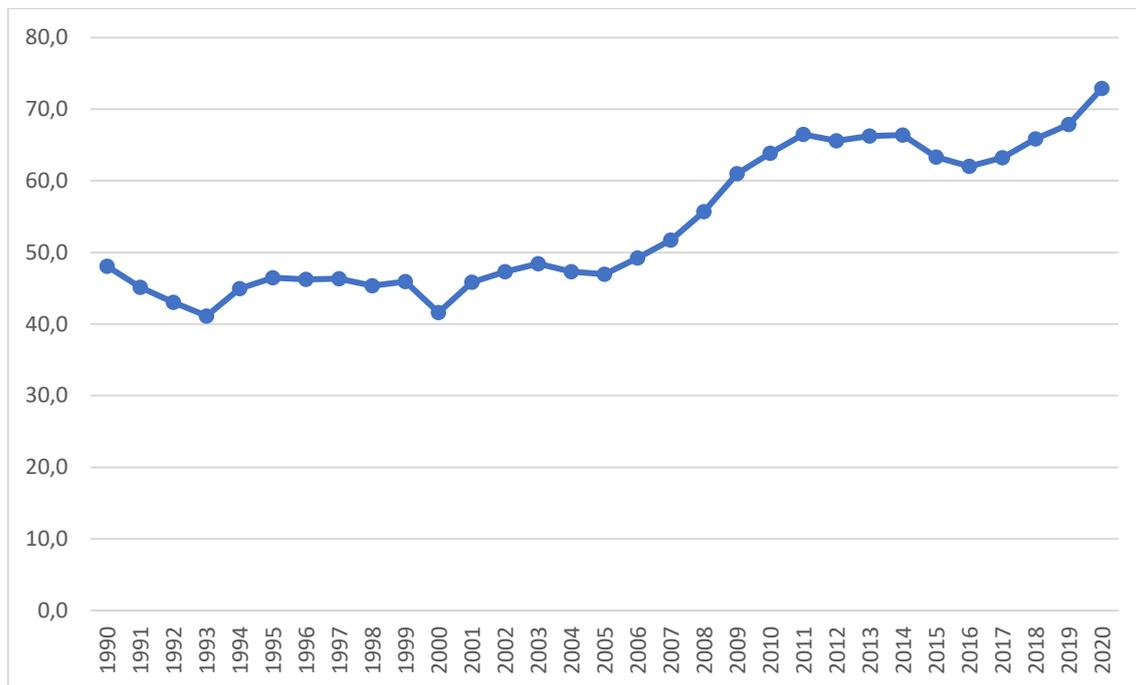


Fonte: World Bank, databank.worldbank.org. Elaboração própria.

Conforme indicado, uma outra característica desse padrão é o fenômeno da reprimarização das exportações, isto é, a tendência de as exportações das economias periféricas se basearem cada vez mais em bens de baixo valor agregado, principalmente do setor agromineral. Trata-se, portanto, de uma especialização produtiva de baixíssima intensidade tecnológica e calcada em recursos naturais. O gráfico a seguir permite uma melhor visualização deste fenômeno.

⁶² O crescimento da relação exportações e PIB é ainda maior quando se analisa a América Latina. Em 1993, essa relação era de 15% e alcança 23,7% em 2020, com pico de 24,3% em 2006. (databank.worldbank.org, World Bank)

Gráfico 2 - Exportações brasileiras de produtos primários em relação ao total das exportações no ano (em %).



Fonte: CEPALSTAT, elaboração própria.

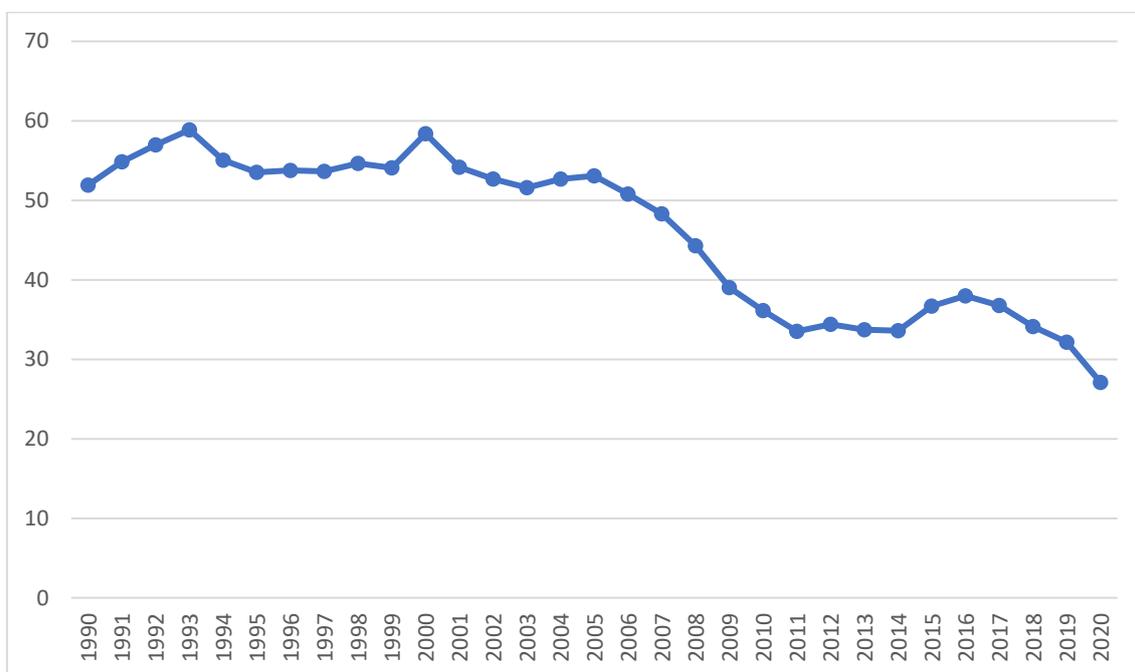
O gráfico 2 não deixa dúvidas acerca do fenômeno da reprimarização da pauta exportadora brasileira. Se, em 1993, um ano antes da implementação do Plano Real, os produtos primários representaram 41,1% de tudo o que foi exportado pelo Brasil, em 2016, último ano dos governos petistas, esta proporção já havia saltado para 62%. Trata-se, portanto, de um aumento da ordem de mais de 50%. Durante os governos do PT, a participação dos produtos primários na exportação chegou a ultrapassar os 66% nos anos de 2011, 2013 e 2014.

Sobre esse fenômeno da desindustrialização, é interessante o diagnóstico proposto por Paulani (2017), quando aponta para as mudanças provocadas pelo processo da financeirização sobre a estrutura produtiva do país. Para a autora, a manutenção das taxas de juros – Selic, sobretudo – em um patamar elevado, somada à uma taxa de câmbio fortemente valorizada, foram determinantes, por exemplo, para que o estoque de ativos financeiros se multiplicasse em quase 10 vezes, entre 1991 e 2009, enquanto estoque de ativos reais, no mesmo intervalo, multiplicasse, apenas, por 1,4. Nas palavras de Paulani “Um subproduto perverso da permanência [durante os governos do PT] desse quadro foi o acelerado processo de desindustrialização sofrido pelo país” (PAULANI, 2017, p. 146).

Sobre a desindustrialização e sua incompatibilidade com o atual padrão de reprodução, Aruto afirma o seguinte:

Entre 1955 e 1979 a participação da indústria no PIB é crescente, ao atingir 40% do PIB. Durante a década de 1980, essa proporção se eleva ainda mais, mas de modo oscilante, pois estava condicionada às transferências de recursos reais ao exterior por meio das exportações de bens intermediários (mas não apenas), ou seja, não estava submetida a um projeto de industrialização. *A partir de meados dos anos de 1990, a participação da indústria é reduzida significativamente, principalmente com a adoção do Plano Real e a sobrevalorização cambial que se seguiu* (2019, p. 58, grifo nosso).

Gráfico 3 - Exportações brasileiras de produtos manufaturados em relação à participação total no ano (em %).



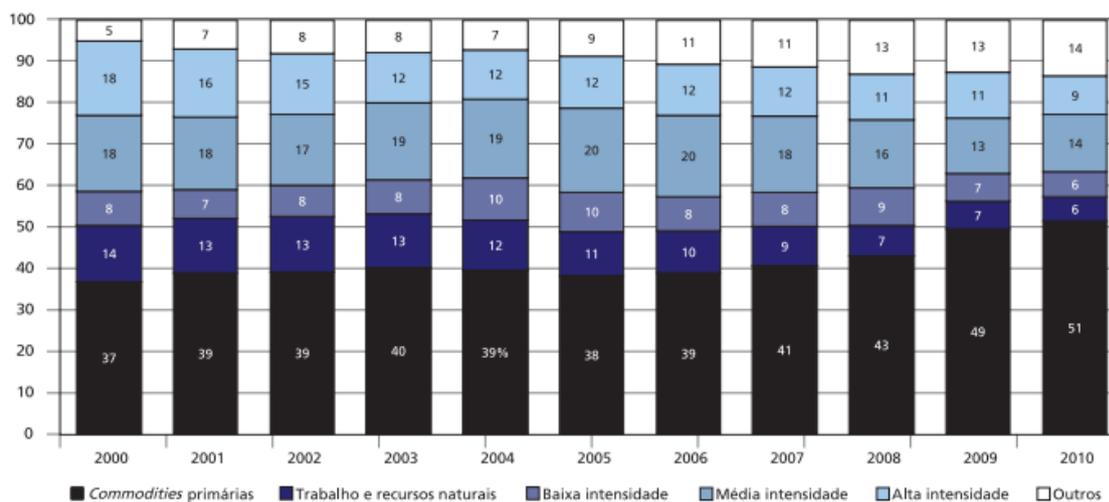
Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

O movimento descrito por Aruto (2019), pode ser percebido no gráfico 3. Durante a década de 1990, a participação de produtos manufaturados esteve todos os anos acima dos 50%, em alguns, beirou aos 60%. Nas duas primeiras décadas do século XXI, porém, a participação da indústria sofreu quedas assustadoras, chegando próxima dos 30%, durante os governos do PT e atingindo seu recorde histórico em 2020 (27%), sob o governo de Jair Bolsonaro.

O fenômeno da desindustrialização pode, também, ser percebido em outros números, para além da participação nas exportações. De acordo com o IBGE, a participação da indústria de transformação no PIB nacional, em 2004, era de 17,8% e caiu para 12,6%, em 2012. No primeiro semestre de 2016, essa participação chega ao patamar de 11,6%⁶³.

Em consonância ao que aponta o atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, a partir da apresentação e análise desses dados, resta patenteado os processos de desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora brasileira e a maior dependência das exportações. É nítido o fato de a economia brasileira ter sido redirecionada para uma especialização em commodities e bens manufaturados intensivos em recursos naturais e de baixo desenvolvimento tecnológico, o que tende ao fortalecimento da condição de dependência do país, nos moldes em que esta foi apresentada no primeiro capítulo deste estudo.

Gráfico 4 - Participação dos grupos de produtos nas exportações brasileiras, de acordo com a intensidade tecnológica (em %).



Fonte: De Negri e Alvarenga (2010, p. 7), a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC).

⁶³ Os dados podem ser acessados em reportagem do Jornal Eletrônico Poder 360 < [>](https://www.poder360.com.br/economia/industria-perde-participacao-no-pib/#:~:text=%E2%80%9CEm%201986%2C%20a%20ind%C3%BAria%20de,de%20apenas%2011%2C3%25.> e em reportagem do Valor < <a href=).

Outro dado que evidencia o redirecionamento da estrutura produtiva brasileira em direção a uma especialização produtiva em produtos primários e de baixa intensidade tecnológica é a participação dos produtos exportados segundo sua intensidade tecnológica. Nessa direção, o gráfico 4 elaborado por De Negri e Alvarenga (2010, p.8) é bastante elucidativo. Se em 2000 a soma da participação das commodities primárias, dos produtos intensivos em mão de obra e recursos naturais e dos produtos de baixa intensidade tecnológica era de 59%, em 2010, esse percentual sobe para 63%. Ainda mais expressiva é a participação das commodities, que salta de 37% em 2000, para 51% em 2010.

Todos esses dados apresentados acima parecem afastar qualquer sinal de um projeto (novo) desenvolvimentista baseado em programas de industrialização ou promoção de um desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, o que se verifica, durante os governos do PT, é a perda de espaço por parte dos setores produtivo de maior intensidade tecnológica e uma maior dependência da importação de tecnologias.

Como lembra Carcanholo (2005, n.p.), um dos condicionantes da dependência é a deterioração dos termos de troca “ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado – vis a vis os preços dos produtos industriais [...] importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores”. O *modus operandi* desse processo foi já demonstrado na primeira parte desta pesquisa e se refere a uma das modalidades pelas quais se opera a transferência de valor – a troca desigual. Desse modo, a partir dos dados apresentados, é possível afirmar que o atual padrão exportador de especialização produtiva, cujas características são verificáveis no Brasil, provoca uma tendência de aprofundamento da condição de dependência.

Nesse ponto, cabe uma observação importante. Nos marcos teóricos da TMD, somado aos dados apresentados até aqui, é indiscutível a tendência de aprofundamento da condição de dependência da economia brasileira. No entanto, ao que se refere especificamente às transferências de valor via troca desigual, durante o período dos governos de Lula e Dilma, o que se percebe é uma diminuição deste fenômeno (BREDA, 2020).

Em uma extensa pesquisa sobre o tema, Breda (2020) demonstra que, entre os anos de 2003 e 2012, a economia brasileira logrou reter internamente uma porção maior

de mais valor. De acordo com dados trazidos pelo autor, o montante transferido via troca desigual cai de USD -90 bilhões, em 2003, para aproximadamente USD -15 bilhões em 2011, ano em que atinge seu menor volume (BREDA, 2020, p, 182). O autor adverte, porém, que

Em linhas gerais [...] os resultados apresentados acima aproximam-se do comportamento dos preços dos principais produtos exportados pelo país no período, o que sugere uma relação inversa entre comportamento dos preços mundiais das commodities e comportamento do intercâmbio desigual para o Brasil (BREDA, 2020, p, 182).

Segundo Breda (2020, p, 164), com o qual se tem acordo, “O que ocorreu nesse período foi uma rara combinação entre melhoria conjuntural na inserção externa do país e aprofundamento das características estruturais de uma economia dependente.” Como se tem tentado demonstrar, a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência não significou um rompimento com o neoliberalismo. No entanto, encontra um contexto bem diferente daquele dos anos de 1990. A primeira década do século XXI foi de grande liquidez de capitais internacionais, que enxergaram nos países ditos emergentes, o caso do Brasil, uma oportunidade de apreensão lucrativa. Somou-se a isso uma alta elevação dos preços das commodities – justamente o setor em que as exportações brasileiras tiveram um aumento vertiginoso – e um crescimento das economias centrais e chinesa (TEIXEIRA e PINTO 2012). O resultado foi, após duas décadas de oscilação entre recessão e crescimento muito baixo, um relativo crescimento da economia brasileira, ainda que mais abaixo do registrado na década de 1990⁶⁴.

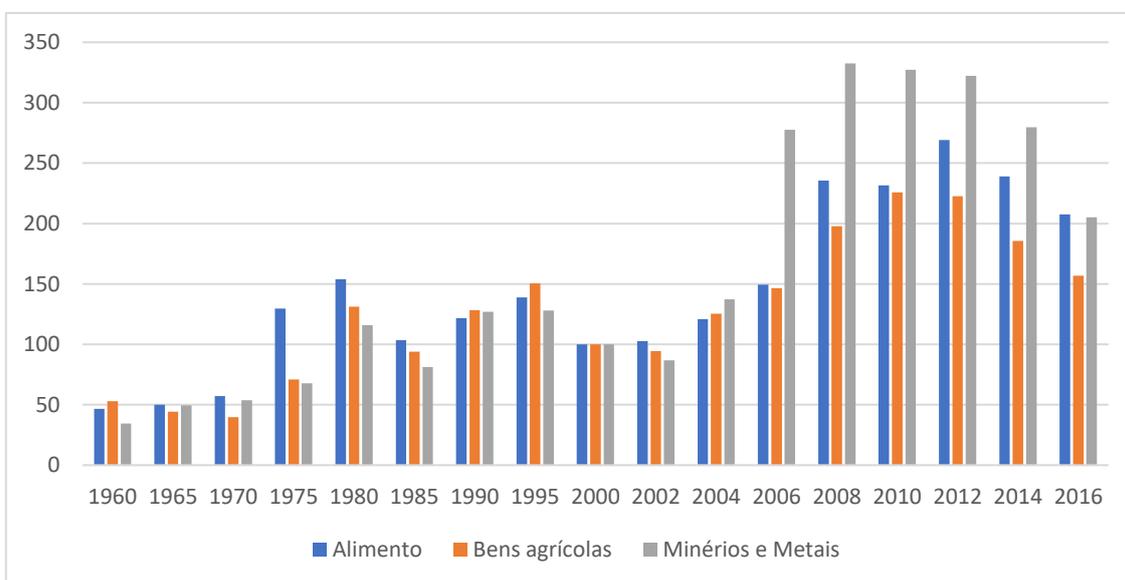
Esta interpretação de que se tratou de um momento histórico específico, com condições favoráveis aos países dependentes exportadores de commodities e bens primários, em geral, é compartilhada por outros autores. Novelli (2010), por exemplo, afirma que o aumento das exportações promoveu uma redução da vulnerabilidade externa do Brasil. Teixeira e Pinto (2012), por sua vez, parecem corroborar a tese de Breda (2020), de que haveria uma relação entre a variação dos preços das commodities e a atuação do intercâmbio desigual, quando constatam que as alterações dos preços mundiais entre 2003

⁶⁴ Como já referenciado anteriormente, o crescimento médio do PIB brasileiro na década de 1990 foi de 3%. Já entre os anos de 2003 e 2015, segundo dados do IBGE, a média de crescimento foi de 2,9%. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa >.

e 2010 provocaram um aumento de 39,9% nos termos de troca⁶⁵ da economia brasileira (TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 923).

Há, ainda, um outro dado que permite que se compreenda essa redução das transferências de valor via troca desigual como um fenômeno atípico, consequência do momento histórico. Conforme aponta Breda (2020, p. 182) “Esse período está ladeado, antes e depois, por curvas de tendência contrárias, as quais dão ao intervalo 2003-2012 uma aparência de excepcionalidade”. O autor demonstra que as transferências e valor via troca desigual começam a se elevar em 2013 e, depois, em 2014. Essa verificação está em consonância com os preços das commodities, cujas reduções se iniciam justamente a partir de 2012. O preço do minério de ferro, por exemplo, alcançou USD 180 por metro cúbico em 2011, chega a USD 100 no final de 2012, e alcança os inimagináveis USD 40 no final de 2015 (INDEX MUNDI, 2020 apud RIBEIRO, 2020, p. 115).

Gráfico 5 - Índices de preços de commodities do mercado livre (%) – 1960-2016 descontinuado.



Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

⁶⁵ “Os termos de troca são definidos como a relação entre os preços das exportações do país (P_X) e os das suas importações (P_M). Uma melhoria nos termos de troca – isto é, um aumento na razão P_X/P_M –, tudo o mais constante, aumenta a renda real.” (BASTOS, 2015). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5188/1/Carta_Conjuntura_n28_termos.pdf

Nesse sentido, como afirma Carcanholo (2019, p. 47), “Os determinantes estruturais da dependência podem ser agravados ou atenuados pela conjuntura, especificamente pelo cenário externo de maior ou menor crescimento da economia mundial e por melhores ou piores condições nos mercados internacionais de crédito”. Este último ponto possui uma vinculação maior com as transferências de valor via propriedade do capital.

Conforme visto, durante o período ora analisado, notou-se uma redução conjuntural das transferências de valor na modalidade troca desigual, sem, no entanto, resultar em um fim dessas transferências, que se mantiveram negativas durante todo o período em questão. Quando se observa as transferências de valor na sua modalidade controle e propriedade do capital⁶⁶, porém, o que se nota é a intensificação desse processo (BREDA, 2020).

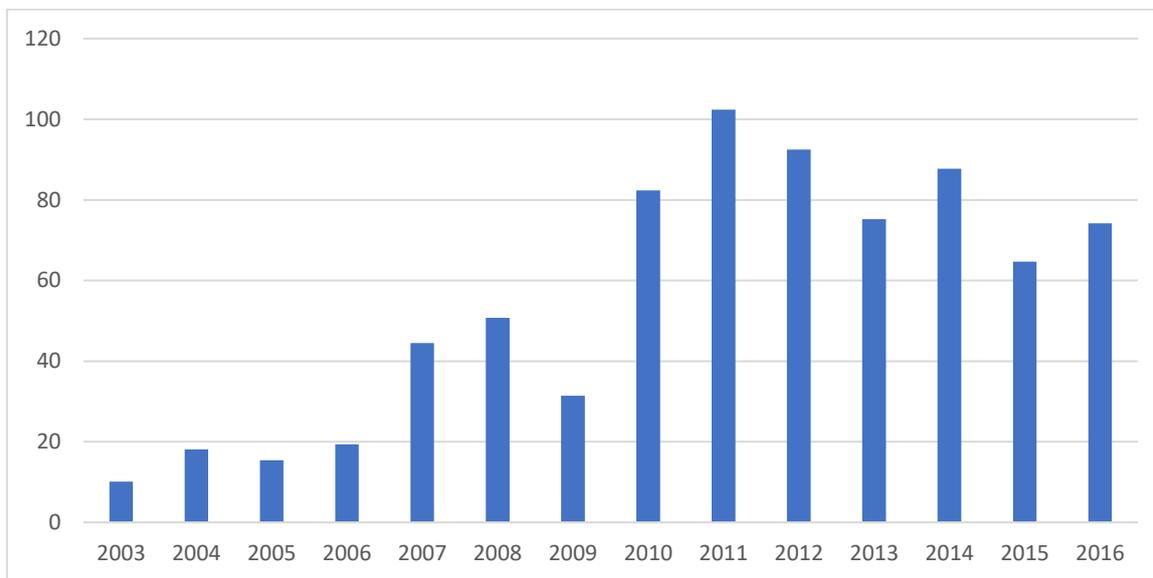
Já apresentado no primeiro capítulo, as transferências sob esta modalidade se dão não diretamente pelas trocas de mercadorias, ou seja, pelo comércio internacional de bens, senão por mecanismos como remessas de lucros e dividendos, amortizações e pagamento de juros de dívidas, além de royalties e patentes. Trata-se de um mecanismo que se intensificou de maneira profunda durante o atual padrão exportador de especialização produtiva e guarda intensas vinculações com o processo de financeirização abordado anteriormente. Sua intensificação se dá tanto pelas novas formas que se criam pós-década de 1970, como pelo aumento dos volumes transferidos via essa modalidade.

Conforme assevera Breda (2020, p. 193), “quanto maior o fluxo de capitais entrantes, maior os fluxos subsequentes de remessas ao exterior.” O capital internacional, seja na forma de investimento direto, seja sob outras formas, apresenta a tendência de

⁶⁶ Uma discussão que se conecta com este tema, mas que não se terá fôlego para realizar nesta pesquisa, é importância da dívida pública enquanto mecanismo de transferência de valor. No atual momento do capitalismo, as transferências sob as formas de juros e amortização da dívida pública assume relevância como em nenhum outro momento histórico. Em 2014, 42,02% dos recursos públicos foram utilizados para esses serviços da dívida (BEHRING, 2019, p. 204)). Sobre as diferentes dinâmicas acerca desse tema entre as economias centrais e periféricas, Salvador (2010) destaca que, no Brasil, o fundo público serviu – e segue servindo – à valorização financeira, em vez de ser usado para a implementação de políticas sociais. Para ver sobre o tema, além de Salvador (2010), indica-se as obras de Behring (2004) e, especificamente sobre os anos dos governos petistas, Brettas (2020).

repatriação via lucros e dividendos, o que se traduz, portanto, na remessa de valor criado na periferia para o centro (CARCANHOLO, 2008).

Gráfico 6 - Entrada de Investimento Estrangeiro Direto - Brasil (em USD/Bilhões).



Fonte: World Bank, databank.worldbank.org. Elaboração própria.

O gráfico 6 é elucidativo quanto ao aumento dos investimentos estrangeiros diretos (IED), no Brasil, entre 2003 e 2016. Enquanto em 2003, a entrada de IED ficou em USD 10,1 bilhões, este montante alcança 102,4 bilhões de dólares em 2011, o que representa um aumento da ordem de 913,8% em apenas 8 anos. Após 2011, porém, esse volume foi reduzido, mas sempre acima de USD 60 bilhões, patamar muito superior àqueles verificados nos primeiros anos do século XXI. Sobre essa queda, observa-se que se dão justamente quando os preços das commodities iniciam seu processo de queda, indicando uma maior presença desse tipo de capital, em momentos econômicos mais favoráveis.

Com relação aos investimentos em carteira, também há uma alta considerável. O estoque total desse tipo de investimentos, no Brasil, em 2002, era de 10,4 bilhões de dólares. Em 2014, esse montante alcança as cifras de 446,4 bilhões de dólares, o que representa um aumento impressionante de 4192,3%. A maior parte deste total se encontra em renda fixa e em ações (SILVA FILHO, 2015, p. 15 e 16). Silva Filho (2015, p. 15) destaca, ainda, que “O estoque total de investimentos estrangeiros em portfólio –

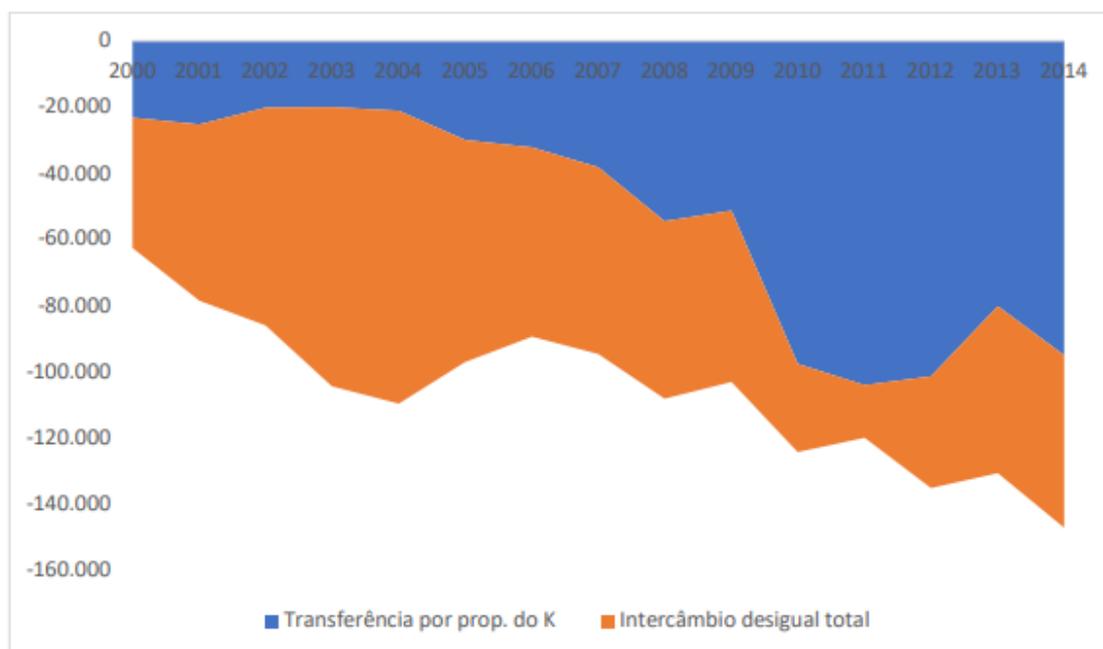
investimentos diretos, em carteira e outros – no país saltou de pouco mais de US\$ 15 bilhões em 2001 para alcançar quase US\$ 450 bilhões até o primeiro semestre de 2014.” Esses números evidenciam não apenas a importância que assume as transferências de valor via propriedade do capital, mas o fenômeno da estrangeirização da economia brasileira.

Breda (2020), em linha com o que se vem apresentando nesta pesquisa, ressalta que o atual padrão de reprodução acentua as possibilidades de transferências de valor, com destaque i) para a estrangeirização da economia, que se intensifica sob a doutrina neoliberal, ou seja, maior liberalização de capitais e maior abertura comercial e; ii) para a manutenção do projeto neoliberal brasileiro durante o século XXI, sobretudo com a preservação de juros altos (para atrair mais investimentos e compensar o chamado risco país) e políticas de superávit primário e de estabilização macroeconômica.

Na mesma direção, uma das razões pelas quais leva Paulani (2008, p. 69) a argumentar que os governos do PT são neoliberais é, justamente, a transformação de sua economia em “plataforma de valorização financeira internacional”. Foi em consonância a essa orientação que o então governo petista implementou maior liberalização aos movimentos de capitais, manteve a taxa real de juros entre as mais altas do mundo, a aprovação da Lei de Falências – que privilegia o crédito financeiro –, estabeleceu metas de superávit acima das recomendadas pelo FMI, dentre outras medidas de caráter neoliberal (PAULANI, 2008, 69 e cap. 2).

Paulani (2008, p. 19 e 21), argumenta que a defesa do governo de políticas estabilizadoras e a necessidade de “credibilidade” (aspas no original) servem à valorização de capitais especulativos, “cujas entradas cresceram mais de 1.300% no primeiro trimestre de 2003 comparado a igual período de 2002”. Para a autora, não se optou pelo enfrentamento aos interesses das classes dominantes, ainda que “calçados em 55 milhões de votos e montados num capital político inédito na história do país”, optou-se, em realidade, pela submissão “aos imperativos da acumulação financeira que domina a cena mundial do capitalismo desde meados dos anos 1970.” (PAULANI, 2008, 40)

Gráfico 7 - Transferências de valor nas modalidades troca desigual e propriedade do capital (em USD Milhões correntes)



Fonte: Elaboração Breda (2020, p. 201) com dados das Séries Temporais do BCB e Ricci (2019).

Resta claro, a partir da análise do gráfico 7, a proporção que assume as transferências de valor na sua modalidade controle e propriedade do capital, superando àquelas ocorridas via troca desigual. Amaral (2012) também sinaliza para essa mudança, a partir da qual a balança comercial assume um peso menor em contraposição às transferências operadas pela modalidade de controle do capital. De acordo com a autora,

Em termos brutos, as despesas com pagamentos de rendas em suas três modalidades (despesas decorrentes de investimentos externos diretos, despesas decorrentes de investimento em carteira e despesas decorrentes de empréstimos convencionais) cresceu 452% entre 1981 e 2010 (471% em termos líquidos), para um crescimento do PIB de 113%. (AMARAL, 2012, p. 124)

O gráfico 7 também permite visualizar que as transferências de valor se mantiveram sempre negativas durante todo o período ora analisado, ou seja, não há nenhum momento em que se supere esse processo, o que evidencia o caráter estrutural dessa condição. Enquanto há uma redução conjuntural das transferências via troca desigual, há um aumento considerável das transferências via propriedade do capital. Independente das modalidades pelas quais se transferiu valor, esse mecanismo foi

intensificado nas duas primeiras décadas deste século (AURTO, 2019). Ademias, como observa Breda (2020, p. 202),

[os dados] dão conta das tendências gerais de aumento em termos absolutos das transferências totais e de diminuição conjuntural da transferência em relação ao PIB. Nossa aproximação empírica mostra um aumento constante da transferência líquida de valor que chega, no agregado no ano 2014, a US\$ 146 bilhões de dólares ou 6% do PIB, cifras nada desprezíveis.

Sobre os governos do PT, o que se nota são esforços para manter a estabilidade monetária, ou seja, controle fiscal, superavit primário e combate à inflação. E se os governos petistas não implantaram reformas neoliberais, tampouco as desfez, optando apenas por administrá-las. Ademais, se os governos do PT não realizaram grandes privatizações, por outro lado, implementaram concessões e parcerias público-privadas, cujas consequências não são muito distintas.

Sobre esse último ponto, as concessões à iniciativa privada foram feitas em diversos setores, com destaques para as áreas de infraestrutura logística e saneamento básico. Os modelos de concessões se basearam em investimentos bilionários por parte do Estado, para que depois fossem entregues ao capital privado, que garantia o direito de gerir e explorar o serviço por três décadas. Tratou-se, em suma, de um modelo de desestatização de estradas, portos, aeroportos, do serviço de saneamento básico de água e esgoto. A partir de uma análise crítica sobre as Parcerias-Público-Privadas, Mazetto afirma que

As PPPs tratam de um duro golpe teórico e prático numa visão de políticas públicas sob uma perspectiva universalista e de direitos. Este instrumento enseja de forma preponderante um estatuto de mercantilização das políticas públicas, pois estas cada vez mais, a despeito da luta das classes exploradas, trilham o caminho da servidão à acumulação ampliada do capital para o qual o Estado nunca se tornou tão máximo (2015, p. 18).

É preciso notar como esses fenômenos estão entrelaçados com o neoliberalismo. Uma maior entrada de investimentos estrangeiras – nas suas diversas modalidades – é resultado dos processos de liberalização financeira, tão defendidos pelo projeto neoliberal

no Brasil. Bem como a abertura comercial⁶⁷, que promove uma guinada da economia brasileira para fora, produzindo novas possibilidades e potencialidades para o fenômeno da transferência de valor que marcam as economias dependentes.

Antes de se entrar no debate acerca da superexploração da força de trabalho durante e após esse período – que será feito no capítulo seguinte – faz-se necessário destacar mais um ponto que permite visualizar o caráter neoliberal dos governos do PT e que dialoga com o debate sobre as transferências de valor via controle e propriedade do capital.

A implementação de políticas de distribuição de renda e de programas de combate à fome, ainda que sejam fundamentais, sobretudo em uma sociedade tão desigual como a brasileira, não são suficientes para se afirmar que se tratava de emergência de algum novo modelo de desenvolvimento antagônico à doutrina neoliberal, menos ainda para se afirmar algum tipo de ruptura com essa doutrina. Isto porque, conforme exposto, a essência do neoliberalismo não reside nesse nível. Em algumas situações, o efeito pode ser, inclusive, de aprofundamento da doutrina neoliberal. Sendo assim, até mesmo para a formulação das políticas sociais implementadas pelos governos petistas se é preciso um olhar crítico, sobretudo ao considerar seu caráter financeirizado.

Nesse ponto, a noção proposta por Gago (2018), “cidadania por consumo”, traz contribuições valiosas. De acordo com a autora, a maneira como se deu a inclusão de milhões de pessoas ao mercado de bens de consumo, na América Latina, foi pautada por dispositivos financeiros a partir de subsídios estatais e liberação de crédito às famílias até então excluídas desse mecanismo. As consequências são as finanças criando capacidade de extrair valor diretamente do consumo das famílias, isto é, mais uma possibilidade de extração e transferência de mais valor.

Em linha com a interpretação de Gago, Lapavitsas (2009; 2011) denomina esse movimento de captação da renda das famílias de expropriação financeira da renda do trabalho. Trata-se da inserção da classe trabalhadora à lógica financeira dirigida, sobretudo, pelos bancos, que perdem relativa força após o movimento de inclusão de

⁶⁷ Durante o período analisado, a média das tarifas de importação apresentaram queda. Em 2000, a média dessas tarifas era de 13,8% e atinge 11,7%, em 2014, o que representa uma redução de 15,2%. (CASTILLO e MIRAND, 2017, p. 27)

novos atores na lógica do financeirização abordado na primeira seção deste capítulo. Para Raposo et al. (2022, p. 177), a abordagem de Lapavitsas

destaca tanto a superexploração da força de trabalho, quanto a incorporação subordinada e diferenciada da periferia sob o capitalismo financeirizado. A expropriação financeira da renda do trabalho, entendida como um movimento global que resulta da reestruturação do processo de trabalho e do recuo do estado de bem-estar social, é, para os países periféricos, mais um elemento de expropriação de parte do trabalho necessário para restabelecer a capacidade do trabalho em si.⁶⁸

Sobre esse ponto, Amaral (2012, p. 134), recuperando os mecanismos pelos quais se operam a superexploração da força de trabalho – apresentados no primeiro capítulo –, afirma que “seria perfeitamente cabível denominar de superexploração do trabalho a expropriação financeira fruto da inserção das famílias e indivíduos em atividades financeiras, como devedores ou como detentores de ativos.”

É preciso observar, no entanto, que essa extração de valor em relação ao consumo não poderia ser entendida, simplesmente, como uma apropriação dos salários, que são convertidos em capital. Isto é, não se trata de uma extração direta de valor, mas de uma apropriação mediada. Mais importante do que essa questão conceitual é a maneira como a apropriação ocorre. Nota-se como os processos de expropriação e espoliação – grosso modo, conversão das condições de produção dos indivíduos em condições capitalizadas – não aparecem como tais, senão apenas como um simples empréstimo, cujo corolário é o pagamento de juros e taxas bancárias, por exemplo.

Esse fenômeno pode ser percebido no Brasil sob o Partido dos Trabalhadores. De acordo com o relatório do Banco Central, publicado em 2015, quase metade das famílias brasileiras estavam endividadas, o número exato era de 46% das famílias em 2014, o que representava o maior percentual desde 2005, ano em que se iniciou a pesquisa. Em 2007, esse mesmo percentual era de 29%. O próprio relatório credita tal fenômeno à ampliação do crédito às famílias⁶⁹. À título de exemplificação, em 2003, a oferta de crédito interno

⁶⁸ No original: “stresses both the superexploitation of the labor force and the subordinate and differentiated incorporation of the periphery into financialized capitalism. The financial expropriation of labor income, understood as a global movement that results from the restructuring of the labor process and the retreat of the welfare state, is for peripheral countries a further element of expropriation of part of the work needed to restore the capacity for work itself”.

⁶⁹ O relatório de Inclusão Financeira, publicado pelo Banco Central, pode ser acessado neste link: < https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/RIF2015.pdf >

disponibilizada por bancos públicos e privados era de 24,6% do PIB. Em 2010, esse total alcança os 46,6% do PIB (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011, p. 521).

Para Lavinias (2017, p. 171) essa política de crédito foi “fundamental para a estratégia de incorporação dos segmentos mais vulneráveis da população mercado e nas chamadas novas classes médias”⁷⁰. A autora afirma que esse fenômeno da inclusão financeira foi vendido à classe trabalhadora como ilusão de uma “democracia econômica”. Moller (2013) parece seguir interpretação similar quando compreende a mercantilização do acesso a bens e serviços enquanto mecanismo de incorporação dos trabalhadores à lógica neoliberal.

De maneira panorâmica, o que se buscou empreender, aqui, portanto, foi uma historicização da condição de dependência do Brasil, durante os anos de governo do PT. Resumidamente, tratou-se de um período marcado pela redução de competitividade da economia brasileira, na medida em que aprofundou a especialização produtiva em produtos primário de baixo valor tecnológico e intensivos em recursos naturais, acelerou o processo de desindustrialização, elevou a dependência tecnológica do país e ampliou as possibilidades e o volume das transferências de valor via controle e propriedade do capital, o que provocou maior vulnerabilidade da economia nacional a crises externas e financeiras.

Apesar do discurso pós-neoliberal e conciliador e da melhora de alguns indicadores sociais⁷¹ – a partir de programas marcadamente baseados na lógica financeira –, foi um governo cujo programa político e econômico “não superava a dependência, mas sim, nela se baseava e, nesse processo, desenvolvia contradições próprias frente aos compromissos assumidos com o neoliberalismo e a burguesia nacional, estrangeira, produtiva e financeira” (ARUTO, 2019, p. 98).

⁷⁰ No original: “[consumer credit] key to the strategy of incorporating the most vulnerable segments of the population into the market and into the so-called new middle classes.”

⁷¹ Um debate mais aprofundado acerca das políticas sociais dos Governos de Lula e Dilma fogem do escopo desta pesquisa. Sobre o tema, recomenda-se Behring (2016) e Moller (2013).

3. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Enquanto no primeiro capítulo concentrou-se no debate mais teórico sobre as categorias da Teoria Marxista da Dependência – entre elas, a superexploração da força de trabalho –, no segundo, por seu turno, buscou-se compreender de maneira mais ampla o contexto no qual se está inserida esta pesquisa. Nesse sentido, abordou-se a doutrina neoliberal, bem como sua conformação na estrutura política e econômica brasileira e seus desdobramentos. Ademais, a partir da categoria de Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva, buscou-se perceber de que forma se deu o aprofundamento da condição de dependência, mesmo sob um governo apoiado em um discurso progressista e mesmo sob contenção conjuntural do fenômeno das transferências de valor via troca desigual.

Neste último capítulo, será analisado especificamente o fenômeno da superexploração da força de trabalho, no Brasil, nos últimos anos. Nesta primeira seção, a tarefa será a de empreender uma análise acerca deste fenômeno durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Acredita-se que o caminho percorrido até aqui oferece as ferramentas necessárias para o cumprimento de tal tarefa.

Na última seção, a fim de proceder com o objetivo maior desta pesquisa, também será analisado o fenômeno da superexploração. No entanto, na oportunidade, o foco será no período pós-PT. A hipótese, aqui, é a de que a partir da agudização da condição de dependência nos últimos anos, somada i) ao fim da conjuntura favorável de crescimento da economia mundial e brasileira e de grande liquidez de crédito a nível global e; ii) à emergência de governos ultraneoliberais; experencia-se um momento de intensificação da superexploração dos trabalhadores brasileiros. No entanto, a fim de ampliar o entendimento acerca da crise econômica que atinge o Brasil já no final dos governos petistas, na segunda seção deste capítulo, será empreendida uma análise dos impactos dessa crise sobre a economia brasileira.

Resta claro, portanto, que se buscará responder quais foram as alterações por que passou o fenômeno da superexploração após a intensificação da crise do capital, que, de certa maneira, mas não por acaso, coincide com a saída do PT do governo federal após pouco mais de 13 anos no poder. Sobre este ponto, ressalta-se, como mencionado

anteriormente, será mantido o foco no fenômeno da superexploração da força do trabalho e sua relação com a dependência. Uma análise da queda dos governos do PT, isto é, do golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta Dilma, daria, no mínimo, um outro capítulo e, para o objetivo principal desta pesquisa, faz-se prescindível.

3.1. O fenômeno da superexploração da força de trabalho sob os governos petistas

A fim de responder ao problema de pesquisa deste trabalho, faz-se necessário compreender o fenômeno da superexploração da força de trabalho durante os governos do PT, na medida em que auxiliará na identificação das alterações ocorridas sobre o fenômeno da superexploração nos anos subsequentes.

Nesse sentido, conforme exposto no capítulo anterior, se, por um lado, constatou-se o aprofundamento da condição de dependência da economia brasileira, por outro, dada as condições conjunturais favoráveis da economia mundial durante o período, foi possível um arrefecimento relativo de um dos condicionantes históricos da dependência, isto é, as transferências de valor desde a periferia em direção aos países centrais, de modo que parte da massa de mais valor produzido por capitais que atuam no Brasil não foram remetidas aos capitais centrais.

Dado que a superexploração da força de trabalho é a categoria central da condição de dependência, e que esta categoria mantém uma relação dialética com os mecanismos da transferência de valor, cumpre, portanto, empreender uma análise do fenômeno da superexploração durante esse período de conjuntura favorável da economia mundial, mais precisamente, da manifestação desse fenômeno sob os governos do PT. Algumas perguntas parecem ser um bom ponto de partida como, por exemplo: i) o arrefecimento relativo das sistemáticas transferências de valor impactou positivamente o fenômeno da superexploração? ii) se sim, quais foram as transformações provocadas por esta nova conjuntura?

Para responder a essas questões, será mobilizado, essencialmente, as formas que assumem a superexploração da força de trabalho, que foram analisadas no primeiro capítulo. São elas: i) prolongamento da jornada de trabalho; ii) redução do fundo de

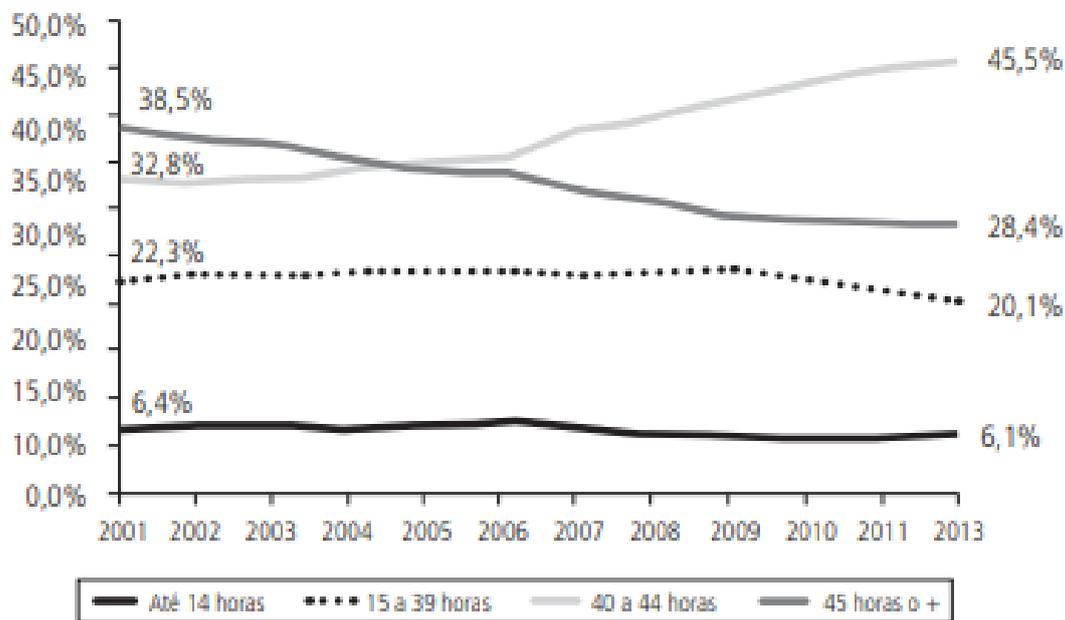
consumo dos trabalhadores e sua transformação em fundo de acumulação e; iii) aumento da intensidade da força de trabalho⁷².

Relativamente ao prolongamento da jornada de trabalho, relembra-se que esta se dá com o objetivo de se elevar a massa de valor, a partir do aumento do tempo de trabalho excedente apropriado pelo capital. O uso deste expediente afeta diretamente o fundo de vida do trabalhador, na medida em que essa elevação não vem acompanhada de um aumento da remuneração, o que provoca um maior esgotamento das suas condições físicas e psíquicas sem oferecer, em contrapartida, as condições para reposição de sua força de trabalho. Destaca-se, ainda, que mesmo em casos de aumento da remuneração, pode-se estar diante de um esgotamento prematuro de sua força de trabalho. Isto acontece nos casos em que a elevação da jornada é tal, que mesmo uma maior remuneração não seria capaz de repor a força de trabalho, impactando negativamente os seus anos de vida útil.

Com relação à jornada de trabalho média, no Brasil, durante os governos do PT, o que se percebe é uma diminuição, ou seja, de maneira geral, entre os anos de 2003 e 2015, houve uma redução das horas trabalhadas no país.

⁷² Dada a limitação de tempo e fôlego para a escrita desta dissertação, não se analisará a superexploração na sua forma violação do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Limitar-se-á a algumas breves problematizações.

Gráfico 8 - Evolução da jornada de trabalho no Brasil por grupos de horas trabalhadas no trabalho principal (em %) – 2001-2013.



Fonte: KREIN e BIAVASCHI, (2015, p. 61.)

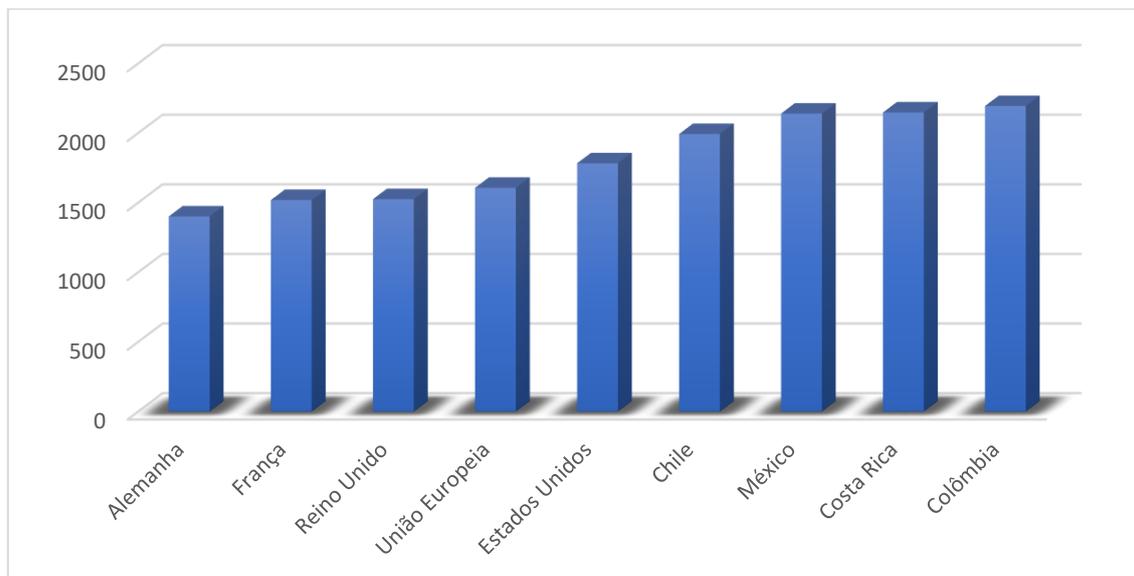
O gráfico 8 é bastante elucidativo no sentido de demonstrar a redução da jornada de trabalho, no Brasil, nos primeiros anos de 2000. Enquanto em 2001 38,5% da população ocupada tinham jornadas de trabalho superior ao máximo legal de 44 horas semanais, este número cai consideravelmente em 2013, quando se registrou 28,4% da população ocupada exercendo jornada semanal superior a 44h. Trata-se de uma redução de 26,2% entre os anos de 2001 e 2013. Esta diminuição seguiu nos anos seguintes, pelo menos, até 2016. De acordo com dados do PNAD Contínua 2017, no ano de 2015, esse percentual cai para 27,8% e, no ano seguinte, a redução é ainda maior, alcançando 22,2%⁷³.

É fundamental destacar que essa diminuição das jornadas de trabalho, no Brasil, não invalida, sobremaneira, o fenômeno da superexploração da força de trabalho. O número de pessoas ocupadas que se submetem a uma jornada extensiva ainda é muito alto, superior, conforme apresentado, aos 20% desse grupo. Ademais, a partir da

⁷³ A pesquisa do PNAD Contínua 2017 inclui pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (abr-jun), por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos nos quais a pessoa tem.

comparação entre as jornadas de trabalho praticadas em economias dependentes e em economias de países centrais, por exemplo, é possível perceber a predominância de extensas jornadas na periferia, enquanto, no centro, os dados evidenciam uma jornada bem inferior.

Gráfico 9 - Média anual de horas trabalhadas em 2015 - Países Seleccionados.



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Elaboração própria.
Disponível em: <https://data.oecd.org/emp/hours-worked.htm>

O gráfico 9 foi feito a partir de dados disponibilizados pela OCDE. A entidade informa os dados referentes aos países que a compõem. Desses, optou-se por selecionar os quatro países latino-americanos e os quatro maiores países centrais que fazem parte da organização. A diferença entre os dois extremos, por exemplo, tem-se que na Colômbia, trabalha-se, em média, 56,6% a mais do que na Alemanha e 36,5% a mais do que a média praticada nos países da União Europeia. Enquanto a jornada de trabalho nas maiores potências europeias não ultrapassa as 1.500 horas trabalhadas/ano, nos países latino-americanos que compõem a entidade, apenas o Chile tem uma média anual inferior a 2.000 horas/ano. No entanto, a média de horas trabalhadas/ano, no Chile, foi de 1.993, isto é, bem próxima às 2.000h/ano.

Nota-se que se está abordando, no momento, apenas uma forma pela qual se expressa a superexploração. Para uma dimensão mais próxima da realidade, é

fundamental que se observe, também, as outras formas que compõem o fenômeno da superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, passa-se, agora, à análise dos dados referentes à redução do fundo de consumo dos trabalhadores e sua transformação em fundo de acumulação, ou seja, a remuneração da força de trabalho.

Constatou-se, na primeira parte da pesquisa, que esta segunda forma está relacionada, basicamente, ao montante recebido pela classe trabalhadora ao vender sua força de trabalho – ou seja, salário. Quando o salário não confere as condições necessárias à recomposição da força de trabalho do trabalhador, está-se diante da superexploração. Durante o período ora analisado, o que se nota é um relativo aumento dos salários pagos.

Visto a dificuldade em se mensurar, em termos monetários, o valor da força de trabalho, a alternativa é tomar por base uma aproximação a esse valor. Traçando caminhos semelhantes aos trilhados por Luce (2018) e Nascimento (2018), optou-se por se valer do cálculo proposto pelo DIEESE para a determinação do Salário-Mínimo Necessário⁷⁴. Para realizar a estimativa, o DIEESE leva em consideração o valor da cesta básica mais cara entre as 17 capitais analisadas, além dos gastos com os direitos sociais de uma família constantes no Art. 6º da CF/88, que inclui educação, saúde, moradia, transporte, vestuário e lazer. O cálculo é feito com base em uma família de 4 pessoas, dois adultos e duas crianças⁷⁵.

Tabela 1 - Relação entre Salário-Mínimo Nominal e Salário-Mínimo Necessário – 2003-2016.

ANO*	SALÁRIO- MÍNIMO NOMINAL (\$)	SALÁRIO- MÍNIMO NECESSÁRIO (\$)	RELAÇÃO SALÁRIO NOMINAL E NECESSÁRIO
2002	200,00	1.248	0,16

⁷⁴ Conforme destacado, utiliza-se o SMN “não como representação do valor da força de trabalho, mas apenas como proxy do valor de troca da força de trabalho” (NASCIMENTO, 2018, p. 6).

⁷⁵ A metodologia completa para o cálculo do SMN encontra-se disponível neste link: < <https://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade/index.html?page=119> >

2003	240,00	1.367	0,18
2004	260,00	1.532	0,17
2005	300,00	1.458	0,21
2006	350,00	1.493	0,23
2007	380,00	1.737	0,22
2008	415,00	1.972	0,21
2009	465,00	2.065	0,23
2010	510,00	2.048	0,25
2011	545,00	2.286	0,24
2012	622,00	2.616	0,24
2013	678,00	2.622	0,26
2014	724,00	2.863	0,25
2015	788,00	3.240	0,24
2016	880,00	4.013	0,22

Fonte: DIEESE, disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> > e Aruto (2019). Elaboração Própria.

* Para os valores do salário-mínimo nominal e necessário, foi utilizado o mês de setembro como referência.

Os dados da tabela 1 demonstram ter havido uma melhora entre a relação salário-mínimo nominal e salário-mínimo necessário. Se o índice era de 0,16 em 2001, este se eleva acima dos 0,20 já em 2005 e seu pico se dá entre os anos de 2010 e 2015, quando se altera entre 0,24 e 0,26. O que se tem, portanto, é uma redução da distância entre os salários-mínimos praticados e o salário-mínimo necessário. Ademais, dentre as políticas sociais implementadas pelos governos de Lula e Dilma, encontrava-se a política de valorização do salário-mínimo, que era calculada a partir da soma da inflação e do crescimento do PIB. Assim, durante esse período, o salário-mínimo contou com aumento real durante todos os anos.

Tabela 2 - Aumento real do salário-mínimo - 2003-2016.

ANO	SALÁRIO- MÍNIMO (\$)	AUMENTO REAL (%)
2003	240,00	1,23
2004	260,00	1,19
2005	300,00	8,23
2006	350,00	13,04
2007	380,00	5,10
2008	415,00	4,03
2009	465,00	5,79
2010	510,00	6,02
2011	545,00	0,37
2012	622,00	7,59
2013	678,00	2,64
2014	724,00	1,16
2015	788,00	2,46
2016	880,00	0,36

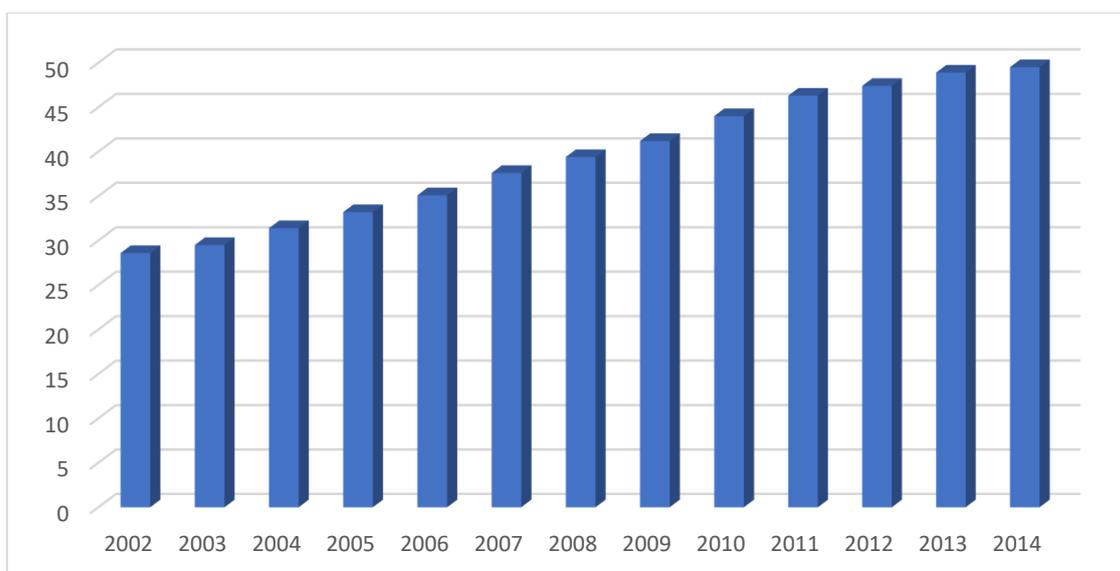
Fonte: DIEESE, disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> >.
Elaboração Própria

Mesmo que seja preciso analisar, ainda, as outras duas formas pelas quais se opera o fenômeno da superexploração da força de trabalho, o que se percebe até aqui é uma evidente contenção da superexploração no período 2003-2016. Esta melhora ficou evidente a partir dos dados sobre jornada de trabalho e aumento da renda dos trabalhadores. Conforme sugerem as investigações realizadas no capítulo anterior, entre

as razões que explicam esse fato, a conjuntura econômica favorável guarda lugar de destaque, bem como a consequente diminuição relativa das transferências de valor, o que permitiu maior apropriação, no Brasil, da massa de valor produzida aqui.

Nesse contexto, observa-se, também, o efeito provocado pela criação de empregos formais, durante o período. Apenas nos dois governos do ex-presidente Lula, foram criados, aproximadamente, 15 milhões de com carteira assinada (Caged/Ministério da Economia apud Brettas, 2020, p. 174). Essa estimativa está em linha com os dados divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do então Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com a RAIS, o estoque de vínculos de empregos formais⁷⁶ salta de 28,6 milhões, em 2002, para 49,5 milhões, em 2014, o que representa um aumento de 73%, no período⁷⁷.

Gráfico 10 - Estoque de empregos formais – 2002-2014 (em milhões).



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

⁷⁶ A RAIS é uma base de dados do Governo Federal e configura-se como uma das principais base de dados sobre mercado de trabalho, no Brasil. As empresas e estabelecimentos em geral que empregam pessoas são obrigados a disponibilizar informações como salário, vencimentos e bonificações. A RAIS contabiliza contratos celetistas e estatutários. Não estão incluídos empregados domésticos e autônomos.

⁷⁷ Alguns autores, além da conjuntura econômica internacional, do aumento das exportações, do ciclo das commodities e do crescimento da economia brasileira, citam, também, uma melhora das políticas regulatórias e fiscalizatórias das relações trabalhistas, destacando o papel do Estado e das políticas públicas. (Cardoso Jr., 2007); (Simão,2009); (Corseuil et al, 2011) e; (CAMPOS, 2015).

Frente a esses dados, que demonstram, de forma incontestável, uma melhora na remuneração da força de trabalho e na jornada de trabalho, alguns pontos precisam ser problematizados. Ambos foram impulsionados pela criação de empregos formais, vez que este tipo de vínculo empregatício proporciona maior controle da jornada praticada pelos trabalhadores e garante uma remuneração mensal. No entanto, destaca-se que a remuneração da esmagadora maioria dos empregos criados (94,8%), nos anos 2000, não ultrapassa a 1,5 salário-mínimo (POCHMANN, 2012, p. 27). Como observa Brettas (2020, p. 175, grifo nosso)

Isto significa que foram postos de trabalho que absorveram segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, mas nos dá uma ideia das bases em que foi ancorado o aumento do investimento. *Trata-se de um padrão de acumulação que demandou uma força de trabalho de baixa escolaridade e com remunerações próximas ao piso salarial.*

O segundo ponto que exige uma problematização refere-se a essa relação entre salário-mínimo (SM) e SMN em outros momentos históricos. De acordo com os dados apresentado por Luce (2018, p. 181), ainda que a relação SM/SMN tenha apresentado melhora nos anos 2000, e seja superior aos índices da década de 1990, esta ainda se encontra abaixo dos níveis verificados nas décadas anteriores a 1990.

Observando a série do SMN na comparação com o salário-mínimo legal, verifica-se uma tendência histórica de queda abrindo uma fissura entre o primeiro [1940] e o último [2007]. [...] Os anos de 1957 a 1959 correspondem ao período de pico do SMN, quando este esteve cerca de 20% acima do poder de compra original e representando quatro vezes o poder de compra que assumiria o salário legal praticado em 2002. Em 2011, o salário-mínimo corrente apresentava menos da metade do poder de compra na comparação com o ano de sua criação. (LUCE, 2018, p. 180 e 181)

Portanto, em linha ao que apresenta Luce (2018, p. 181), se se entende que salário real é, na verdade, sua relação com o valor da força de trabalho, do ponto de vista histórico, isto é, quando se observa esses dados em décadas anteriores, como fez Luce (2018), então, não há avanços. Em realidade, ampliou-se o abismo entre o valor da força de trabalho e sua remuneração. Adicionalmente, a partir da tabela 1, pode-se perceber que a partir de 2015, há uma tendência de queda da relação entre SM/SMN, sinalizando os efeitos da crise econômica, que já se anunciava anos antes.

O terceiro ponto a ser problematizado é um pouco mais óbvio. Ainda que tenha havido melhora na remuneração do trabalhador nos últimos anos, esta se encontra ainda

muito distante do mínimo necessário para a reposição da força de trabalho. A título de exemplificação, em setembro de 2015, o SM era de R\$ 788,00, enquanto o SMN era de R\$ 3.240,27. Nesse cenário, tem-se que mesmo os dois adultos recebendo um SM, a soma não alcançaria a metade do SMN à época. Conforme assevera Luce (2018, p. 182), “O fato de, em muitas famílias da classe trabalhadora brasileira, nem o salário do marido e da esposa somados alcançarem o patamar considerado como remuneração normal evidencia o quanto a tendência observada expressa uma violação do valor da força de trabalho”.

Ademais, essa defasagem abismal entre remuneração e valor da força de trabalho pode ser percebida a partir dos números apresentados pela pesquisa PNAD Contínua de 2016⁷⁸. Naquele ano, 50% dos trabalhadores ocupados – ou seja, 44,4 milhões de trabalhadores – recebiam remuneração média de R\$ 747, o que significa um valor inferior ao SM à época, que era de R\$ 880, e, conseqüentemente, ainda mais inferior quando comparado ao SMN, que era de R\$ 4.013.

Com relação à terceira forma de superexploração – aumento da intensidade da força de trabalho –, trata-se, conforme apresentado no primeiro capítulo, da elevação da intensidade de trabalho, sem que se altere a jornada de trabalho ou sua remuneração. O aumento da intensidade impacta, negativamente, sobre o fundo de vida do trabalhador, vez que provoca um desgaste prematuro de sua corporeidade. A operacionalização desta forma da superexploração se dá de diferentes maneiras, a depender do tipo de atividade exercida. Luce (2018, p. 188) traz alguns exemplos, entre eles, o carteiro que precisa entregar mais correspondências e, por isso, carregar maior peso ou o aumento da velocidade da esteira de uma linha de montagem, o que obriga o trabalhador a acelerar seus movimentos.

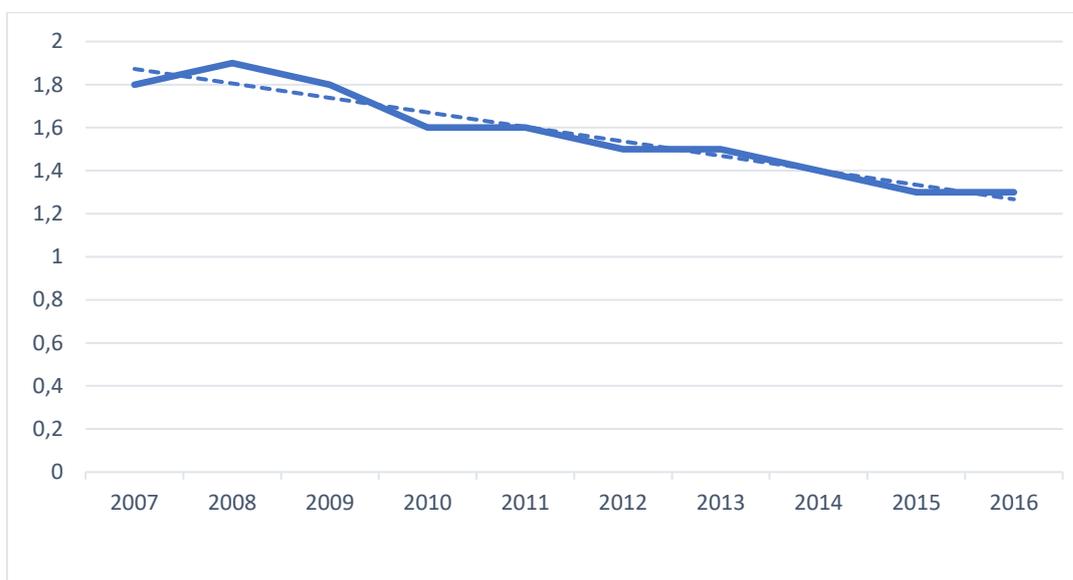
No entanto, como adverte Marini (2008, p. 220), “trata-se, em realidade, de um fenômeno difícil de se captar a nível de dados globais.”⁷⁹ Neste mesmo texto, porém, o autor indica que uma análise acerca dos dados sobre acidentes de trabalho seria um apropriado movimento de aproximação à questão. Como aponta Aruto (2019, p. 169), “O

⁷⁸ Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/metade-dos-trabalhadores-brasileiros-tem-renda-menor-que-o-salario-minimo-aponta-ibge.ghtml> >

⁷⁹ No original: “Se trata en realidad de un fenómeno difícil de captarse a nivel de datos globales.”

suposto é que, ao promover um ritmo anormal de trabalho em dada jornada normal, o aumento de intensidade torna mais suscetível a ocorrência de acidentes de trabalho.” Aruto (2019, p. 170) destaca que apesar dos questionamentos que podem surgir ante essa metodologia como, por exemplo, as dificuldades na classificação de acidentes e doenças e os diferentes níveis de regulamentação e fiscalização, ainda assim é a melhor forma de se aproximar do objeto.

Gráfico 11 - Total de acidentes de trabalho por vínculos formais de trabalho – 2007-2016.



Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho, disponível em: < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho> > e; Aruto (2019). Elaboração própria.

O Gráfico 11 demonstra uma queda relativa do total de acidentes de trabalho entre o período 2007-2016, reforçando a tese de que, sob os governos do PT, houve um arrefecimento do fenômeno da superexploração da força de trabalho. Neste ponto, cabem algumas observações. Nota-se que se optou por iniciar em 2007, devido a uma mudança na metodologia da pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). Por conta dessa alteração, os registros de acidentes de trabalho tiveram um salto de 2006 a 2007⁸⁰. Assim, ainda que o ano de 2007 já comece em um patamar elevado, em 2008, há

⁸⁰ 2007 foi o primeiro ano em que o MTP passou a contabilizar os acidentes de trabalho que não foram comunicados ao INSS. Quando o ocorrido não passa pelo Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), sua identificação é feita através de nexos: “Nexo Técnico Profissional/Trabalho, Nexo Técnico

um novo aumento, mas em proporção menor. A partir dos anos seguintes é que a tendência de queda se mostra mais patente.

Entre os anos de 2003 e 2006, a proporção de acidentes de trabalho variou entre 1,4% e 1,5%, patamar que só voltaria a ser atingido em 2012 (1,5%). No entanto, conforme já observado, o aumento, em 2007, deveu-se à mudança de metodologia. Ademais, Aruto (2019, p. 171), em concordância com Costa (2013), afirma que “o pequeno aumento relativo dos acidentes de trabalho no período é indicativo frágil de aumento da SFT, tendo em vista que o aumento pode ser explicado [também] pela maior rigorosidade na fiscalização”.

Com relação à última forma da superexploração, isto é, a violação do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, ainda que de forma panorâmica, cumpre observar o seu peso nesse movimento de contenção do fenômeno da superexploração no período analisado. Conforme já exposto, esta forma se relaciona com a elevação das necessidades da classe trabalhadora advindas com as transformações por que passam as sociedades. Dito de outra forma, o valor da força de trabalho se eleva, na medida em que bens de consumo, então suntuários, transformam-se em necessidades.

Para Luce (2018), nos anos 2000, verifica-se uma intensificação dessa violação. O autor baseia sua argumentação a partir de dados sobre o endividamento das famílias, sobretudo a denominada “classe C”, a fim de ampliar o consumo de eletrodomésticos. O autor destaca que sem o endividamento “[...] uma parcela significativa das famílias consideradas ‘classe C’ não teria conseguido tornar-se consumidora de tais produtos, mesmo que sua produção tenha barateado e mesmo que tenham se tornado bens necessários, como um refrigerador ou uma máquina de lavar” (LUCE, 2018, p. 195). Observa-se, ainda, que se trata de famílias que recebem abaixo do SMN. Nesse sentido, “[...] é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários” (LUCE, 2018, p. 195). Nota-se que este ponto se vincula diretamente aos dados sobre endividamento apresentados no

Epidemiológico Previdenciário – NTEP, Nexa Técnico por Doença Equiparada a Acidente” (AECT/MTP, 2018).

segundo capítulo e, mais, ao fenômeno da inserção das famílias à lógica financeira, configurando-se como uma expropriação da renda dessas famílias.

Aruto (2019, p. 176), ainda que baseado em uma argumentação diferente da apresentada por Luce (2018), afirma que a partir da análise do elemento histórico-moral, “percebe-se como a contenção relativa [da superexploração da força de trabalho] foi muito mais restrita”. Para o autor, a identificação da intensificação dessa forma da superexploração está relacionada à redução do salário indireto e dos bens de consumo coletivo, “[...] o que significa uma apropriação e conversão do fundo de trabalho em fundo de acumulação” (ARUTO, 2019, p. 183). Por salário indireto, entende-se aposentadoria e outros tipos de seguridade social, por sua vez, bens de consumo coletivo refere-se à transporte público, saneamento, educação, entre outros.

Nessa mesma direção, a despeito de uma atenuação relativa e conjuntural da superexploração, destaca-se seu caráter estrutural nas economias dependentes, que pode ser verificado a partir dos mesmos dados que demonstram seu arrefecimento. Isto é, apesar de uma redução da jornada de trabalho, esta ainda é elevada e superior à praticada na grande maioria dos países centrais. Com relação à remuneração do trabalhador brasileiro, ainda que em patamar timidamente mais elevado, segue sendo insuficiente para atender as necessidades mínimas para a reposição da força de trabalho para grande parte da classe trabalhadora. A mesma lógica se aplica à intensidade do trabalho no país, cujos índices de mortes no trabalho se encontram em patamares elevados⁸¹.

Diante do exposto nesta seção, o que se percebe, de maneira geral, é uma atenuação relativa do fenômeno da superexploração da força de trabalho, sobretudo na primeira década dos anos 2000. Conforme pode ser percebido através das tabelas 1 e 2, a partir de 2012, e mais marcadamente a partir de 2015, essa atenuação do fenômeno da superexploração começa a dar sinais de esgotamento. Tal percepção está em consonância com o cenário econômico que começa a se desenhar no Brasil, isto é, aumento da informalidade, piora dos índices de desemprego e elevação da pobreza e da desigualdade de renda. Tampouco parece uma coincidência o fato de que, justamente, durante o período de contenção da superexploração, tenha se verificado, também, um arrefecimento relativo

⁸¹ Ver: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/01/brasil-e-2o-pais-do-g20-em-mortalidade-por-acidentes-no-trabalho.ghtml> >

das transferências de valor, especialmente aquelas operadas pela troca desigual. Conforme indica Breda (2020, p. 200),

Quando a fase próspera da economia internacional tem fim, essas tendências [de transferências de valor] voltam a limitar a acumulação interna de capital dos países dependentes e reforçam os mecanismos de compensação dos capitais mais frágeis em face do valor transferido: estamos falando, principalmente, do aprofundamento da superexploração do trabalho. Não por acaso, o fim do “virtuoso” da economia mundial veio acompanhado da pressão do grande capital pelo fim das tímidas políticas sociais, pela reforma da previdência, pela reforma trabalhista.

Nesse sentido, a próxima seção buscará, justamente, compreender esse novo momento que se impõe com a emergência da crise econômica, que atinge, primeiro, os países centrais, mas logo se espalha em direção à periferia.

3.2. O agravamento da crise econômica

Nesta seção, com o objetivo de preparar o terreno para a análise do fenômeno da superexploração neste momento de crise econômica, cumpre empreender uma investigação um pouco mais pormenorizada acerca dos desdobramentos dessa crise. Ressalta-se, porém, que não se trata de uma análise da atual crise do capital a nível mundial. O foco será nos desdobramentos e nos impactos da crise para a economia dependente brasileira. Esta maior atenção à crise econômica que atinge o Brasil servirá a um melhor entendimento acerca das razões que subjazem às alterações sofridas pelo fenômeno da superexploração, que será feito na seção seguinte.

Em linha com o que se tem buscado argumentar nesta dissertação, Carcanholo (2019, p. 46, grifo nosso) afirma que

Quando o cenário externo é favorável, com a economia mundial em crescimento e maior facilidades na obtenção de crédito internacional, *há, como tendência, maior margem de manobra das economias dependentes para contrabalançar os condicionantes estruturais de sua dependência*. Quando os elementos conjunturais externos se agravam – em um cenário de crise mundial aguda, como o que vivemos neste momento, por exemplo – piora a condição estrutural dependente⁸².

⁸² No original: Cuando el escenario externo es favorable, con la economía mundial creciendo y con facilidades en la obtención de crédito internacional, existe, como tendencia, un margen de maniobra más amplio para que las economías dependientes contrarresten los condicionantes estructurales de su

Especialmente no segundo capítulo, ao abordar a conjuntura favorável com a qual os governos do PT se depararam, percebeu-se que este bom momento da economia foi resultado de uma junção de fatores como, por exemplo, a grande liquidez de capitais internacionais, o aumento significativo dos preços das commodities e um crescimento mais acentuado das economias do centro e, sobretudo, da economia chinesa. De modo que o que se sucedeu durante os anos em que o PT governou o país foi um momento conjuntural da melhor inserção externa da economia brasileira, além da implementação, no plano interno, de políticas sociais e econômicas de caráter heterodoxo que buscaram incentivar uma maior inserção da classe trabalhadora no consumo de bens e serviços. Sobre este último ponto,

O cenário externo favorável não foi algo restrito às economias dos governos progressistas, mas marcou a situação de toda a região. Assim, governos não progressistas, como no caso da Colômbia, conseguiram implementar políticas sociais com características muito semelhantes⁸³ (CARCANHOLO, 2019, p. 48).

Conforme exposto em outras oportunidades, não são poucos os autores e as autoras que identificam na conjuntura internacional, sobretudo, a ampliação das possibilidades para a economia brasileira. Enquanto Novelli (2010), por exemplo, chama atenção para o aumento das exportações e sua diminuição da vulnerabilidade externa, Teixeira e Pinto (2012) abordam a elevação dos preços das commodities e seus impactos positivos sobre os termos de troca do Brasil. Esta análise caminha na direção ao que demonstrou Breda (2020) acerca da redução das transferências de valor via troca desigual. Carcanholo (2019), por sua vez, argumenta que os condicionantes da dependência puderam ser atenuados dado o maior crescimento da economia a nível global e melhora do mercado de crédito internacional.

No entanto, ao longo do texto, ainda que não de forma esquematizada, tentou-se trazer já alguns elementos que evidenciavam o esgotamento desse momento de crescimento econômico a nível nacional e internacional. Embora não seja o foco, cumpre

dependencia. Cuando los elementos coyunturales externos se agravan – en un escenario de crisis mundial aguda, como la que vivimos en este momento, por ejemplo – la condición estructural dependiente se agudiza.

⁸³ No Original: el escenario externo favorable no fue algo restricto a las economías de los gobiernos progresistas, pero marcó la coyuntura de toda la región. Así, gobiernos que no fueron progresistas, como en el caso de Colombia, pudieron implementar políticas sociales con características muy similares.

uma breve contextualização acerca da crise econômica internacional que “se inicia” entre 2007 e 2008. As aspas anteriores se justificam por se tratar, na verdade, de uma crise que começa a ser gestada na década de 1970, no bojo das transformações abordadas no capítulo anterior, e que segue seu curso até os dias atuais. Em referência a Dardot y Laval (2016), aquela nova razão do mundo é o fundamento das manifestações mais aparentes dessa crise, cuja expressão mais profunda, até o momento, é a que emerge no final dos anos 2000.

Para Carcanholo (2019, p. 190), as razões dessa crise que se manifesta entre 2007 e 2008 podem ser encontradas na superprodução de capital assentada na valorização fictícia. Neste sentido, o que ocorreu foi uma enorme emissão de títulos de apropriação futura sobre valores que não haviam sido produzidos, ainda, na esfera da produção, de modo que seria justamente a contradição existente entre produção e apropriação do valor o que caracterizaria as crises atuais. Caputo (2010, p. 22 e 23), por seu turno, afirma que essa crise precisa ser vista para além da interpretação financeira e especulativa. Para o autor, conformam os determinantes dessa crise elementos como grande crescimento da produção e dos investimentos, elevado número de trabalhadores a nível mundial e limitação do consumo, tratando-se, portanto, de uma crise global de acumulação do capital.

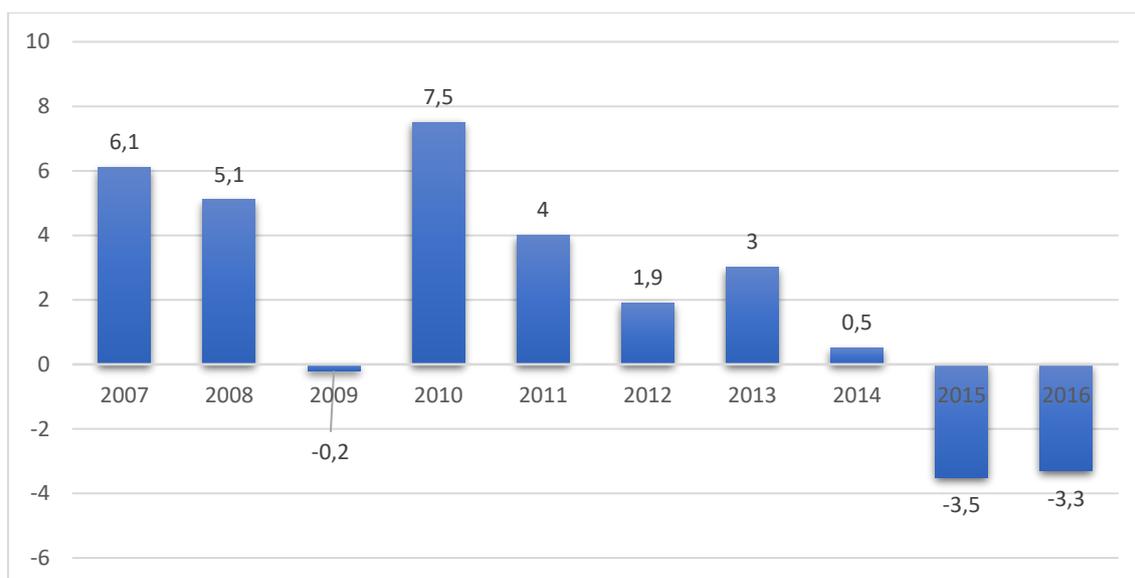
Mais do que analisar os determinantes e as razões da crise internacional, para esta pesquisa, importa destacar as consequências que por ela são provocadas, com especial atenção aos efeitos sentidos pela economia brasileira.

Nos primeiros anos imediatos à crise, a economia brasileira não sofreu nenhum baque significativo. Os resultados do PIB do país em 2007 e 2008 ficaram acima dos 5%, figurando entre os melhores resultados dos 13 anos de governos petistas. À época, esses números foram interpretados como resultado de políticas heterodoxas implementadas pelo governo, entre elas, aumento do crédito, diminuição de impostos para determinados setores produtivos e incentivo ao consumo interno (ANTUNES, 2015). Como observa Breda (2020, p. 90), porém, “não houve uma mudança estrutural que permitisse ao Brasil diminuir sua vulnerabilidade externa estrutural”.

Em 2009, de acordo com o IBGE, o PIB brasileiro apresentou uma queda de -0,2%, sendo a primeira vez, desde a mudança de metodologia, em 1996, que se tem um resultado negativo. No entanto, a economia se recupera nos dois anos seguintes e é a partir

de 2012 que aquela conjuntura econômica favorável começa a dar sinais mais patentes de esgotamento. A partir desse período, o Brasil começa a apresentar taxas de crescimento em patamares inferiores aos registrados no momento pré-crise e, em 2015 e 2016, o PIB torna a apresentar números negativos.

Gráfico 12 - Trajetória do PIB – 2007-2016



Fonte: IBGE, 2022⁸⁴. Elaboração própria.

Não por mera coincidência, a partir de 2012, como demonstra o gráfico 5, os preços das commodities começam apresentar sucessivas quedas, depois de um período de elevação que havia se iniciado em 2006. Recorda-se que essa queda se dá justamente sobre os produtos nos quais o país, desde as últimas décadas, tem se especializado. Sendo assim, o impacto dessa redução é sentido nas divisas oriundas das exportações. De acordo com dados da CEPALSTAT⁸⁵, em 2011, as exportações de produtos primários renderam ao Brasil o recorde até então de 167 bilhões de dólares. Nos seguintes, porém, esses números vão sofrendo sucessivas quedas até alcançar, em 2016, USD109,5 bilhões, o que representa uma retração de 34,4%, comparado a 2011.

⁸⁴Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa >.

⁸⁵ Disponível em: < <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es> >

O processo de especialização produtiva por que passa o Brasil foi apresentado no segundo capítulo e o gráfico 4 é elucidativo ao demonstrar o aumento da importância que as commodities assumiram na pauta exportadora do país. Se em 2000, esses produtos representavam 37%, em 2010, sua participação saltou para mais de 50%. Ademais, também no capítulo anterior, buscou-se demonstrar a relação entre preços das commodities e troca desigual. Conforme aponta Breda (2020, p. 182), o comportamento da transferência de valor via troca desigual “sugere uma relação inversa entre comportamento dos preços mundiais das commodities e comportamento do intercâmbio desigual para o Brasil”. O Gráfico 7 evidencia esse fenômeno, na medida em que, a partir de 2012, inicia-se um aumento das transferências de valor via troca desigual, depois de um período de arrefecimento, isto é, justamente no período em que os preços começam a apresentar tendência de queda.

De acordo com o exposto, portanto, a redução dos preços das commodities a nível internacional impactou negativamente o desempenho da economia brasileira e impactou, também, no processo de transferências de valor, na sua agudização. Nesse contexto se encontra ainda uma contração das economias centrais e chinesa⁸⁶. Nota-se, ademais, que o gráfico 6 aponta para uma redução da entrada de investimentos estrangeiros diretos, no Brasil, justamente a partir de 2012, apontando para uma deterioração da liquidez internacional e para um cenário de crise nacional.

Com a longa duração da crise econômica mundial, essa política [heterodoxa adotada pelos governos petistas] mostrou seus limites: (i) ampliação dos déficits fiscais; (ii) superendividamento das famílias, que restringiu o avanço do consumo e comprometeu grande parcela de suas rendas com mero pagamento de serviços da dívida. (CARCANHOLO, 2018, p. 39)

De acordo com dados disponibilizados pela CEPALSTAT (2022), durante os governos do PT, a balança de pagamentos só foi superavitária entre os anos de 2003 e 2007. Apesar de apresentar resultados negativos desde 2008, é a partir de 2010 que essa queda se torna mais evidente. Enquanto em 2009 o déficit da balança de pagamentos do

⁸⁶ De acordo com dados do Ministério da Economia, mais de 30% de tudo o que o Brasil exporta tem como destino a China. Em 2011, o país exportou USD44,3 bilhões para o gigante asiático. Em 2015, o total exportado se reduziu para USD35,2 bilhões. Para Cortes (2016), a economia chinesa foi uma das responsáveis para a atenuação das consequências da crise econômica.

Brasil era de USD -26,4 bilhões, em 2010, esse déficit alcança a cifra de USD -72,9 bilhões e bate o recorde em 2014, quando chega a USD -101,6 bilhões⁸⁷.

Por fim, há um outro elemento que evidencia esse cenário de crise econômica no país. Além do quadro de baixo crescimento e recessão econômica, da retomada⁸⁸ do aumento das transferências de valor via troca desigual e do aumento do déficit da balança de pagamentos, existe um elemento que é fundamental para entender a crise, isto é, o comportamento da taxa de lucro.

Se os resultados entre 2011-2014 e, sobretudo, depois disso não foram os mesmos daqueles no auge do crescimento econômico isso se deve aos novos condicionantes externos pela mudança na dinâmica dos fluxos internacionais de capital para as economias periféricas e as políticas anticíclicas dos países centrais. Isso por um lado. *Por outro, mas associado, os fundamentos da crise na economia brasileira encontram-se na própria queda da taxa de lucro.* (ARUTO, 2019, p. 92, grifo nosso)

Pinto et. al (2019) demonstram que a taxa de lucro das 500 maiores empresas não financeiras apresentou tendência de alta até 2010. A partir de 2011, e mais fortemente a partir de 2012, a taxa de lucro dessas empresas apresentam quedas elevadas. Os autores destacam que, nesse contexto de queda da taxa de lucro, encerram-se as possibilidades de manutenção de políticas de elevação real do salário-mínimo, por exemplo. Nas palavras dos autores,

A crise de acumulação em 2015, que gerou a queda tanto na renda do trabalho como no lucro dos segmentos não financeiros, não reduziu o conflito distributivo, mas, ao contrário, ampliou-o, pois os lucros caíram numa velocidade maior que os rendimentos do trabalho. Ou seja, tanto os salários como os lucros, em 2015, seguiram numa espiral em queda livre. (PINTO ET. AL., 2019, p. 7)

⁸⁷ CEPALSTAT: < <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es> >

⁸⁸ Ressalta-se que as transferências de valor via controle e propriedade do capital, conforme exposto no capítulo 2, sempre apresentaram tendência de alta.

Gráfico 13 - Taxa de lucro e lucro líquido das 500 maiores empresas não financeiras.



Fonte: Pinto et. al. (2019, p. 7).

A constatação de Pinto et. al. (2019) de queda dos salários no momento de agudização da crise econômica está em consonância com o que foi identificado na seção anterior, quando da análise do fenômeno da superexploração da força de trabalho no período 2003-2016. Na oportunidade, constatou-se um movimento de decomposição do fenômeno da contenção relativa da superexploração, sobretudo a partir de 2014 e 2015. Inclusive, esses movimentos de redução da renda do trabalho já durante os últimos anos dos governos do PT reforçam a hipótese desta pesquisa de uma agudização da superexploração após o período de crescimento econômico vivenciado na primeira década dos anos 2000.

Destaca-se que essa hipótese de agudização do fenômeno da superexploração da força de trabalho, sobretudo em momentos de crise, tem suas raízes em uma das maiores contribuições estabelecidas pelos teóricos da TMD, isto é, o fato de que as economias dependentes transferem estrutural e sistematicamente valores produzidos por capitais que atuam em suas economias para capitais que atuam nas economias centrais. Nesse sentido, o que se tem é que

Aleijadas de parcela do valor criado internamente, as economias dependentes procuram recompor a taxa de lucro não por um desenvolvimento tecnológico e aumentos de produtividade. [...] as formas de produção de mais-valor passam pela dilapidação da própria força de trabalho” (ARUTO, 2019, p. 108).

A próxima e última seção se destinará, justamente, a uma análise do fenômeno da superexploração em momento de agudização da crise econômica, no Brasil, mais

especificamente pós-2016. Este recorte se justifica por duas razões: i) por ser o período de maior agudização da crise econômica e; ii) por marcar a chegada à presidência de um governo ainda mais alinhado à ortodoxia neoliberal. Sobre o segundo ponto, em conformidade ao explicitado na introdução deste capítulo, uma análise sobre o golpe que retirou do cargo a ex-presidenta Dilma Rousseff foge do escopo desta pesquisa. Nesse sentido, limitar-se-á a comentários mais gerais, especialmente a respeito de sua vinculação à crise econômica.

Sobre esse ponto, concorda-se com Breda (2020, p. 90 e 91) quando o autor afirma que

A mudança de tendência da economia mundial e da taxa de lucro das empresas que produziam em território nacional são os elementos centrais que explicam a transformação de um cenário político estável em uma guerra cada vez mais aberta entre as classes, com clara vantagem para as frações capitalistas do bloco de poder. Em suma, nos dois governos Dilma, reabre-se a chaga da luta de classes do capitalismo dependente, que na primeira década do século XXI fora coberta com panos quentes por governos conciliadores.

A afirmação de Breda (2020) parece estar em linha com a interpretação proposta por Mascaro (2018), que compreende que a crise enfrentada pelo Brasil naquele momento estava assentada em duas determinações que se relacionavam, ou seja, econômica e política, sendo a primeira a responsável por desencadear a segunda. Para o autor, trata-se de um golpe de classe, cujos interesses eram garantir uma maior reprodução dos capitais estrangeiro e nacional (MASCARO, 2018). Neste ponto, após a análise empreendida no segundo capítulo, no qual se buscou confirmar a tese de que os governos do PT apostaram e aprofundaram o modelo neoliberal, é provável que surja o questionamento, então, do porquê do golpe, vez que a classe burguesa, durante os governos petistas, nunca viu seus interesses serem postos em xeque?

O próprio Mascaro (2018) auxilia na resposta a tal questionamento quando, ao apontar para a crise de acumulação do capital, afirma que as razões do golpe estão, precisamente, na necessidade que tinha o capital – ou seja, a classe burguesa –, naquele momento, de acelerar seu processo de acumulação. Para Mascaro (2018, p. 77) o golpe possibilita mais facilmente “o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, amplia o neoliberalismo, majora processos de machismo, racismo, homofobia, transfobia e perseguição a comunidades indígenas e quilombolas, aniquila juridicamente ações eleitorais das esquerdas.”

Sendo assim, ainda que os governos petistas tenham se empenhado em atender aos interesses da burguesia e, nos últimos anos, implementado políticas austeras de caráter ortodoxo, já não gozavam das condições de pôr em marcha de maneira célere as reformas reivindicadas pelo capital ou, em outras palavras, o golpe permitiria “realizar o ajuste fiscal, aplicar as contrarreformas e calar o movimento social, tudo isso no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pelo capitalismo brasileiro em crise” (DEMIER, 2017, p. 91).

A partir do arcabouço teórico marxista dependentista, resta claro a função do golpe e das reformas implementadas pelo governo golpista de Michel Temer e, posteriormente, pelo governo de Bolsonaro, isto é, possibilitar uma ampliação das transferências de valor e, dessa forma, intensificar a associação subordinada da economia brasileira ao imperialismo. Dado que o fenômeno da superexploração da força de trabalho é a forma encontrada pelos capitais que atuam na periferia para compensar as sistemáticas transferências de valor em direção ao centro, o movimento do golpe tem, portanto, grande potencial de impactar o fenômeno da superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, o objetivo da próxima seção é, precisamente, analisar as formas pelas quais se opera o fenômeno da superexploração em um contexto de crise econômica internacional e brasileira. A hipótese central é a de que o aprofundamento da condição de dependência, verificado nos marcos do atual padrão de reprodução do capital, somado ao fim da conjuntura econômica favorável e a emergência de um governo ainda mais alinhado à ortodoxia neoliberal, impactou negativamente a superexploração da força de trabalho no país.

3.3. A Superexploração em Contexto de Crise Econômica e Avanço da Ortodoxia Neoliberal

Antes de se entrar mais detidamente na identificação das alterações pelas quais passaram as formas da superexploração em um contexto de crise econômica, cumpre empreender uma breve exposição da linha argumentativa que vem se conformando até aqui. Nesse sentido, em um primeiro momento, buscou-se compreender – nos termos estabelecidos pela Teoria Marxista da Dependência – a condição de dependência que marca a economia brasileira para, em seguida, perceber os movimentos desta condição

no período recente da história do país, com maior ênfase aos anos 2000, que corresponde aos governos do PT.

Percebeu-se que a partir dos anos 1970, por meio das transformações provocadas por uma reestruturação produtiva, atrelada ao processo de financeirização e à doutrina neoliberal, a condição de dependência da América Latina, como um todo, e do Brasil, particularmente, é agravada. Apesar da emergência de um partido historicamente conectado às classes populares na maior economia latino-americana, eleito com um discurso antineoliberal⁸⁹, nenhuma mudança significativa na estratégia de desenvolvimento foi aplicada. Ao contrário, restou claro a manutenção do programa neoliberal, cujo início se deu, de maneira mais patente, no começo dos anos de 1990.

O corolário, portanto, não poderia ser outro, senão o aprofundamento da condição de economia dependente, evidenciado a partir do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. O fortalecimento do atual padrão resultou em processos de desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, maior dependência tecnológica e consolidação do Brasil enquanto espaço de valorização financeira, especialmente de capital fictício.

De maneira contrária ao que o aprofundamento da condição de dependência poderia sugerir, o que se constatou foi uma relativa contenção dos condicionantes históricos da dependência. Nesse sentido, as transferências de valor, por exemplo, tiveram uma redução relativa, ainda que, em termos de volume, tenha se verificado um aumento, com destaque para as transferências na modalidade propriedade e controle do capital – o que demonstra o caráter financeirizado do atual estágio do capitalismo. Em sentido similar e vinculado ao fato anterior, a superexploração também passou por um período de contenção, que pôde ser verificada a partir de uma aproximação das suas formas à realidade concreta. Buscou-se destacar, porém, a natureza estrutural inerente a esses fenômenos.

Espera-se que, aos que chegaram até aqui, tenha ficado claro o argumento de que a melhora dos condicionantes da dependência se tratou de um momento histórico bem

⁸⁹ Ainda que, por um lado, lideranças do partido buscavam manter um discurso contrário às políticas neoliberais, sobretudo em propagandas em época de eleição, por outro, o Partido dos Trabalhadores buscava emitir sinais de que não alteraria a estrutura macroeconômica do país. O maior exemplo deste movimento é a “Carta ao povo brasileiro”.

específico, isto é, possibilitado pela conjuntura econômica favorável nos níveis nacional e internacional. Aruto (2019, p. 160 e 161) recorda, inclusive, que o próprio Marini aponta para uma contenção relativa do fenômeno da superexploração, no Brasil, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, quando, em uma conjuntura e contradições específicas e sob um governo que buscava conciliar interesses diversos, foram implementadas políticas de incentivo ao consumo e melhoria da produtividade, além de uma elevação de 100% do salário-mínimo à época. Nota-se que, longe de qualquer intento de comparação, o propósito, aqui, foi apenas mencionar que não se trata de um ineditismo na história brasileira.

Ante o exposto, nesta seção, o objetivo a se cumprir é a identificação das alterações sofridas pelo fenômeno da superexploração da força de trabalho no período recente, sob um contexto de crise econômica que se agudiza de maneira mais patente a partir de 2015 e 2016. Para tanto, será executado caminho semelhante ao percorrido na primeira seção deste capítulo, quando da análise do fenômeno da superexploração durante os governos do PT. Nesse sentido, será realizada uma aproximação das formas pelas quais se opera a superexploração à realidade concreta, de modo que serão apresentados dados quantitativos e qualitativos acerca da jornada de trabalho, renda do trabalho e acidentes/mortes de trabalho.

Em linha com a hipótese central desta pesquisa, já exposta anteriormente, Carcanholo (2019, p. 49) afirma que “A atual crise da economia mundial define uma nova conjuntura no século XXI. Essa nova conjuntura impede qualquer intento de reconsideração das políticas de conciliação de classes que caracterizaram o novo-desenvolvimentismo”⁹⁰. Tal interpretação está em consonância, também, com as razões que subjazem ao golpe sofrido pela então presidenta Rousseff.

Não por acaso, a ascensão de Michel Temer à Presidência da República (2016-2018) significou um novo período do modelo neoliberal, que passou por readaptações ao emergente contexto de crise do capital. Para Behring (2019, p.58), o governo de Temer, que chega ao poder após o “golpe parlamentar midiático”, representa a saída burguesa em

⁹⁰ No original: La actual crisis de la economía mundial define una nueva coyuntura en el siglo XXI. Esta nueva coyuntura imposibilita cualquier intento de replanteo de las políticas de conciliación de clase que caracterizó al neodesarrollismo.

sintonia com as imposições do cenário internacional quanto ao ritmo e à amplitude do ajuste a ser implementado.

Um claro exemplo foi a aprovação do Novo Regime Fiscal (NRF)⁹¹, que ficou conhecido como a PEC do Teto dos Gastos. Sua proposta e aprovação se deu em tempo recorde. Antes de tomar posse como presidente, ainda sob o primeiro mês de governo interino e sem constrangimento algum de sua impopularidade e ilegitimidade, Temer submeteu a proposta ao Congresso Nacional, onde foi aprovada no mesmo ano (2016), sob grande resistência de movimentos estudantis e de trabalhadores. O discurso oficial era o de que a medida potencializaria o crescimento da economia brasileira, após anos de irresponsabilidade fiscal. Seus dispositivos estabeleceram um limite aos gastos públicos pelos próximos 20 anos, atingindo sobremaneira as políticas públicas. A medida desconsidera qualquer cenário de crescimento econômico e de crescimento demográfico. De acordo com uma nota técnica elaborada pelo DIEESE⁹², se em vigor entre 2002 e 2015, por exemplo, o NRF significaria perdas de 47% no orçamento com educação e 27% de redução com gastos com saúde. Somadas, essas perdas alcançariam quase 1.000.000.000.000,00⁹³ de reais. Como bem observa Salvador (2019, p. 107), para as despesas financeiras com o pagamento de juros e de rolagem da dívida não se pensou em um teto.

Ainda que as perdas totais provocadas pelo NRF sejam desconhecidas, as estimativas feita pelo DIEESE dão uma dimensão do desfalque que sofrem e sofrerão os gastos públicos com políticas sociais. Retomando Aruto (2019, p. 183), a superexploração, atualmente, “tende a intensificar a violação do componente histórico moral da força de trabalho, sobretudo pelo salário indireto e/ou os bens de consumo coletivos, o que significa uma apropriação e conversão do fundo de trabalho em fundo de acumulação.” Nesse sentido, nota-se que o NRF, somado aos efeitos da Reforma da Previdência, aprovada em 2019, provoca, precisamente, a intensificação dessa forma da superexploração. Em outras palavras, trata-se de apropriação, pelo capital, de valores que poderiam ser utilizados na reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, por

⁹¹ O Novo Regime Fiscal foi estabelecido pela Emenda Constitucional 95, resultado da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016 e da Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 e promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016.

⁹² A nota técnica elaborada pelo DIEESE, em setembro de 2016, pode ser acessada neste link: < <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf> >

⁹³ Para facilitar a identificação do valor, em meio a tantos zeros, trata-se de 1 trilhão de reais.

meio de uma saúde e educação pública de qualidade, por exemplo. Ademais, conforme visto, o teto não se aplica ao pagamento de juros da dívida pública, que alimenta, principalmente, o capital fictício.

Por fim, antes de se entrar em definitivo nas três formas da superexploração que serão analisadas nesta seção, cumpre apresentar brevemente a reforma trabalhista aprovada em 2017, sob o governo ilegítimo de Temer. Esta tarefa é particularmente importante pela capacidade que tem a reforma de agudizar sobremaneira o fenômeno da superexploração. Sobre este ponto, inclusive, acredita-se que a análise sobre as formas da superexploração no período recente já evidenciará os efeitos provocados pela reforma trabalhista.

O discurso oficial era de que “Essa aprovação definitiva da proposta [reforma trabalhista] é uma vitória do Brasil na luta contra o desemprego e na construção de um país mais competitivo”⁹⁴, disse, à época, o então presidente ilegítimo do Brasil, Michel Temer. É interessante notar como esse discurso estabelece um falso impasse entre o direito ao trabalho – que é básico para a sobrevivência na sociedade mercantilizada em que vivemos – e o aceitar que este trabalho venha na forma mais precarizada possível, sem as condições mínimas de se repor a força de trabalho, impactando no fundo de consumo e de vida da classe trabalhadora. Essa falsa dicotomia, que busca empurrar o trabalhador a uma encruzilhada, cujas alternativas postas beneficiam apenas a classe dominante, explicita-se nas palavras do atual ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, quando este afirma que “Há dois sistemas e você pode escolher: um sistema que tem muitos direitos e não tem emprego. E o outro sistema onde você tem muitos empregos e esses direitos são os que você escolher ter”⁹⁵.

A reforma – resultante da Lei 13.467/17 – foi aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2017 e entrou em vigor em novembro do mesmo ano. Com o objetivo de camuflar os reais interesses, o discurso oficial era recheado de conceitos e termos vagos como “modernização” e “flexibilização” da legislação trabalhista. Na prática, as mudanças apontavam, precisamente, para a retirada de direitos trabalhistas.

⁹⁴ < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/12/politica/1499812913_071957.html >

⁹⁵ < <https://exame.com/economia/guedes-nega-que-reforma-da-previdencia-va-mexer-com-lei-trabalhista-e-clt/> >

Dada a extensão das alterações provocadas pela reforma, para esta pesquisa cumpre concentrar-se naquelas com maior potencialidade de impactar mais diretamente nas formas pelas quais se operam a superexploração. Nessa direção, tem-se, por exemplo, a implementação de dispositivos que possibilitam o aumento da jornada de trabalho e a redução da remuneração da força de trabalho materializados pelas seguintes medidas (DIEESE, 2017) (GALVÃO et al., 2017) (KREIN, 2017):

- a) legalização da jornada de 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso, antes circunscrito a categorias específicas e sujeito a acordo aprovado pelo sindicato;
- b) normalização de uma jornada de 10 horas, ou seja, 8 horas da jornada normal mais 2 horas extras; regulamentação do banco de horas via acordo individual e não mais coletivo;
- c) aumento do limite de 25 horas semanais para 30 horas semanais de trabalho em tempo parcial;
- d) regulamentação do teletrabalho, que facilita que os limites da jornada de trabalho sejam superados;
- e) eliminação da remuneração do tempo de deslocamento para aqueles casos em que o local de trabalho se localiza em área de difícil acesso, ou seja, essas horas *in itinere* passam a não mais computar na jornada;
- f) trabalho intermitente, que além de aumentar o tempo de disponibilidade do trabalhador ao empregador, também permite que este trabalhador receba remuneração inferior ao salário-mínimo, vez que receberá pelas horas estritamente trabalhadas;
- g) regulamentação de contratos temporários, que elimina direitos como férias, FGTS e seguro-desemprego;
- h) permissão para gestantes e lactantes trabalharem em condições insalubres;
- i) prevalência do negociado sobre o legislado;
- j) restrição da definição de salário, não contabilizando gratificações, abonos e auxílios, o que limita a incidência de tributos trabalhistas e compromete políticas públicas, sobretudo os direitos relacionados ao salário e;
- k) remuneração por desempenho, o que viabiliza que o salário seja variável

Em comum, todas essas modificações – e as tantas outras que, por uma questão de escopo, não foram mencionadas – estão inseridas nesse ímpeto de garantir a

reprodução do capital e a manutenção das taxas de lucros, sobretudo em um contexto de crise econômica generalizada. Aqui, observa-se que não se trata de um fenômeno restrito às economias dependentes. A aprovação de reformas trabalhistas que retiraram direitos foi expediente utilizado em diversos países, inclusive os centrais. A particularidade das economias dependentes, no entanto, parece residir no grau de profundidade em que se encontram essas alterações, que, a partir da ótica marxista dependentista assumida nesta pesquisa, explica-se pelas sistemáticas transferências de valor a que estão submetidas essas economias. Conforme analisado na primeira seção deste capítulo, são grandes as diferenças entre as condições de trabalho no centro e na periferia.

Após essa breve exposição das reformas implementadas pelo governo de Michel Temer, bem como da crise econômica na qual se encontra o país e as contradições geradas por esses processos, proceder-se-á à análise das formas da superexploração sob esse contexto.

Como visto na primeira seção deste capítulo, algumas pesquisas – LUCE, 2013 e 2018; LIRA, 2016; NASCIMENTO, 2018; ARUTO, 2019 – buscaram analisar a questão do trabalho durante o período dos governos petistas a partir da categoria da superexploração. Ainda que apresentem divergências pontuais, essas pesquisas apontaram para um relativo arrefecimento do fenômeno da superexploração, cujo crescimento econômico da economia mundial e brasileira, naquele momento, exerceu papel importante. Este trabalho, por seu turno, pretende dar continuidade a essas pesquisas, na medida em que busca atualizar os índices levantados pelos estudos anteriores. Ademais, em consonância com o exposto até aqui, busca-se analisar esses dados a partir desse novo contexto que se impõe, de maneira mais patente, a partir de 2015 e 2016.

Os dados a serem levantados, a fim de buscar uma resposta ao problema posto, referem-se, por exemplo, aos índices de desemprego, informalidade, jornada de trabalho, salário real e salário-mínimo necessário, acidentes de trabalho, entre outros. Desse modo, seguindo a metodologia aplicada ao abordar o fenômeno da superexploração durante os governos petistas, servirá de fonte para esta pesquisa a base de dados de instituições como IBGE, DIEESE, INSS, OIT, RAIS, Banco Central e Banco Mundial. Tais dados, aliados aos elementos teóricos e contextuais analisados nesta dissertação, auxiliarão na construção de uma resposta ao problema de pesquisa aqui estabelecido.

Nesse sentido, a primeira forma a ser analisada será a remuneração da força de trabalho na forma salário, ou seja, o processo de apropriação do fundo de consumo para servir ao fundo de acumulação. Para tanto, a atenção será voltada à relação entre SM e SMN. Durante os primeiros anos do século XXI, especialmente entre 2005 e 2014, a diferença entre eles foi atenuada, na medida em que o SM, ainda que muito distante, se aproximou do SMN. No entanto, entre 2015 e 2016, essa relação apresentou tendência de aumento na diferença, indicando uma piora na remuneração da força de trabalho – essas alterações podem ser observadas a partir dos dados constantes na tabela 1.

Quando se observa a tabela 3, contrariando a intuição inicial, o que se percebe é que aquela tendência de piora da relação entre SM e SMN não se mantém nos anos posteriores imediatos. Ao contrário, entre 2017 e 2018, tem-se uma melhora desse indicador. Nos anos seguintes, porém, a diferença entre SM e SMN torna a aumentar e esse movimento se dá em ritmo acelerado. Como resta demonstrado pela tabela 3, em 2020, essa relação volta a ficar inferior a 20% pela primeira vez desde 2004 e, no ano seguinte, sofre outra piora.

Tabela 3 - Relação entre Salário-Mínimo Nominal e Salário-Mínimo Necessário – 2017-2021.

ANO*	SALÁRIO- MÍNIMO NOMINAL (R\$)	SALÁRIO- MÍNIMO NECESSÁRIO (R\$)	RELAÇÃO SALÁRIO- MÍNIMO E NECESSÁRIO
2017	937	3.754	0,24
2018	954	3.960	0,24
2019	998	4.342	0,22
2020	1.045	5.304	0,19
2021	1.100	5.969	0,18

Fonte: DIEESE, disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> >. Elaboração própria.

* Para os valores do salário-mínimo nominal e necessário, foi utilizado os meses de outubro a dezembro como referência.

Uma das razões que explicam o aumento da diferença entre SM e SMN encontra-se na política de reajuste do salário-mínimo. Enquanto durante os governos do PT, entre 2003 e 2016, o reajuste real do SM foi de 59,2%, na gestão de Temer – 2016-2019⁹⁶ – esse reajuste foi inferior a 1%, alcançando apenas 0,79%. Nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, o resultado é ainda pior (0,3%).

Tabela 4 - Aumento real do salário-mínimo - 2017-2022.

ANO	SALÁRIO-MÍNIMO (\$)	AUMENTO REAL (%)
2017	937	-0,10
2018	954	-0,25
2019	998	1,14
2020	1.045	0,30
2021	1.100	0,01
2022	1.212	0,02

Fonte: DIEESE, disponível em: < <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec265SalarioMinimo.html> >. Elaboração própria.

Para além dos dados da tabela 4, que evidenciam que o aumento real do salário-mínimo durante essa conjuntura de crise foi próximo de 0, pode-se olhar também para a quantidade de cestas básicas que podem ser compradas com um salário-mínimo. De acordo com o DIEESE⁹⁷, enquanto em 2017 o SM comprava 2,16 cestas básicas, em 2021, esse poder de compra cai para 1,68. Nota-se que a queda do poder de compra está relacionada à inflação, que, no Brasil, é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2021, este indicador teve aumento de 10,06%, o mais alto desde

⁹⁶ O reajuste dado em 2019 foi definido em 2018, durante o governo de Temer.

⁹⁷ Disponível neste link: < <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec265SalarioMinimo.html> >.

2015⁹⁸. Nesse quadro, o que se tem, portanto, são diferentes expedientes que atuam para o rebaixamento das condições mínimas do trabalhador de repor sua força de trabalho.

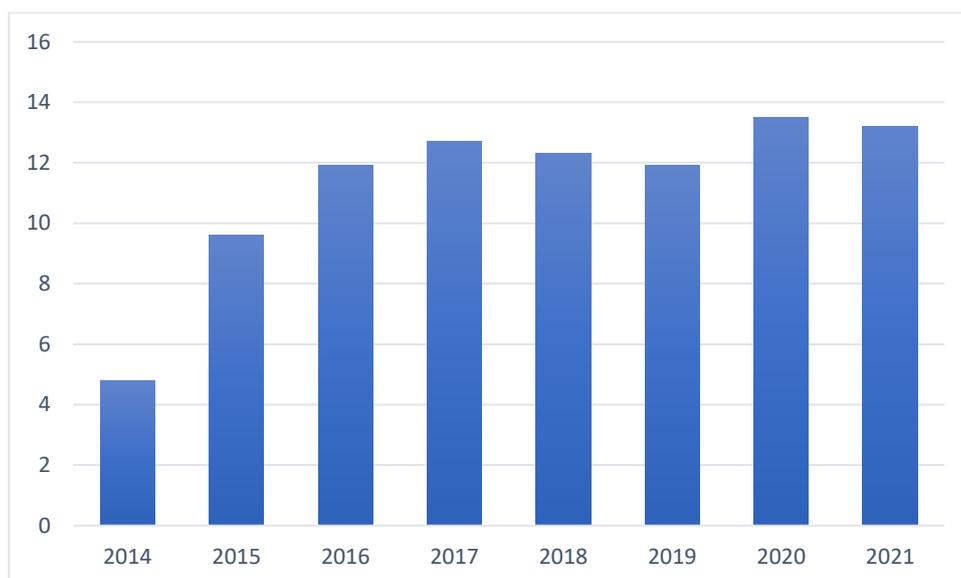
Ainda nesse ponto sobre a remuneração da força de trabalho, no Brasil, de acordo com dados da PNAD⁹⁹, em 2021, 34,4% de toda população ocupada no país receberam até um salário-mínimo, o que representa 30,2 milhões de trabalhadores. Trata-se do nível mais alto da série histórica iniciada em 2012. Outro dado relevante é o crescimento de trabalhadores na informalidade. O trabalho informal priva o trabalhador de uma série de direitos e garantias que são destinadas àquelas pessoas inseridas no mercado formal como, por exemplo, o direito ao 13º salário, férias e FGTS. Ainda de acordo com dados da PNAD, enquanto no primeiro trimestre de 2014, 44% da população ocupada se encontrava nessa condição de trabalho informal, no segundo trimestre de 2021 esse percentual se eleva para 48,7%.

Nesse contexto de piora da remuneração da força de trabalho, cumpre observar o impacto causado pela pandemia da COVID-19, sobretudo nos indicadores sobre desemprego e informalidade. De acordo com a nota técnica da OIT¹⁰⁰, sobre o panorama laboral sob o cenário de COVID-19, na América Latina e Caribe, a região tem sofrido com grande redução de postos de trabalho e aumento da informalidade. A Organização estima que a América Latina e Caribe é a região na qual se registrou a maior diminuição de postos de trabalho no mundo, o equivalente a 55 milhões.

⁹⁸ Disponível neste link: < [⁹⁹ Disponível neste link: < \[>\]\(https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e\) >](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/ibge-inflacao-medida-pelo-ipca-fecha-2021-com-alta-de-1006#:~:text=O%20C3%8Dndice%20Nacional%20de%20Pre%C3%A7os,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).> ></p></div><div data-bbox=)

¹⁰⁰ Disponível neste link: < [>](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_759164.pdf) >

Gráfico 14 - Taxa média anual de desemprego, no Brasil (%) – 2014-2021.



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Em conformidade ao que se tem ocorrido na região, no Brasil, desde a emergência de forma mais acentuada da crise econômica, o que se percebe é o aumento da quantidade de trabalhadores desempregados, fenômeno que ganha novo impulso com a pandemia, como demonstra o gráfico 14. O resultado do aumento do desemprego não poderia ser outro, senão o aumento da extrema pobreza e da desigualdade no país, que já apresentavam sinais de piora desde 2015. Segundo dados da PNAD¹⁰¹, com relação à extrema pobreza¹⁰², em 2019, 6,8% da população brasileira viva sob essas condições. Trata-se do maior patamar da série histórica, que se iniciou em 2012. Em 2014, ainda de acordo com os dados PNAD, quando a crise econômica, no Brasil, apresentava seus primeiros sinais, esse percentual era de 4,7%. Em número absolutos, entre 2014 e 2019, 4,6 milhões de pessoas foram inseridas na condição de extrema pobreza¹⁰³. Relativamente

¹⁰¹ Esses dados estão publicados na Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, de 2021. O documento pode ser acessado neste link: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf> >.

¹⁰² Para a realização da estimativa de extrema pobreza, no Brasil, a PNAD se vale da classificação proposta pelo Banco Mundial, isto é, pessoas vivendo com até US\$ 1,90 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC).

¹⁰³ Em 2020, o indicador de extrema pobreza apresentou uma melhora (5,7%), em decorrência da implementação de um novo programa social de transferência de renda, denominado de Auxílio Brasil, cujo objetivo era atenuação da perda de renda provocada pela pandemia da COVID-19. Observa-se, porém, que mesmo com essa melhora, o índice se encontra mais alto daquele verificado em 2014.

ao aumento da desigualdade social no país, segundo estimativa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁰⁴, o índice de Gini – um dos indicadores utilizados para a medição da desigualdade –, tem sofrido piora desde 2015 e, no primeiro trimestre de 2021, atinge seu recorde histórico (0,674).

Se, com relação à primeira forma de superexploração, o que se percebe é um nítido processo de agudização, isto é, um rebaixamento da remuneração da força de trabalho, relativamente à jornada de trabalho, essa piora não é tão marcada, ainda que aponte para uma tendência de agravamento, como demonstra o gráfico 15.

Gráfico 15 - Evolução da jornada de trabalho no Brasil por grupos de horas trabalhadas no trabalho principal (em %) – 2012-2019



Fonte: PNAD Contínua Anual - IBGE. Elaboração Própria.

Os dados sobre a jornada de trabalho, no Brasil, representados no gráfico acima, apontam para uma ratificação daquele processo de diminuição da jornada de trabalho percebida no período anterior à crise econômica. Em 2016, o Brasil registra, pela primeira vez, desde a implementação da jornada de 44 horas semanais¹⁰⁵, mais da metade de sua

¹⁰⁴ < <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/06/14/desigualdade-de-renda-e-recorde-com-perda-de-emprego-dos-mais-pobres-diz-fgv.htm> >

¹⁰⁵ A jornada de 44h semanais foi implementada pela CF/1988.

população ocupada na faixa de 40-44 horas. Como observa Dal Rosso (2017), trata-se de um feito tardio, que levou quase 30 anos para ser alcançado. No entanto, os dados da PNAD Contínua indicam, desde então, uma tendência de queda da porcentagem da população ocupada nessa faixa. Enquanto em 2016 eram 53,4%, em 2019, esse número se retrai para 51,4%¹⁰⁶.

Ao mesmo tempo, aquela tendência de sucessivas diminuições dos trabalhadores que tem de se submeter a jornadas exaustivas superiores a 45 horas começa a apresentar sinais de esgotamento entre 2016 e 2017. O que se confirma pelo gráfico 15 é que, a partir de 2018, essa tendência se reverte. Naquele ano, desde o início da PNAD Contínua, em 2012, tem-se o primeiro aumento de trabalhadores na faixa de jornada ≥ 45 horas. Em 2019, esse percentual aumenta novamente, e em proporções maiores.

Ainda que cedo para asseverar que esse aumento de trabalhadores submetidos a jornadas exaustivas seja resultado das alterações empreendidas pela reforma trabalhista, trata-se de um fenômeno expectável, tendo em vista as brechas abertas pelo texto aprovado em 2017, sobretudo, pelos pontos a, b e f, elencados anteriormente. Por outro lado, a diminuição da porcentagem de trabalhadores que exercem a jornada legal e o aumento da porcentagem de trabalhadores que estão submetidos a longas jornadas, em linha com a investigação empreendida nesta pesquisa, permite que se trace um paralelo com o cenário de crise e a consequente urgência que tem o capital de recompor suas taxas de lucro.

Não se quer, aqui, esgotar as possibilidades de interpretação e análises ou, tampouco, escamotear os limites que se impõem quando da análise da jornada de trabalho a partir, apenas, da sua extensão. Trata-se de uma aproximação inicial, de uma investigação que se debruça sobre um fenômeno recente e complexo. Por uma questão de escopo, não se entrará no recorte, por exemplo, de raça e gênero, mas, inquestionavelmente, são fatores que compõem as facetas do objeto – da jornada de trabalho e da categoria de superexploração como um todo. Destaca-se, porém, que tais limites não podem ser tomados enquanto obstáculos intransponíveis à uma aproximação

¹⁰⁶ Não foi possível encontrar dados da PNAD Contínua Anual para os anos de 2020 e 2021 por faixa de jornada de trabalho. No entanto, com base na PNAD Trimestral, acerca da média de horas habitualmente trabalhadas, o que se verifica, a partir de 2016, é uma interrupção da tendência de queda das horas trabalhadas. Em 2019, por exemplo, a média foi de 39,5. Em 2020, esse percentual se elava para 39,7.

da realidade, a partir da categoria de superexploração, especialmente, ante o objeto desta pesquisa.

Dito isto, prossegue-se à análise da última forma da superexploração a ser analisada nesta pesquisa, ou seja, o aumento da intensidade da força de trabalho. Conforme já observado, trata-se de um mecanismo de difícil apreensão. De maneira geral, os fatores que impulsionam um aumento de intensidade são de complexa captação na realidade concreta. Além dos já citados anteriormente, pode-se mencionar, ainda, a implementação de bonificação por produtividade, a manutenção do nível de trabalho com diminuição do total de trabalhadores, a execução de múltiplas tarefas, entre outros. No fim, os efeitos do incremento do ritmo de trabalho, que resulta em um maior desgaste da força de trabalho, são adoecimento psíquico e/ou físico desses trabalhadores, o que compromete seu fundo de vida ou, em linguagem clara, resulta em sua morte precoce.

Nessa direção, portanto, ainda que para a análise de uma realidade mais circunscrita outras variáveis sejam importantes, para uma aproximação mais geral da captação do fenômeno, no Brasil, a análise das ocorrências de casos de acidentes e mortes no trabalho é um método razoável que, como também discutido anteriormente, foi proposto e executado por Marini (2008, p. 220), em sua obra *Dialética da Dependência*. Assim, em movimento similar ao empreendido quando da análise dessa forma da superexploração nos primeiros anos do século XXI, serão utilizados os dados oficiais sobre acidentes de trabalho disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Quando se observa o gráfico 11, constata-se que, desde 2008, o número total de acidentes vem decrescendo, ano após ano, e, em 2015, essa tendência já não se apresenta na intensidade anterior. Até que, em 2018, verifica-se uma mudança e o número absoluto de acidentes de trabalho, bem como sua relação com o total de vínculos formais de trabalho, apresenta uma pequena alta. No ano seguinte, em 2019, ambos os indicadores tornam a se elevar mais uma vez, como resta demonstrado pela tabela 5.

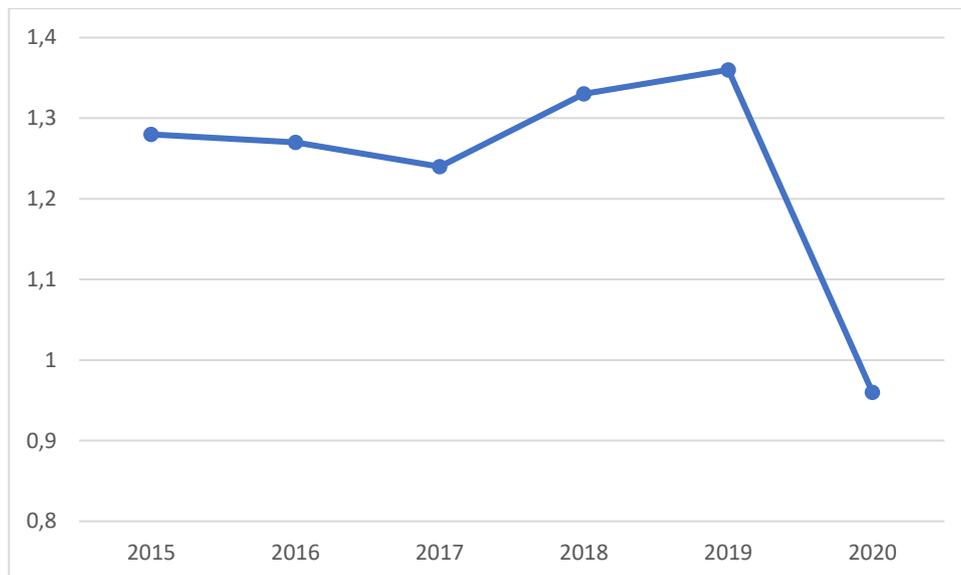
Tabela 5 - Relação entre acidentes de trabalho e estoque de empregos formais – 2015-2020.

ANO	TOTAL DE ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL*	ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS	RELAÇÃO ACIDENTES DE TRABALHO E ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS
2015	619.744	48.061	1.28%
2016	585.976	46.060	1.27%
2017	574.051	46.282	1.24%
2018	623.786	46.631	1.33%
2019	639.321	46.716	1.36%
2020	446.885	46.236	0.96%

Fonte: Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (Radar SIT) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

*Inclui as notificações via CAT e sem registro no CAT.

Gráfico 16 - Total de acidentes de trabalho por vínculos formais de trabalho – 2015-2020 (em %)



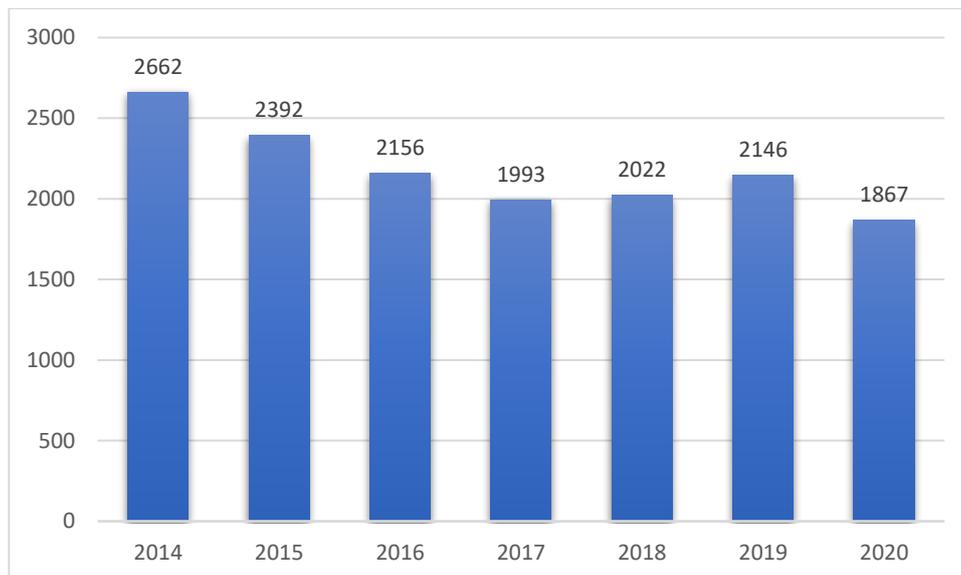
Fonte: Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (Radar SIT) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O gráfico 16 permite uma melhor visualização do movimento de alta entre a relação acidente de trabalho e vínculos formais de trabalho¹⁰⁷, o que corrobora como a hipótese desta pesquisa ao evidenciar – especialmente quando combinado com as análises anteriores – uma piora das condições de vida da classe trabalhadora, no Brasil, nos últimos anos, em contexto de crise econômica e sob um governo ilegítimo que se empenha, até o limite, na implementação de políticas e reformas neoliberais. O patamar atingido em 2019 já é superior ao verificado em 2015, isto é, em um período muito curto de tempo, verifica-se um retrocesso significativo.

Esse mesmo movimento de agravamento dos índices de acidentes de trabalho pode ser confirmado quando do exame dos casos de acidentes de trabalho fatais, disponíveis no gráfico 17. Enquanto entre 2014 e 2017 a tendência é de redução desses casos, a partir de 2018, o total de acidentes de trabalho fatais começa a aumentar.

¹⁰⁷ Os dados sobre os acidentes de trabalho, por município, podem ser acessados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida de forma conjunta entre o MPT e a OIT Brasil. Em uma pesquisa rápida, é possível verificar essa tendência de aumento nos acidentes de trabalho nas maiores capitais brasileiras. Os dados podem ser acessados por este link: <<https://smartlabbr.org/sst/localidade/0>>

Gráfico 17 - Total de acidentes de trabalho fatais por vínculos formais de trabalho – 2014-2020.



Fonte: Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (Radar SIT).

Cumpra-se observar que esses números se referem, estritamente, aos trabalhadores que possuem vínculos formais de trabalho. No Brasil, isso significa que, aproximadamente, 40% da população ocupada está fora dessas estatísticas. Além da subnotificação, destaca-se que existe uma maior tendência de que acidentes de trabalho – inclusive fatais – ocorram com maior frequência, justamente, entre esse grupo. Como destaca a OIT¹⁰⁸, a subnotificação e a informalidade são dois fenômenos que obstaculizam uma maior percepção da realidade.

Uma outra observação a ser feita refere-se à queda dos casos de acidentes de trabalho e acidentes de trabalho fatais, em 2020. A partir do acumulado até aqui, descarta-se qualquer hipótese de que 2020 represente um novo momento para as condições de trabalho da classe trabalhadora brasileira. De mais a mais, os dados da tabela 3 demonstram que, precisamente, entre 2020 e 2021, a relação entre SM e SMN se elevou, indicando uma piora da remuneração da força de trabalho, no Brasil. Assim, ainda sejam necessárias análises especificamente voltadas para a relação entre a pandemia e os casos

108 Disponível nestes links:
<https://www.ilo.org/legacy/english/osh/en/story_content/external_files/fs_st_1-ILO_5_en.pdf> e;
<https://www.ilo.org/moscow/areas-of-work/occupational-safety-and-health/WCMS_249278/lang--en/index.htm>.

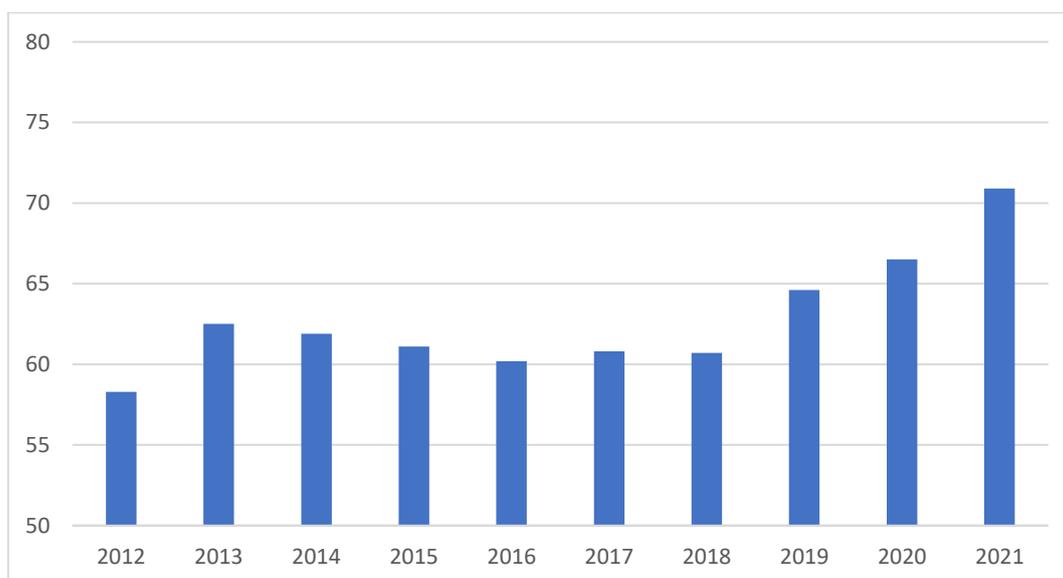
de acidentes e mortes provocadas pelo trabalho, acredita-se que as políticas de restrição de circulação durante o ano de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, somadas à implementação do teletrabalho, tenham contribuído para a redução dos casos de acidentes de trabalho. De acordo com um levantamento do IPEA, publicado em uma Nota de Conjuntura, 11% da população ocupada, em 2020, realizou trabalho remoto¹⁰⁹.

Por fim, ainda que a forma da superexploração a partir da elevação do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e o não acompanhamento da remuneração não seja o foco desta pesquisa, uma breve aproximação a essa forma corrobora o que se tem verificado até aqui, ou seja, a agudização do fenômeno da superexploração.

Esta forma já foi discutida, aqui, em diferentes oportunidades anteriormente. Na seção 3.1, por exemplo, da análise da superexploração nos anos anteriores à crise econômica, a partir de Luce (2018), abordou-se a questão do endividamento das famílias brasileiras como mecanismo para acessar a bens de consumo duráveis, sobretudo, eletrodomésticos. Esse movimento levou a um aumento dos gastos das famílias com pagamento de juros, comprometendo parte de sua remuneração. Ainda que não se tenha fôlego para esmiuçar o tema, vale uma observação a respeito do endividamento das famílias, no período recente. Ademais, esse debate se conecta com o fenômeno da financeirização e a consequente inserção da classe trabalhadora na lógica financeira.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/08/o-trabalho-remoto-na-pandemia-nas-unidades-federativas-brasileiras-a-heterogeneidade-das-suas-realidades/>>

Gráfico 18 - Média anual do endividamento das famílias brasileiras (em %)



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (PEIC-CNC)

A partir do gráfico 18, percebe-se que o endividamento das famílias, no Brasil, após uma alta em 2013, apresentou tendência de queda até 2017, quando o indicador tornou a apresentar aumentos sucessivos nos anos posteriores, sobretudo, a partir de 2019, momento em que atinge 64,6% das famílias. Nos dois anos seguintes, os aumentos também se dão em grandes proporções e alcançam, em 2021, o recorde histórico de 70,9% das famílias brasileiras. O aumento do número de famílias endividadas guarda grande relação com o índice de desemprego no país, que, nos últimos anos, também apresentou elevação, como demonstra o gráfico 14.

Esses dados evidenciam o agravamento dos fenômenos debatidos por Gago (2018) e por Lapavitsas (2009; 2011), isto é, uma maior fatia da renda da classe trabalhadora canalizada para alimentar a expropriação financeira. De acordo com os dados disponibilizados pelo Relatório de Cidadania Financeira¹¹⁰, do Banco Central, em dezembro de 2017, 25,22% da renda dos tomadores de crédito com renda de até 1 salário-mínimo tinha como destino o pagamento de juros e amortização de dívidas. Esse

¹¹⁰ O relatório pode ser acessado neste link: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf>

percentual era de 17,51% para aqueles com renda de 1 a 2 SM e de 21,45% entre os que têm renda de 2 a 3 SM.

Para maior apreensão da gravidade do fenômeno, de acordo com uma pesquisa da FecomercioSP¹¹¹, no 1º semestre de 2021, as famílias brasileiras pagaram um total de R\$ 233,5 bilhões somente com juros, o que representa, aproximadamente, 6% do PIB nacional daquele período. Esse total representa, também, um aumento de 8,3% em comparação ao total gasto com juros pelas famílias no mesmo período de 2019. Ainda, de acordo com a pesquisa, a porcentagem da renda comprometida com pagamentos de juros só é inferior à parcela utilizada para os gastos com aluguel. Está-se diante, portanto, de mais um indicativo de agudização do fenômeno da superexploração da força do trabalho, na medida em que os trabalhadores têm, com o pagamento de juros e amortizações, mais um fator que comprime sua renda disponível para a reposição de sua força de trabalho.

Ante o exposto, a partir da análise das formas pelas quais se opera a superexploração da força de trabalho, constatou-se um evidente aprofundamento desse fenômeno. Ademais, em conformidade com as investigações empreendidas nesta pesquisa, é factível compreender essa agudização do fenômeno da superexploração como resultado da crise econômica e da conseqüente avidez do capital em recuperar suas perdas provocadas pela queda da taxa de lucro no país. Somado à emergência de governos totalmente alinhados à ortodoxia neoliberal, tem-se o cenário perfeito para debitar, dos trabalhadores, a conta da crise.

De mais a mais, a ampliação da exploração da força de trabalho como ferramenta para se elevar a taxa de lucro é um expediente consagrado no sistema capitalista. Como argumentam Antunes e Alves (2004), ante à lógica de reprodução do capital, a força de trabalho da classe trabalhadora serve apenas para sustentá-la; nada mais.

A economia exportadora é, pois, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua, até o limite, as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um

¹¹¹ Disponível neste link: < <https://www.fecomercio.com.br/noticia/em-seis-meses-familias-gastaram-com-juros-o-equivalente-a-73-do-auxilio-emergencial-pago-em-2020-1> >

ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional¹¹² (Marini, 2008, p. 134, grifo nosso).

Como desvenda Marini, em uma economia dependente – e sob o atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva –, esse fundamento se impõe com uma voracidade particular.

¹¹²No original: “La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por acreditar que há um relevante papel a ser cumprido pela Academia latino-americana na formulação e no fortalecimento de conhecimentos que mirem na direção de um profundo processo de transformação da realidade periférica, esta pesquisa buscou empreender uma análise das condições de vida da classe trabalhadora no período correspondente aos anos entre 2016 e 2021, no Brasil. Para tanto, lançou-se mão das categorias propostas pela Teoria Marxista da Dependência, sobretudo, da categoria de superexploração da força de trabalho.

Ainda que a TMD tenha sido formulada, inicialmente, entre as décadas de 1960 e 1970, instigada pela perspectiva que seus autores tinham daquele determinado momento histórico, seus arcabouços teórico e categorial ainda são pertinentes para uma investigação do capitalismo contemporâneo. Isso não significa, porém, que a teoria seja uma massa inerte, sem margem para readequações ou reformulações. Tal comportamento caminharia de encontro ao próprio projeto de seus formuladores, uma vez que a realidade está em constante movimento, bem como o sistema capitalista, que se metamorfoseia para sobreviver. Como bem lembra Marini (1992, p.101), recuperar a teoria da dependência “não supõe, de modo algum, que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical”.

Esta dissertação se situa dentro de um movimento mais amplo de recuperação da TMD e que ganha fôlego nos últimos anos, a partir de uma construção coletiva. Aqui, tentou-se uma aproximação de suas categorias à realidade concreta do período recente, sob um contexto de crise econômica mundial. Trata-se de um esforço em se servir das análises clássicas da teoria, que se encontram em um nível de abstração maior – de análise das leis de tendência do capitalismo periférico – e pensá-las em níveis de abstração mais circunjacente ao concreto, à realidade brasileira atual.

Na primeira parte, portanto, buscou-se, justamente, apresentar a teoria, bem como suas principais categorias de análise – além da superexploração, foram abordadas a condição de dependência e os mecanismos de transferências de valor. A tarefa principal foi compreender as implicações enfrentadas por uma economia dependente, como é a

brasileira. Tratou-se, também, das sistemáticas transferências de valor a que está submetido um país periférico, seja pela via da troca desigual, seja pelo controle e propriedade do capital – com esta segunda modalidade ganhando cada vez mais espaço. Em seguida, chegou-se à categoria de superexploração da força de trabalho, expediente utilizado pelos capitais que atuam nas economias dependentes como forma de compensar as sistemáticas transferências de valor. De forma resumida, este fenômeno se expressa pela persistente violação do valor da força de trabalho, cujo objetivo é garantir a taxa de lucro desses capitais e conferir um mínimo de dinamismo à economia periférica.

Sob essa tentativa de aproximação à realidade brasileira, o segundo capítulo serviu para ampliar o entendimento acerca da condição de dependência da economia brasileira, e como esta foi, curiosamente, sob os governos petistas, aprofundada, ao mesmo tempo em que seus condicionantes foram relativamente atenuados. Neste ponto, ressalta-se que a categoria de padrão de reprodução do capital mostrou-se fundamental para essa compreensão. A partir dela, pode-se constatar os processos de reprimarização e desindustrialização por que passou o Brasil nas últimas décadas, bem como sua transformação em um espaço de valorização financeira.

Apesar desses fenômenos, foi visto que alguns fatores conjunturais do decênio 2000-2010 contribuíram para o arrefecimento relativo das transferências de valor, o que permitiu, também, um arrefecimento do fenômeno da superexploração. Dentre esses fatores estão o crescimento da economia mundial, especialmente da China, a liquidez internacional, o aumento do crédito e a elevação dos preços das commodities – justamente dos produtos nos quais o Brasil havia se especializado. Destaca-se, no entanto, que as transferências de valor e a superexploração nunca cessaram. A primeira, pelo contrário, em termos absolutos, elevou-se, sua diminuição se deu em relação ao PIB.

Com a crise econômico-financeira de 2008, aquele contexto favorável começou a dar sinais de esgotamento. No Brasil, porém, a agudização dos efeitos dessa crise se dá tardiamente, entre 2014 e 2016. Durante o período, consolida-se, além da crise econômica, uma crise política. Ainda que os governos do Partido dos Trabalhadores tenham servido às vontades do grande capital e de sua aliada menor – as burguesias locais –, estes, em conluio com parte da elite política nacional, articularam um golpe parlamentar para retirar o partido do poder. Isto acontece quando o PT perde a capacidade de salvaguardar seus interesses em tempos de crise econômica.

Aquela tão defendida aliança de classes de outrora, muito presente no discurso do PT, já não cabia mais nos anseios das classes dominantes. O interesse, naquele momento, era por um governo que conseguisse implementar as reformas de caráter ortodoxo neoliberal na velocidade e na profundidade que garantissem a retomada dos lucros. Isso foi feito pelo governo de Michel Temer, que aprovou a reforma trabalhista, o novo regime fiscal (EC. 95) e a lei das terceirizações. Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, o projeto neoliberal de caráter ortodoxo segue avançando, vide reforma da previdência e privatizações de empresas públicas.

Diante desse cenário, esta pesquisa partiu da hipótese de que, entre os anos de 2016 e 2021, por conta do agravamento dos efeitos provocados pela crise econômico-financeira, somado à emergência de governos mais alinhados às classes dominantes, o fenômeno da superexploração da força de trabalho teria se intensificado.

Precisamente no último capítulo, a partir dos dados e análises empreendidas, pôde-se constatar que, de fato, durante esse período, a superexploração foi agudizada. Tal movimento se encontra em consonância com o caráter dependente da economia brasileira, cujo velho expediente de debitar da classe trabalhadora os custos da crise, a fim de compensar as perdas da taxa de lucro, assume outros contornos em uma economia que, sistematicamente, transfere valor. E ainda que esta pesquisa não tenha avançado a uma análise das transferências de valor no período 2016-2021 – o que serviria para reafirmar a constatação da agudização da superexploração, vez que esta é, também, resultado do processo de transferências de valor –, foram apresentados uma série de indícios de que o fenômeno de apropriação do valor produzido no Brasil e acumulado nos países centrais havia se intensificado. Isto ficou evidente quando se analisou a questão da dependência durante os anos de governos do PT. Naquele ponto da pesquisa, os dados apresentados indicaram que o movimento de contenção das transferências de valor havia cessado, sobretudo a partir de 2014.

Ao longo do texto, buscou-se abordar como aquelas transformações da estrutura produtiva impulsionadas na década de 1970, que tem como pano de fundo a doutrina neoliberal e a financeirização, impactaram negativamente sobre a condição de dependência do Brasil. Foi visto como esses processos ampliaram a dependência. E, ainda que no entremeio da pesquisa, tenha-se tentado tencionar o tema da financeirização, por uma questão de escopo, não foi possível aprofundar o debate.

Alguns fenômenos verificados neste trabalho, no entanto, corroboram a tese de que a financeirização, cada vez mais, tem contribuído para a agudização da superexploração e para o agravamento da condição de vida dos trabalhadores. Isto parece se dar, pelo menos, de duas maneiras: i) a partir da apropriação de parte da renda das famílias, via juros e amortizações de dívida e; ii) a partir de uma maior captação dos recursos do fundo público, via aumento da dívida pública. Não fortuitamente, a Emenda Constitucional nº 95 impõe um teto aos gastos públicos com políticas sociais, mas parece não ter nada a dizer sobre a escalada dos gastos com o pagamento de juros da dívida pública.

Por fim, restou patente que o crescimento econômico brasileiro verificado nos primeiros anos do século XXI, no qual houve uma atenuação dos condicionantes históricos da dependência (ao mesmo tempo em que esta era aprofundada), não passou de um fenômeno momentâneo; fugaz. A regra, em uma economia dependente, é a intensificação das transferências de valor e da superexploração da força de trabalho, sobretudo, em um momento em que a agenda econômica pende à ortodoxia neoliberal, apontando para uma grande potencialidade em conduzir a condição de dependência a níveis ainda não alcançados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cqQdQF55TQF3Gb55DQqW4wc/?format=pdf&lang=> >.

_____. *A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório*, Bauro: Canal 6 Editora, 2016.

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do Imperialismo e da dependência: atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2012. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php> >.

_____. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. 6º Encontro Internacional de Política Social; 13º Encontro Nacional de Política Social. Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl Marx para pensar a crise do capitalismo. Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018.

_____; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *O colapso do governo Dilma e do PT no Brasil*. Herramienta, 2015. Disponível em: < <https://www.herramienta.com.ar/o-colapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil> >

_____. *O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. (Org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo. 2019. Coleção Mundo do Trabalho.

ARAÚJO, Priscila Santos. *Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI – desigualdade e padrão de reprodução*. Uberlândia: UFU. Tese de Doutorado, 2013.

ARUTO, Pietro Caldeirini. *Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais*. Campinas: UNICAMP. Tese de doutorado, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333667> >.

BEHRING, Elaine Rossetti. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. *SER Social*, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 13–29, 2016. DOI: 10.26512/ser_social.v18i38.14265. Disponível em: < https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14265 >.

_____. 2019. Disponível em: < <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/123456789/11462/1/Neoliberalismo-neodesarrollismo.pdf#page=34> >

_____. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, p. 161-180, 2004.

BOITO JR, Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BERTOLA, L. & OCAMPO, J.A. *The Economic Development of Latin America Since Independence (Initiative for Policy Dialogue)*. Oxford University Press, 2012.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli A superexploração da força de trabalho no neodesenvolvimentismo brasileiro: uma crítica teórico-jurídica. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pósgraduação em Direito. Curitiba, 2017.

BOITO JR., Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). *Políticas e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOTTOMORE, T. Introdução à edição inglesa. In: HILFERDING, Rudolph. *Capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Introdução, p. 9-25.

BREDA, Diógenes Moura. A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015. Campinas: UNICAMP. Tese de doutorado, 2020. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/teses/2020/08/24/transferencia-de-valor-no-capitalismo-dependente-contemporaneo-o-caso-do-brasil> >

CAMPOS, A. G. A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições. Brasília, DF: IPEA, 2017. (Texto para discussão, n. 2350). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2350.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 20, n. 1, pp. 284-302, 1999.

_____. Capital: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. In: Revista economia contemporânea. 2008, vol.12, n.2, pp. 247-272. ISSN 1415-9848. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482008000200003> >

_____. “O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência”, Trabalho, Educação e Saúde, Vol. 11, n.1, Rio de Janeiro, 2013a.

_____. “(Im)precisiones sobre la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo”, Razón y Revolución, vol. 25, Buenos Aires, 2013b.

_____. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Eptácio [et al.] (Orgs.). Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Ed. UECE; Bauru: Canal 6, 2018. p. 23-55.

_____. Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis. Madrid: Maya Ediciones, 2017.

_____. Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. 2007.

CARDOSO Jr., J. C. De volta para o futuro? As Fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal. Texto para discussão nº1310. Brasília: IPEA, 2007.

CORSEUIL, C. H. L.; MOURA, R.; RAMOS, L. Determinantes da Expansão do

Emprego Formal: O que explica o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos? Revista Economia Aplicada. 15: p. 45-63. 2011.

CARLEIAL, Liana. O Subdesenvolvimento e as “Janelas de Oportunidades”. In: MACAMBIRA, Jr. et al (Orgs). Desmonte do Estado e das políticas públicas: retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no Brasil. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2020.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serv. Soc. Soc., n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>>

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. OIKOS, n.1, p. 71-91, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/132>>

CASTILHO, Marta; MIRANDA, Pedro. A política comercial brasileira em análise. Organizadores: Alexandre Messa e Ivan Tiago Machado Oliveira - IPEA - Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31742>

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n.1, 1997.

_____. “Introdução Geral”. In: CHESNAIS, F. (org.) A mundialização Financeira. São Paulo, Editora Xamã, 1998.

_____. A Finança Mundializada. Boitempo Editorial. São Paulo, agosto de 2005.

DAL ROSSO, Sadi. O ardil da flexibilidade, a teoria do valor e os trabalhadores. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 1ªed., 2016.

DE NEGRI, Fernanda; ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. In: Radar No. 13, Diretoria de estudos e Políticas Setoriais, de inovação, Regulação e infraestrutura. 04/2011, IPEA, 2010.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo:

DIEESE, 2012. Disponível em: <
<https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf> >

DOS SANTOS, Theotônio. Imperialismo y dependencia. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clássicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2011.

_____. O neoliberalismo como doutrina econômica. 2002. Disponível em: <
http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.1_N.1_Theotonio_dos_Santos.pdf > Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas. 1998. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5499595/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf >.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. In: Centro de Estudos Marxistas - Cemarx (organização). Uma Nova Fase do Capitalismo? Editora Xamã, 2003.

_____. Costs and Benefits of Neoliberalism: a class analysis. In: Financialization and the World Economy. Epstein, Gerald A. (editor) 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2005.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

FIX, Mariana; PAULANI, Leda. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. Revista de Economia Política, vol. 39, nº 4 (157), pp. 638-657, 2019.

FRANK, André Gúnder. Do subdesenvolvimento capitalista. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANKLIN, Rodrigo S. P.; BORGES, Rodrigo E. S.. Transferências de valor e troca desigual no Brasil de 1995 a 2009. 2020. Disponível em: <
https://enep.sep.org.br/uploads/1316_1583720809_2020_Troca_desigual_-_identificado_pdf_ide.pdf >.

FRIDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. 40th ed. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2002.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GALVÃO, A. et al. Dossiê reforma trabalhista. Campinas, Cesit/ie/Unicamp, 2017. Disponível em < <http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>>.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 14ª edição, 2005.

_____. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism, a study*. Marxist's Internet Archive, 2002. Disponível em: < <https://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm> >

KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda de Barros. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. *Cuadernos del CENDES*, 32(89),47-82. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40344216004> >.

LAPAVITSAS, Costas. Financialized capitalism: crisis and financial expropriation. In: *Historical Materialism*, v. 17, n. 2, 2009.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1 Edições, 1ª edição, 2019.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. *O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes*. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Parana. 3ª edição, 1982.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Revista trabalho, educação, saúde. Rio de Janeiro, v. 11, n.1, jan. 2013.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista da sociedade brasileira de economia política, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

_____. A Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

_____. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependencia y globalización / Ruy Mauro Marini; antología y presentación, Carlos Eduardo Martins. — México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2008.

_____. América Latina: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Brazilian subimperialism. Monthly Review, Vol.23, n.9, Fevereiro, 1972.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos Políticos, México, n.12, abril-junho, 1977.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). En publicación: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. ISBN 978-958-665-109-7

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: Marxists.org. Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada pela Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou, em 1953. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/index.htm> >

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo, 1ªed. Boitempo, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf >

MASCARO, Alysson Leandro. Crise e golpe. São Paulo: Boitempo, 2018.

MENDES, Aquilas; CARNUT, Leonardo. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. Saúde e Sociedade, v. 27, p. 1105-1119, 2018.

MAZETTO, Flávio Eduardo. Estado, Políticas Públicas e Neoliberalismo: um Estudo Teórico sobre as Parcerias-Público-Privadas. Caderno de Estudos Interdisciplinares – Edição Especial Gestão Pública e Sociedade, 2015.

MÖLLER, Daniela. Brasil, um país de todos? o projeto neodesenvolvimentista e a tônica dos programas de inserção social na agenda do governo federal (2003-2013). Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

NETTO, J. Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 3ª ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 75-89.

OSORIO, Jaime. Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. (orgs). Padrão de reprodução do capital. Boitempo: São Paulo, 2012.

_____. Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

_____. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OTTO, B; BOHM, S. “The people” and resistance against international business: the case of the Bolivian “water war”. *Critical perspectives on international business*, v. 2, n. 4, 2006.

OURIQUES, Nildo. Hacia una teoría marxista de la dependencia. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Orgs.). La teoría social latinoamericana, t. II. Ciudad de México: El Caballito, 1994

PAULANI, Leda M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)*, v.3, n.10, 2012.

_____. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados (IEA-USP)*, vol. 27, nº77, 2013.

PEREIRA, Vinícius Vieira. A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência. Belo Horizonte: UFMG. Tese de Doutorado, 2015.

PINTO, Eduardo. et. al. A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro. Online. 2019. Disponível em: <

https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i2-7ccae5bba81dd4d339951f62a7c52a8e.pdf >.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Isabella Ramos. Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018. Brasília: UnB. Tese de Doutorado, 2020. Disponível em: <
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39082/1/2020_IsabelaRamosRibeiro.pdf >.

RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo Sartorio; AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo reloaded: contrarreformas para barrar o social-liberalismo estatal dos governos PT. 2020. Disponível em: <
https://enep.sep.org.br/uploads/1308_1583717191_ArtigoSEP_final_ComIdentifica%C3%A7%C3%A3o_pdf_ide.pdf >.

ROCHA, Marco Antonio da. Revolução brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à escola de sociologia da USP. In: MALTA, Maria Mello de et al. Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 2010.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Para além da ambiguidade: uma reflexão histórica sobre a CF/88. In: CARDOSO JR., José Celso. A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social. Brasília: Ipea, 2009. Vol. 1.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Nivalter Aires. Leituras do neodesenvolvimentismo: um debate no interior do marxismo. MOVIMENTAÇÃO, v. 5, p. 85-105, 2018.

SEABRA, Raphael Lana. 2019. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. Brasília - Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, janeiro/Abril 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/23918/21750>.

_____. 2020. A vocação política da teoria marxista da dependência: Uma análise da Política Operária. *Latin American Research Review* 55(4), pp. 662–675. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.542>.

SILVA, Tamara Naiz. Financeirização contemporânea e precarização do trabalho. *Revista Princípios*, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, nº 159, 2020. Disponível em: < <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/11/4> >.

SIMÃO, A. R. A. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil: Efeitos sobre a expansão do Emprego formal no período 1999-2007. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*. v. 39, p. 19-26. Brasília, 2009.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. 3ª ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 25-44.

SOUZA, Giselle. BNDES e Fundo Público no Brasil: o papel estratégico do Banco no novo padrão de reprodução do capital. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Crisis y lucha de clases en Brasil. 1974/1979*. México, Facultad Nacional de Economía – UNAM, 1980. Tese de Doutorado. Orientador, Ruy Mauro Marini.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Econ. soc.*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 909-941, dez. 2012.

VALENCIA, A. S. *La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. Uberlândia: Edufu, 2000.

_____. *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*. Mexico: Itaca, 2010. 143p.